II SÉRIE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Terça-feira, 26 de Junho de 2007 Número 121

ÍNDICE

2.º SUPLEMENTO

PARTE J

BPN Créditus — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A.

Relatório n.º 8-A/2007:

Relatório e contas de 2000 . . . . . 18 094-(6)

OPTIMUS — Telecomunicações, S. A.

Relatório n.º 8-B/2007:

Relatório e contas individuais de 2004 . . . . . 18 094-(16)

SPASA — Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A.

Relatório n.º 8-C/2007:

Relatório e contas de 2000 . . . . . 18 094-(66)

PARTE J

BPN CRÉDITUS — SOCIEDADE FINANCEIRA PARA AQUISIÇÕES A CRÉDITO, S. A.

Relatório n.º 8-A/2007

Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção). Matrícula n.º 7604/990408; identificação de pessoa colectiva n.º 504580159; número e data da apresentação: 395/27 de Abril de 2001; pasta n.º 7604.

Lígia Maria Gigante Pinheiro, primeira-ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (1.ª Secção:

Certifica, relativamente à sociedade em epígrafe, que foram depositados os documentos referentes à prestação de contas do exercício de 2000.

Está conforme.

Porto, 8 de Maio de 2001. — A Primeira-Ajudante, *Lígia Maria Gigante Pinheiro*.

Relatório e contas de 2000

Balanço em 31 de Dezembro de 2000

ACTIVO

	2000				1999	
	Milhares de escudos			Euros	Milhares de escudos	Euros
	Valor bruto	Amortiz. e provisões	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido	Valor líquido
1 — Caixa e disponib. em bancos	8 026	–	8 026	40 034	995	4 963
2 — Disponib. à vista sobre instit. de crédito	370 773	–	370 773	1 849 408	183 436	914 975
4 — Créditos sobre clientes	45 692 429	809 994	44 882 435	223 872 642	7 874 201	39 276 349
9 — Imobilizações incorpóreas	599 523	203 006	396 517	1 977 818	299 796	1 495 376
10 — Imobilizações corpóreas	813 414	74 146	739 268	3 687 453	114 415	570 700
13 — Outros activos	174 626	–	174 626	871 031	9 652 249	48 145 215
15 — Contas de regularização	2 451 224	–	2 451 224	12 226 654	1 281 741	6 393 297
Total do activo	50 110 015	1 087 146	49 022 869	244 525 040	19 406 833	96 800 875

PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS

	2000		1999	
	Milhares de escudos	Euros	Milhares de escudos	Euros
1 — Débitos para com instituições de crédito:				
b) A prazo	33 351 771	166 357 932	8 347 201	41 635 663
3 — Débitos representados por títulos:				
b) Outros	5 663 817	28 251 000	6 000 000	29 927 874
4 — Outros passivos	1 099 286	5 483 215	755 109	3 766 468
5 — Contas de regularização	787 490	3 927 982	528 354	2 635 419
6 — Provisões para riscos e encargos:				
b) Outras provisões	664 640	3 315 212	274 937	1 371 382
9 — Capital subscrito	6 214 942	31 000 000	3 000 001	14 963 940
11 — Reservas	151 231	754 337	–	–
14 — Lucro do exercício	1 089 692	5 435 361	501 231	2 500 130
Total do passivo e capitais próprios	49 022 869	244 525 040	19 406 833	96 800 875

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — A Directora de Contabilidade, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2000

CUSTOS

	2000		1999	
	Milhares de escudos	Euros	Milhares de escudos	Euros
1 — Juros e custos equiparados	1 924 063	9 597 186	568 009	2 833 217
2 — Comissões	1 205 509	6 013 054	264 139	1 317 520

	2000		1999	
	Milhares de escudos	Euros	Milhares de escudos	Euros
3 — Prejuízos em operações financeiras	2 561	12 774	–	–
4 — Gastos gerais administrativos	1 915 714	9 555 541	758 278	3 782 275
a) Custos com pessoal	848 741	4 233 502	534 274	2 664 947
Dos quais:				
(– salários e vencimentos)	(588 102)	(2 031 135)	(407 206)	(2 031 135)
(– encargos sociais)	(147 525)	(373 659)	(74 912)	(373 659)
b) Outros gastos administrativos	1 066 973	5 322 039	224 004	1 117 327
5 — Amortizações do exercício	204 366	1 019 373	72 900	363 624
6 — Outros custos de exploração	6 954	34 686	8 371	41 754
7 — Provisões p/ crédito vencido e outros riscos	1 398 886	6 977 614	523 906	2 613 232
10 — Resultado da actividade corrente	(1 763 743)	(4 055 172)	(812 989)	(4 055 172)
11 — Perdas extraordinárias	62 006	309 295	2 272	11 333
13 — Impostos sobre lucros	612 043	3 052 858	309 486	1 543 710
14 — Outros impostos	4 120	20 550	4 211	21 004
15 — Lucro do exercício	1 089 692	5 435 361	501 231	2 500 130
Total	8 425 916	42 028 292	3 012 803	15 027 798

PROVEITOS

	2000		1999	
	Milhares de escudos	Euros	Milhares de escudos	Euros
1 — Juros e proveitos equiparados	6 443 872	32 141 898	1 950 962	9 731 357
3 — Comissões	819 647	4 088 382	621 360	3 099 331
5 — Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	279 213	1 392 709	168 944	842 689
7 — Outros proveitos de exploração	883 184	4 405 303	271 537	1 354 421
Total	8 425 916	42 028 292	3 012 803	15 027 798

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — A Directora de Contabilidade, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2000

	2000		1999	
	Milhares de escudos	Euros	Milhares de escudos	Euros
Actividades operacionais:				
Resultado líquido do exercício	1 089 692	5 435 361	501 231	2 500 130
Ajustamentos:				
Amortizações	204 252	1 018 805	72 900	363 624
Provisões	1 119 672	5 584 900	354 962	1 770 543
Resultados financeiros	–	–	–	–
Aumentos das dívidas de terceiros	– 28 260 583	– 140 963 194	– 17 606 472	– 87 820 712
Diminuição das dívidas de terceiros	–	–	–	–
Aumento das dívidas a terceiros	344 176	1 716 743	755 110	3 766 473
Diminuição das dívidas a terceiros	–	–	–	–
Diminuição de proveitos diferidos	–	–	–	–
Aumento de acréscimos de proveitos	– 49 669	– 247 748	– 256 880	– 1 281 312
Aumento dos custos diferidos	– 1 119 812	– 5 585 599	– 1 024 862	– 5 111 990
Aumento dos acréscimos de custos	97 876	488 203	434 413	2 166 843
Ganhos na alienação de imobilizações	–	–	–	–
Perdas na alienação de imobilizações	–	–	–	–
Fluxos das activ. operacionais (1)	– 26 574 396	– 132 552 528	– 16 769 598	– 83 646 402
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	–	–	–	–
Imobilizações corpóreas	–	–	–	–
Imobilizações incorpóreas	–	–	–	–
Subsídios de investimento	–	–	–	–
Juros e proveitos similares	–	–	–	–
Dividendos	–	–	–	–
	–	–	–	–

	2000		1999	
	Milhares de escudos	Euros	Milhares de escudos	Euros
Pagamentos provenientes de:				
Investimentos financeiros				
Imobilizações corpóreas	— 684 334	— 3 413 444	— 129 080	— 643 848
Imobilizações incorpóreas	— 241 492	— 1 204 557	— 358 031	— 1 785 851
	— 925 826	— 4 618 001	— 487 111	— 2 429 699
Fluxos das activ. de investimento (2)	— 925 826	— 4 618 001	— 487 111	— 2 429 699
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos	24 829 648	123 849 762	14 441 140	72 032 103
Aumentos de capital, prestações suplementares e prémios de emissão	3 214 942	16 036 063	3 000 000	14 963 937
Subsídios e doações	–	–	–	–
Venda de acções próprias	–	–	–	–
Cobertura de prejuízos	–	–	–	–
Passivos subordinados	–	–	–	–
	28 044 590	139 885 825	17 441 140	86 996 040
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	–	–	–	–
Amortizações de contratos de locação financeira	–	–	–	–
Juros e custos similares	–	–	–	–
Dividendos	— 350 000	— 1 745 793	–	–
Redução de capital e prestações suplementares	–	–	–	–
Aquisição de acções próprias	–	–	–	–
	— 350 000	— 1 745 793	–	–
Fluxos das activ. de financiamento (3)	27 694 590	138 140 033	17 441 140	86 996 040
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1)+(2)+(3)	194 368	969 503	184 431	919 938
Efeito das diferenças de câmbio	–	–	–	–
Caixa e seus equivalentes no início do período	184 431	919 938	–	–
Caixa e seus equivalentes no fim do período	378 799	1 889 441	184 431	919 938

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — A Directora de Contabilidade, *(Assinatura ilegível.)*

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2000

(Valores expressos em milhares de escudos)

Actividade:

A BPN Créditus — Financeira para Aquisições a Crédito, S. A. (adiante designada por BPN Créditus ou sociedade), foi constituída em 26 de Março de 1999, com sede na Av. da França, 680/694 no Porto, tendo por principal objecto as actividades permitidas por lei às sociedades financeiras para aquisições a crédito (financiamento da aquisição a crédito de bens e serviços).

O início de actividade da sociedade ocorreu no dia 1 de Junho de 1999, data em que obteve a autorização do Banco de Portugal para operar como instituição de crédito, embora a actividade creditícia se tenha iniciado em Dezembro de 1998, através de um departamento específico do BPN — Banco Português de Negócios, S. A. (BPN), o qual depois se desagregou do Banco, dando origem a uma sociedade autónoma, a BPN Créditus.

Assim, à data de início da sua actividade, a sociedade começou a operar com um conjunto de activos e passivos adquiridos ao BPN, originando o seguinte balanço de abertura:

(Em milhares de escudos)

	1 de Junho de 1999			Euros
	Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor líquido
Activo:				
1 — Caixa e disponibilidades em bancos	439	–	439	2 189,72
2 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	38 327	–	38 327	191 174,27
4 — Créditos sobre clientes	12 009 959	–	12 009 959	59 905 422,93
9 — Imobilizações incorpóreas	211 036	–	211 036	1 052 643,13
10 — Imobilizações corpóreas	148 686	–	148 686	741 642,64
13 — Outros activos	30 949	–	30 949	154 372,96
15 — Contas de regularização	450 306	–	450 306	2 246 116,86
	12 889 702	–	12 889 702	64 293 563,00

(Em milhares de escudos)

	1 de Junho de 1999			Euros
	Valor bruto	Amortizações e provisões	Valor líquido	Valor líquido
Passivos e capitais próprios:				
1 — Débitos para com instituições de crédito	–	–	11 396 160	56 843 806,43
4 — Outros passivos	–	–	743 542	3 708 771,86
9 — Capital subscrito	–	–	750 000	3 740 984,23
Total do passivo e dos capitais próprios	–	–	12 889 702	64 293 562,00

A sociedade integra o Grupo Sociedade Lusa de Negócios e tem como único accionista a BPN — Participações Financeiras SGPS, L.da

As notas às contas respeitam a ordem estabelecida no Plano de Contas para o Sistema Bancário, pelo que os números não identificados não têm aplicação por inexistência ou irrelevância de situações a reportar.

1 — Apresentação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras da sociedade foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o plano de contas, princípios contabilísticos e outras disposições aplicáveis às sociedades financeiras para aquisições a crédito, emitidas pelo Banco de Portugal, tendo sido compiladas a partir dos registos contabilísticos e respectivo suporte documental.

Os valores comparativos reflectem cerca de sete meses de actividade em 1999, período esse compreendido entre a data de início de actividade da sociedade (1 de Junho de 1999) e 31 de Dezembro de 1999, enquanto que as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000 reflectem 12 meses de actividade.

3 — Resumo das principais práticas contabilísticas e a critérios valorimétricos:

As principais praticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela sociedade são os seguintes:

a) *Especialização dos exercícios*. — A sociedade segue o princípio contabilístico da especialização dos exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere aos juros das operações activas e passivas que são reconhecidos à medida em que são gerados, independentemente do momento em que são pagos ou cobrados. Porém, quando uma operação activa se encontra vencida há mais de 90 dias, a sociedade suspende o reconhecimento dos respectivos juros, os quais passam a ser registados como proveitos apenas no momento em que são efectivamente cobrados.

b) *Provisões para riscos de crédito*. — As provisões para riscos de crédito são apuradas nos termos dos avisos n.º 3/95 e n.º 2/99, do Banco de Portugal, e incluem:

i) Uma provisão específica apresentada no activo como dedução à rubrica de créditos sobre clientes que, por sua vez, é constituída por (*a*) uma provisão para crédito vencido, calculada mediante a aplicação de taxas estabelecidas pelo Banco de Portugal, que variam entre 1,5% e 100% sobre as rendas vencidas, em função da classe de risco e da existência ou não de garantias e (*b*) uma provisão para outros créditos de cobrança duvidosa calculada mediante a aplicação duma percentagem não inferior a 50% da percentagem média de cobertura por provisões para crédito vencido relativa ao cliente em questão, sobre o capital financiado e não vencido;

ii) Uma provisão genérica para riscos gerais de crédito, apresentada no passivo na rubrica de provisões para riscos e encargos — outras provisões, correspondente a 1,5% do valor do capital financiado e não vencido.

O valor das provisões para riscos de crédito apurado conforme acima se discrimina e que em 31 de Dezembro de 2000 ascende a 1 474 634 contos, é considerado suficiente para fazer face à cobertura dos riscos de crédito identificados em função da aplicação de critérios de avaliação e análise de base comercial.

c) *Imobilizações incorpóreas*. — Compreendem, fundamentalmente, despesas de estabelecimento; custos plurianuais, custos de investigação e desenvolvimento e custos com sistemas informáticos de tratamento de dados; são amortizados no prazo de três anos a partir do mês em que são incorridos ou da sua entrada em funcionamento, conforme aplicável, segundo o método das quotas constantes (v. nota n.º 11).

d) *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações corpóreas encontram-se registadas pelo seu custo de aquisição.

A amortização é calculada a partir do mês de entrada em funcionamento dos bens, segundo o método das quotas constantes, às taxas previstas na lei fiscal, as quais se consideram razoavelmente representativas da vida útil estimada dos respectivos bens. Estas são de três anos a cinco anos para equipamento informático e de quatro anos a 10 anos para os restantes bens (v. nota n.º 11).

e) *Despesas com custos diferidos*. — Incluem os encargos com a emissão de papel comercial e o respectivo imposto de selo, os custos inerentes à angariação de contratos de crédito e os custos com contratos publicitários; os primeiros são amortizados no período de um ano e os segundos por um período de quatro anos, que corresponde à duração média dos contratos. Os custos com contratos publicitários são diferidos de acordo com a duração dos respectivos contratos.

f) *Angariação de contratos de seguro de crédito*. — As comissões relativas à angariação de seguros de crédito para entidades seguradoras externas são reportadas no exercício aquando da angariação daqueles.

g) *Pensões de reforma*. — A sociedade assumiu o compromisso de financiamento das responsabilidades com pensões de reforma de todos os seus colaboradores através de contribuições para o Fundo de Pensões constituído junto da BPN — Seguros Vida (v. nota n.º 24).

O valor das responsabilidades de cada exercício é determinado com base em estudos actuariais e registado em custos do exercício.

h) *Impostos sobre lucros*. — A BPN Creditus está sujeita ao regime fiscal consignado no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC).

8 — Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito:

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o saldo desta rubrica no valor de 370 773 contos e 183 436 contos, respectivamente, é constituído por depósitos à ordem, não existindo qualquer valor depositado junto do Banco Português de Negócios, S. A.

11 — Movimentos do activo imobilizado:

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Amortizações do exercício	Abates	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2000	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Abates			Contos	Euros
Imobilizações incorpóreas:								
Despesas de estabelecimento	119 763	(23 285)	4 186	–	(41 375)	–	59 289	295 732,29
Custos plurianuais	147 745	(21 193)	901	–	(49 268)	–	78 185	389 985,14

Contas	Saldo do exercício anterior		Aumentos		Amortizações do exercício	Abates	Valor líquido em 31 de Dezembro de 2000	
	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Aquisições	Abates			Contos	Euros
Despesas de investig. e desen-desenvolvimento	2 246	(62)	49 183	–	(11 699)	–	39 668	197 863,15
Sistemas de tratamento automático de dados	88 277	(13 695)	84 262	–	(42 429)	–	116 415	580 675,57
	358 031	(58 235)	138 532	–	(144 771)	–	293 557	1 464 256,14
Imobilizações corpóreas:								
Obras em imóveis arrendados	3 197	(93)	195 299	–	(10 908)	–	187 495	935 221,12
Equipamento	123 887	(14 447)	170 849	(420)	(47 455)	114	232 528	1 159 844,77
Outras imobilizações corpóreas	1 996	(125)	8 606	–	(1 232)	–	9 245	46 113,87
	129 080	(14 665)	374 754	(420)	(59 595)	114	429 268	2 141 179,76
Imobilizações em curso:								
Imobilizações incorpóreas	–	–	102 960	–	–	–	102 960	513 562,31
Imóveis	–	–	310 000	–	–	–	310 000	1 546 273,48
	–	–	412 960	–	–	–	412 960	2 059 825,80

Os custos plurianuais referem-se substancialmente a despesas com publicidade institucional.

As aquisições ao nível de equipamento e obras em imóveis arrendados resultam do crescimento do nível de actividade, assim como da consequente mudança de instalações ocorrida em Março de 2000.

As imobilizações incorpóreas em curso respeitam essencialmente a projectos de reestruturação da aplicação de gestão de clientes e de adaptação dos sistemas informáticos de tratamento de dados à introdução do euro.

As imobilizações corpóreas em curso referem-se ao valor adiantado por conta do contrato promessa de compra e venda das novas instalações da sociedade.

A escritura definitiva foi efectuada em 2 de Fevereiro de 2001, tendo previamente a sociedade cedido a sua posição contratual a uma empresa relacionada, na sequência do que foi reembolsada deste montante.

14 — Créditos sobre clientes:

Os créditos sobre clientes e respectivas provisões decompõem-se como segue:

	2000				Percent. de taxa de cobertura	1999		
	Contos		Euros			Contos		Percent. de taxa de cobertura
	Capital	Provisão	Capital	Provisão		Capital	Provisão	
Classe I (até três meses)	352 491	(5 286)	1 758 217,70	— 26 366,46	1,5	262 139	(3 932)	1,50
Classe II (de três meses a seis meses)	178 073	(44 518)	888 224,38	— 222 054,85	25,0	81 560	(20 390)	25,00
Classe III (de seis meses a 12 meses)	283 769	(141 885)	1 415 433,80	— 707 719,40	50,0	104 824	(52 412)	50,00
Classe IV (de 12 meses a 60 meses)	563 224	(563 224)	2 809 349,47	— 2 809 349,47	100,0	–	–	–
Total créd. vencido	1 377 557	(754 913)	6 871 225,35	— 3 765 490,17	54,8	448 523	(76 734)	17,11
Provisão para cobranças duvidosas	–	(55 081)	–	— 274 742,87	–	–	(3 290)	–
Total	–	(809 994)	–	— 4 040 233,04	–	–	(80 074)	–
Crédito vincendo	44 314 873	(664 640)	221 041 654,61	— 3 315 210 34	1,5	7 505 702	(274 938)	3,66
Total	45 692 430	(1 474 634)	227 912 879,96	— 7 355 443 38	3,2	7 954 225	(354 962)	4,46

O crédito sobre clientes aqui presente é constituído por contratos de crédito, principalmente, de veículos ligeiros de passageiros. O crédito vencido refere-se aos valores de capital das prestações vencidas e não cobradas.

Para além da provisão para crédito e juros vencidos e créditos de cobrança duvidosa, a sociedade tem outras provisões apresentadas no passivo no valor de 664 640 contos, que se destinam a cobrir riscos gerais de crédito.

Os créditos sobre clientes apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

Créditos sobre clientes	2000		1999	
	Contos	Euros	Contos	Euros
Até três meses	525 604	2 621 701,70	162 250	809 299,59
De três meses a um ano	2 340 772	11 675 721,51	658 965	3 286 903,56
De um ano a cinco anos	30 208 175	150 677 741,64	5 620 938	28 037 120,54
Mais de cinco anos	11 240 321	56 066 484 77	1 063 549	5 304 960,05
Indeterminado	1 377 557	6 871 225 35	448 523	2 237 223,29
	45 692 429	227 912 874,97	7 954 225	39 675 507,03

Em Dezembro de 1999, foi feita uma cessão de activos, com vista à securitização de créditos a realizar no ano 2000. Esta operação, envolveu a venda de activos sem recurso, no valor de 23 792 768 contos a uma entidade denominada Halligan, Ltd., a qual foi posteriormente redenominada Chaves Funding n.º 1, Ltd., (Chaves). Deste montante, foi recebido 14 275 660 contos ainda em 1999, encontrando-se os remanescentes 9 517 108 contos relevados na rubrica de outros activos daquele exercício.

Entre Dezembro de 1999 e Agosto de 2000, os valores de capital recebidos dos clientes foram sendo entregues à Chaves, reduzindo o valor nominal dos contratos vendidos até à data de emissão dos títulos para o mercado.

Em Agosto de 2000 concretizou-se a operação de securtização de activos com a emissão dos títulos para os mercados financeiros. A operação envolveu a cedência de contratos adicionais, tendo totalizado 131 998 620,99 euros (26 463 347 contos). Assim, nesta mesma data foram recebidos 55 641 745,56 euros (11 155 168 contos), tendo os remanescentes valores sido reinvestidos na aquisição dos *residual certificates* emitidos pela Chaves.

Em 29 de Dezembro de 2000, a sociedade vendeu à Bargee B.V., sociedade de direito holandês, todos e quaisquer direitos decorrentes da detenção dos supra referidos *residual certificates*.

O preço de venda correspondeu a 99,95% do valor em balanço nessa data, que se decompõe como se segue:

	Escudos	Euros
Comissões diferidas —12/99	70 449 831	351 402,28
Comissões diferidas — 8/2000	220 286 835	1 098 786,10
Outras despesas diferidas	11 759 840	58 657,83
Despesas no cálculo do *excess spread*	11 101 684	55 374,97
Total de custos diferidos	313 598 190	1 564 221,18
Residual certificates (fundos de reserva)	4 336 893 785	21 632 335,00
Proveitos a receber — Juros	471 744 499	2 353 051,64
Total em activo	5 122 236 474	25 549 607,82
Preço de venda (99,95%)	5 119 675 355	25 536 833,02

18 — Débitos para com instituições de crédito:

Os débitos para com instituições de crédito apresentam a seguinte estrutura, de acordo com os respectivos prazos residuais de vencimento:

	2000		1999	
	Contos	Euros	Contos	Euros
De três meses a um ano	850 723	4 243 388,43	550 000	2 743 388,43
Indeterminado (*a*)	32 501 048	162 114 543,95	7 797 201	38 892 274,62
Total	33 351 771	166 357 932,38	8 347 201	41 635 663,05

(*a*) Os débitos para com instituições de crédito considerados com maturidade indeterminada referem-se a descobertos bancários, cujo prazo de reembolso não se encontra definido, sendo que a 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o saldo incluí 32 501 048 contos e 7 784 209 contos, respectivamente, de contratos de crédito celebrados com o Banco Português de Negócios, S. A.

Os recursos obtidos vencem juros a taxas normais de mercado.

20 — Débitos representados por títulos:

Em 31 de Dezembro de 2000 encontra-se emitida a totalidade de um programa de emissão de papel comercial montado pelo BPN nas seguintes condições:

	2000					1999		
	Data de emissão subscrição	Data de vencimento	Taxa de juro (percent.)	Montante		Taxa de juro (percent.)	Montante	
				Contos	Euros		Contos	Euros
Créditus/99 — 1.ª emissão	10-7-2000	10-7-2001	6,01	1 889 743	9 425 998,34	3,99	2 000 000	9 975 957,94
Créditus/99 — 2.ª emissão	2-8-2000	2-8-2001	6,17	1 886 736	9 410 999,49	3,99	2 000 000	9 975 957,94
Créditus/99 — 3.ª emissão	14-8-2000	14-8-2001	6,15	1 887 338	9 414 002,25	3,99	2 000 000	9 975 957,94
Total				5 663 817	28 251 000,09		6 000 000	29 927 873,82

O reembolso será efectuado de uma só vez, na data de vencimento, incluindo juros.

23 — Compromissos e garantias:

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, a sociedade tem compromissos com rendas e valores residuais vincendos relativos a contratos de aluguer de longa duração com a BPN Carfin Rent, S. A., no montante de 207 160 contos e 205 607 contos, respectivamente, e com a Lusafin Gestão — Comércio e Aluguer de Veículos, S. A., no montante de 28 814 contos e 35 601 contos respectivamente

Em 31 de Dezembro de 2000 existem responsabilidades contratuais relativas a desenvolvimento de *software* no valor de 117 040 contos.

24 — Pensões de reforma e sobrevivência:

De acordo com a legislação laborai actualmente a vigorar em Portugal para o sector bancário, a sociedade aderiu ao Acordo Colectivo de Trabalho Vertical dos Bancários. Assim, os empregados e as respectivas famílias têm direito a pensões de reforma e de sobrevivência calculadas de acordo com as disposições específicas do respectivo acordo.

Nestas circunstâncias, e para fazer face às responsabilidades decorrentes daquela legislação laborai, a sociedade aderiu, em 1999, como associada ao Fundo de Pensões BPN — Seguros Vida. Este fundo de pensões aberto é destinado a empresas do Grupo Banco Português de Negócios, sendo gerido pela BPN-Seguros Vida.

As responsabilidades com pensões de reforma foram calculadas tendo por base o valor actual dos salários projectados da totalidade do pessoal e a tábua de mortalidade TV 73/77, de acordo com os seguintes pressupostos (em percentagem):

	2000	1999
Taxa prevista de rendimento do fundo	5,0	5,0
Taxa prevista de evolução salarial	3,0	2,5
Taxa de crescimento das pensões futuras	1,5	1,5
Taxa de rendim. das pensões à data da reforma	4,0	–
Taxa de rotação dos empregados	–	–

O valor global actual (*i*) das responsabilidades por serviços passados, (*ii*) da situação patrimonial do Fundo e (*iii*) o excesso de cobertura, resume-se como segue:

	2000	1999	2000	1999
	Contos		Euros	
Total das responsabilidades passadas (*a*)	99 157	20 815	494 593,03	103 824,78
Valor inicial do Fundo	32 272	–	160 972,06	–
Contribuições da sociedade, líquidas de comissões	51 932	20 815	259 035,72	103 824,78
Contribuições efectuadas pelos funcionários	15 473	11 457	77 179,00	57 147,28
Rendimento do Fundo	–	–	–	–
Valor do Fundo no final do ano	99 677	32 272	497 186,78	160 972,06
Excesso de cobertura	520	11 457	2 593,75	57 147,28
Taxa de cobertura	1,01	1,55	1,01	1,55

(*a*) Calculadas de acordo com a Norma n.º 21/96-R, de 5 de Dezembro.

É intenção da obter estudos actuariais periódicos, de forma a actualizar as responsabilidades assumidas nesta área e, eventualmente, validar os pressupostos utilizados.

25 — Provisões:

Os movimentos ocorridos nas (*i*) provisões para crédito vencido e de cobrança duvidosa e (*ii*) provisões para riscos gerais de crédito [v. nota n.º 3, alínea *b*)] durante o exercício foram os seguintes:

Descrição	Dotações	Reposições	1999	Dotações	Reposições	2000	
						Contos	Euros
Provisões para créd. de cobrança duvidosa e crédito vencido	95 232	(15 208)	80 024	822 712	(92 742)	809 994	4 040 233,04
Provisões para riscos gerais de crédito	428 674	(153 737)	274 937	576 174	(186 471)	664 640	3 315 210,34
Total	523 906	(168 945)	354 961	1 398 886	(279 213)	1 474 634	7 355 443,38

27 — Contas de regularização do activo e do passivo:

As contas de regularização do activo e do passivo são analisadas como segue:

	2000		1999	
	Contos	Euros	Contos	Euros
Contas de regularização do activo:				
Proveitos a receber	306 550	1 529 064,95	256 878	1 281 302,06
Despesas com custo diferido:				
Comissões pagas	2 054 554	10 248 072,15	985 295	4 914 630,74
De recursos alheios	15 638	78 002,02	34 668	172 923,25
Campanhas de publicidade	69 270	345 517,30	–	–
Outras despesas	5 212	25 997,35	4 900	24 441,10
	2 451 224	12 226 653,76	1 281 741	6 393 297,15
Contas de regularização do passivo:				
Custos a pagar:				
De recursos alheios	397 942	1 984 926,33	331 929	1 655 654,87
De custos administrativos	134 347	670 120,01	102 417	510 853,84
Outros custos a pagar	–	–	68	339,18
Outras contas de regularização	255 201	1 272 937,22	93 939	468 565,76
	787 490	3 927 983,56	528 353	2 635 413 65

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o saldo da rubrica de custos administrativos corresponde ao valor de férias, subsídio de férias e respectivos encargos sociais do exercício que se vence para pagamento no exercício seguinte.

Na mesma data o saldo da rubrica de comissões pagas refere-se a comissões pagas pela angariação de contratos, as quais se encontram diferidas conforme descrito na nota n.º 3,alínea *e*).

Na rubrica de outras contas de regularização encontram-se os valores cobrados por conta das entidades envolvidas na operação de titularização de créditos *(purchasers)* concretizada no decorrer do exercício, de acordo com o *receivables servicing agreement* assinado pela sociedade.

O valor existente a 31 de Dezembro de 2000 para entrega é de 257 230 contos (v. nota n.º 32).

29 — Capital subscrito:

A sociedade foi constituída por escritura em 26 de Março de 1999, com um capital social de 3 740 985 euros (cerca de 750 000 contos), repartido por 3 740 985 acções com o valor nominal de um euro cada, o qual se encontra integralmente subscrito e realizado.

Por escrituras de 29 de Junho de 1999 e 21 de Dezembro de 1999, a sociedade procedeu aos aumentos de capital social no valor de 6 234 973 euros e 4 987 982 euros, respectivamente, passando de 3 740 985 euros para 9 975 958 euros (2 000 000 de contos) e posterior-

mente para 14 963 940 euros (3 000 001 contos), através da emissão de 6 234 973 acções e 4 987 982 acções, respectivamente, de valor nominal igual a um euro cada.

Os aumentos de capital encontram-se integralmente subscritos e realizados.

Por escritura de 8 de Setembro de 2000 verifica-se um novo aumento de capital de 10 036 060 euros (2 012 049 contos), através da emissão de 10 036 060 acções novas de valor nominal igual a um euro cada, totalmente subscrito e realizado.

Adicionalmente, por escritura de 27 de Outubro de 2000, a sociedade procedeu a um novo aumento de capital social no valor de 6 000 000 de euros (1 202 892 contos), através da emissão de 6 000 000 de acções de valor nominal igual a um euro cada, totalmente subscrito e realizado.

Em 31 de Dezembro de 2000, o capital social da sociedade ascende a 31 000 000 de euros (6 214 942 contos) consubstanciado em 31 milhões de acções de valor nominal igual a um euro cada, integralmente subscrito e realizado (v. nota n.º 49).

31 — Outros activos e outros passivos:

As contas de outros activos e outros passivos englobam os seguintes saldos:

Outros activos:

	2000		1999	
	Contos	Euros	Contos	Euros
Devedores	174 626	871 030,82	135 141	674 080,47
Aplicações (v. nota n.º 14)	–	–	9 517 108	47 471 134,57
	174 626	871 030,82	9 652 249	48 145 215,03

Outros passivos:

	2000		1999	
	Contos	Euros	Contos	Euros
Credores:				
Fornecedores	202 349	1 009 312,56	114 880	573 019,02
Credores diversos	447 256	2 230 903,52	241 724	1 205 714,23
Outras exigibilidades	512 317	2 555 426,42	398 506	1 987 739,55
	1 161 922	5 795 642,50	755 110	3 766 472,80

Em 31 de Dezembro de 2000 e 1999, o saldo da rubrica de credores diversos inclui 254 720 contos e 180 503 contos, respectivamente, correspondentes ao montante dos prémios de seguro de vida associados ao crédito a liquidar à companhia de seguros.

32 — Fundos recebidos por conta de outrém:

Em conformidade com o *receivables servicing agreement* celebrado aquando da concretização da operação de titularização de créditos, a sociedade recebe parcelas de mensalidades (capital e juros) dos contratos titularizados por conta das entidades adquirentes daquelas, valores que entrega até ao dia 10 do mês seguinte. A 31 de Dezembro encontram-se registados em outros passivos a regularizar (v. nota n.º 27) os seguintes valores a entregar no decorrer de Janeiro de 2001:

	2000		1999	
	Contos	Euros	Contos	Euros
Componente capital	245 077	1 222 438,92	93 939	468 565,76
Componente juros	12 153	60 618 91	–	–
	257 230	1 283 057,83	93 939	468 565,76

34 — Efectivo médio anual de trabalhadores:

O efectivo médio de empregados ao serviço da sociedade no final de 2000 e 1999, encontrava-se distribuído pelas seguintes grandes categorias profissionais:

	2000	1999
Directores	9	7
Assistentes direcção	7	–
Técnicos	67	50
Administrativos	65	35
Outros	2	2
Total	150	94

35 — Remunerações dos órgãos de administração e fiscalização:

	2000		1999	
	Contos	Euros	Contos	Euros
Administração	81 458	406 310,79	24 919	124 295,45
Outros	3 349	16 704,74	2 962	14 774,39
	84 807	423 015,53	27 881	139 069,84

Devido à data de início de actividade, os valores para 1999 referem-se a sete meses, enquanto que os valores de 31 de Dezembro de 2000 respeitam a 12 meses.

38 — Proveitos por mercados geográficos:

À excepção dos juros residuais proporcionados pela detenção dos *residual certificates* entre Agosto de 2000 e Dezembro de 2000, (v. nota n.º 48), os quais têm mesmo assim como base de cálculo o montante de juros gerados por contratos originados em território nacional, todos os restantes proveitos da sociedade foram obtidos em território nacional.

39 — Outros resultados de exploração e extraordinários:

Outros custos e proveitos de exploração:

	2000	1999
Outros custos de exploração	6 954	8 371
Outros proveitos de exploração:		
Portes, despesas de *dossier* e outras despesas administrativas	883 184	271 537

As perdas extraordinárias reportadas em 31 de Dezembro de 2000 incluem essencialmente juros anulados correspondentes a exercícios anteriores, no valor de 56 750 contos.

41 e 42 — Imposto sobre o rendimento:

A sociedade está sujeita ao imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas e correspondente derrama.

O pagamento/recebimento dos impostos sobre o rendimento é efectuado com base em declarações de autoliquidação que ficam sujeitas a inspecção e eventual ajustamento pelas autoridades fiscais durante um período de cinco anos para as declarações dos exercícios até 1998, inclusive, e quatro para as posteriores àquela data, contado a partir do exercício a que respeitam.

A empresa considera que eventuais correcções resultantes das revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras de 31 de Dezembro de 2000.

Por não ser prática corrente em Portugal, a sociedade não tem por política reconhecer o efeito das diferenças temporais activas ou passivas entre a base fiscal e a contabilística. No entanto, a eventual aplicação desta política não teria efeito materialmente relevante nas demonstrações financeiras.

Os movimentos relativos ao imposto sobre rendimentos de pessoas colectivas (IRC) ao longo de 2000 foram os seguintes:

	Contos	Euros
Saldo a 31 de Dezembro de 1999	309 486	1 543 709,66
Pago em 2000	— 315 614	— 1 574 275,99
Insuficiência de estimativa	— 6 128	— 30 566,34
Pagamentos por conta:		
Julho	81 502	406 530,26
Outubro	81 502	406 530,26
Dezembro	81 502	406 530,26
	244 506	1 219 590,79
Pagamento especial por conta	300	1 496,39
	244 806	1 221 087,18
Estimativa 2000	612 043	3 052 857,61
Saldo a 31 de Dezembro de 2000	367 237	1 831 770,43

43 — Consolidação de contas:

As contas da sociedade são consolidadas ao nível das demonstrações financeiras do BPN — Banco Português de Negócios, S. A., com sede na Av. da República, 53, Lisboa.

48 — Operações de titularização:

No dia 11 de Agosto de 2000, a sociedade concretizou uma operação de titularização de créditos em conjunto com duas outras empresas do grupo (BPN Leasing e BPN Carfin), no valor total de 200 000 000 de euros.

Para aquele montante a sociedade contribuiu com a cedência de contratos no valor de 131 998 620,99 euros (26,5 milhões de contos) à entidade Chaves, a qual foi responsável pela emissão dos títulos *(notes)* para o mercado, com as seguintes características:

Denominação	Valor em euros	Vencimento	*Rating*		Taxa de juro (percentagem)
			Mood's	Fitch	
Sénior Secured Floating Rate Notes	180 000 000	Junho de 2007	Aa2	AA	EUR1BOR + 0,45%
Mezzanine Secured Floating Rate Notes	10 000 000	Junho de 2007	A2	A	EURIBOR + 0,85%
Júnior Secured Floating Rate Notes	10 000 000	Junho de 2007	Baa2	BBB	EUR1BOR + 1,75%
	200 000 000				

A sociedade não adquiriu qualquer quantidade dos títulos acima mencionados.

Até Dezembro de 2000, a sociedade deteve na sua posse títulos *(residual certificates)* emitidos pela Chaves, os quais concederam direito a juros residuais reconhecidos em proveitos, referentes a este exercício no montante de 940 626 contos.

As entidades envolvidas na operação e respectivas funções foram as seguintes:

Entidades cedentes/*originators:*

BPN Créditus SFAC, S. A.;
BPN Leasing;
BPN Carfin.

Entidade compradora e emitente dos títulos/*issuer:*

Chaves Funding n.º 1, Ltd.

Gestores/*managers:*

Crédit Suisse First Boston (Europe), Ltd.;
Banco — Português de Negócios, A. S.

Principal agente pagador:

Deutsche Bank AG London.

Agente pagador:

Deutsche Bank Luxembourg A. S.

Agente Depositário/Trustee:

Bankers Trustee Company, Ltd.

Conselheiros legais:

Mourant du Feu & Jeune;
Orrick, Herrington & Sutcliffe;
Abreu, Cardigos & Associados;
Linklaters.

Auditores da entidade emitente/*issuer:*

Ernst & Young.

Listing Agent:

Deutsche Bank Luxembourg, S. A.

Os contratos cedidos desta forma deixaram de ser reconhecidos nas contas da sociedade, dada a transferência da sua posse a título definitivo à sociedade Bargee, B. V., mencionada anteriormente, e dessa forma não são objecto de provisionamento de acordo com o aviso n.º 3/95 e seguintes sobre esta matéria.

49 — Outras informações:

Os movimentos ocorridos nas rubricas da situação líquida durante 2000, sumarizam-se da seguinte forma:

	Contos					Euros
	1999	Aumentos	Diminuições (*a*)	Transf.	2000	2000
Capital subscrito (v. nota n.º 29)	3 000 001	3 214 941	–	–	6 214 942	31 000 000,00
Reservas:						
Legais	–	–	–	50 123	50 123	250 012,47
Livres	–	–	–	101 108	101 108	–
Lucro do exercício:						
Ano de 1999	501 231	–	(350 000)	(151 231)	–	–
Ano de 2000	–	1 089 692	–	–	1 089 692	5 435 360,78
	3 501 232	4 304 633	(350 000)	–	7 455 865	37 189 697,83

(*a*) Referem-se a dividendos distribuídos, conforme deliberado na assembleia geral de 10 de Março de 2000.

Em conformidade com a legislação em vigor, uma fracção não inferior a 10% dos lucros líquidos apurados em cada exercício deve ser destinado à formação de uma Reserva legal, até ao limite do capital social.

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — A Directora de Contabilidade, *(Assinatura ilegível.)*

Relatório de auditoria

1 — Efectuámos a auditoria ao balanço da BPN Créditus — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., à data de 31 de Dezembro de 2000, bem como às demonstrações dos fluxos de caixa e de resultados do exercício findo naquela data e ao respectivo anexo. Estas demonstrações financeiras são da responsabilidade do conselho de administração da sociedade. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras baseada na nossa auditoria.

2 — Excepto quanto às limitações descritas nos pontos 3 e 4 abaixo, a nossa auditoria foi efectuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem que planeemos e executemos a auditoria por forma a obtermos um nível de segurança aceitável sobre se as referidas demonstrações financeiras contêm ou não contêm distorções materialmente relevantes. Uma auditoria inclui o exame, numa base de teste, das evidências que suportam os valores e informações constantes das demonstrações financeiras. Adicionalmente, uma auditoria inclui a apreciação dos princípios contabilísticos adoptados e a avaliação das estimativas significativas efectuadas pela administração, bem como a apreciação da apresentação das demonstrações financeiras. Em nosso entender a auditoria efectuada constitui base suficiente para a emissão da nossa opinião.

3 — Conforme se refere na nota n.º 3, alínea *b*) do anexo ao balanço e à demonstração de resultados, as provisões para crédito vencido e para riscos gerais de crédito foram constituídas de acordo com os critérios estatísticos definidos nas disposições aplicáveis emanadas do Banco de Portugal; contudo, dada a constituição recente e a fase evolutiva em que se encontra a sociedade, não existem dados estatísticos internos de sinistralidade histórica que permitam aferir com elevado grau de segurança em que medida as provisões contabilizadas são suficientes face aos riscos efectivos de cobrança. O conselho de administração considera, por referência aos dados do sector, que os critérios utilizados no cálculo das referidas provisões são adequados para fazer face aos riscos existentes.

4 — Conforme referido nas notas n.os 3, alínea *e*) e 27, tem sido prática da sociedade diferir para imputação a custos em base constante ao longo da vida média dos contratos as comissões pagas aquando da sua angariação. Contudo, a sociedade não tem instituídos procedimentos que permitam identificar as comissões associadas aos contratos (*a*) em situação de incumprimento e (*b*) objecto de securitização, as quais, em nosso entendimento, já deveriam ter sido integralmente imputadas a custos. Não se encontrando esses montantes identificados, não estamos em condições de concluir quanto ao impacte que a sua anulação provocaria nos capitais próprios em 1 de Janeiro de 2000 e no resultado do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000.

5 — Em Dezembro de 2000 a sociedade alienou, a uma sociedade de direito holandês, os direitos inerentes à posse dos *residual certificates* associados à operação de securitização de activos (v. nota n.º 14) e registou a liquidação financeira do montante proveniente dessa venda, o qual, só em Fevereiro de 2001 foi efectivamente recebido. Como consequência, em 31 de Dezembro de 2000, a rubrica de débitos para com instituições de crédito ficou subavaliada em cerca de 5120 milhões de escudos, por contrapartida da subavaliação da rubrica de outros activos.

6 — Em nossa opinião, excepto quanto ao efeito dos possíveis ajustamentos que poderiam revelar-se necessários caso não existissem as limitações referidas nos pontos 3 e 4 acima, e excepto quanto ao efeito do aspecto mencionado no ponto 5 também acima, as demonstrações financeiras apresentam de forma apropriada, em todos os seus aspectos materialmente relevantes, a situação financeira da BPN Creditus — Sociedade Financeira para Aquisições a Crédito, S. A., em 31 de Dezembro de 2000, bem como os resultados das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos previstos no Plano de Contas para o Sistema Bancário e demais disposições do Banco de Portugal relacionadas especificamente com a actividade das sociedades financeiras para aquisições a crédito.

7 — Sem alterar a opinião que expressamos no parágrafo anterior, salientamos conforme explicitado na nota n.º 20 do anexo que em 31 de Dezembro de 2000 a rubrica de débitos representados por títulos — outros, inclui o montante de três emissões de papel comercial, com vencimento a um ano, ocorridas em 2000, apresentadas líquidas dos juros pagos antecipadamente, no montante global de 336 milhares de contos.

Lisboa, 9 de Fevereiro de 2001. — O Auditor, *Pricewaterhouse-Coopers*.

Acta n.º 84 da assembleia geral

Aos 14 dias do mês de Março de 2001, pelas 22 horas e 30 minutos, reuniu, nos termos do artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, a assembleia geral universal da sociedade anónima BPN Créditus — Sociedade Financeira Para Aquisições A Crédito, S. A., na sede social sita na Avenida da França, 680 e 694, na cidade do Porto.

Assumiu a presidência da mesa da assembleia, o respectivo presidente, Dr. Armando José Fonseca Pinto, secretariado pelo Dr. Mário Nuno Chaves Soares.

Seguidamente, o presidente, depois de verificar que estava representado o seu único accionista, BPN — Participações Financeiras,

SGPS, L.da, colocou à apreciação da assembleia a seguinte ordem de trabalhos:

1 — Apreciar, discutir e aprovar o relatório de gestão e as contas do exercício de 2000;
2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados referentes ao exercício de 2000.

Tendo sido manifestada pelo representante do accionista único a vontade de deliberar sobre a ordem de trabalhos referida, o presidente da mesa considerou estar legalmente constituída a assembleia, nos termos do citado preceito legal, pelo que declarou estar aberta a sessão.

Nada havendo a tratar no período antes da ordem do dia, passou-se, de imediato, ao primeiro ponto da ordem de trabalhos, tendo o presidente dado a palavra ao presidente do conselho de administração, Dr. Óscar Silva, o qual, no uso dela, apresentou à assembleia o relatório de gestão e as contas do exercício de 2000, o parecer do fiscal único e a certificação legal de contas, bem como o relatório dos auditores externos, dos quais havia sido previamente distribuído um exemplar a cada um dos presentes, colocando-se à disposição da assembleia para prestar os esclarecimentos que fossem julgados necessários.

O presidente da mesa submeteu o assunto à discussão. E como ninguém mais se tivesse pronunciado, foi submetido à votação da assembleia o relatório de gestão e as contas do exercício de 2000 e ainda o parecer do fiscal único, os quais foram aprovados por unanimidade.

Passou-se, depois, ao segundo ponto da ordem de trabalhos, tendo o presidente da mesa da assembleia geral procedido à leitura da proposta de aplicação de resultados apresentada pelo conselho de administração — constante do relatório e contas apreciado no ponto anterior da ordem de trabalhos — e que era do seguinte teor:

«Proposta de aplicação de resultados:

Nos termos do n.º 1 do artigo 97.º do Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de Dezembro (Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras), propõe-se a seguinte aplicação dos resultados líquidos do exercício (1 089 691 400$):

i) O montante de 108 969 140$, para constituição de reservas legais;
ii) O montante de 980 722 260$, para constituição de reservas livres».

Seguidamente, o presidente da mesa submeteu a proposta à discussão; e como sobre ela ninguém se tivesse pronunciado, submeteu-a à votação, tendo a mesma sido aprovada por unanimidade.

Nada mais havendo a tratar, o presidente da mesa declarou encerrados os trabalhos, quando eram 23 horas e 15 minutos.

Para que conste se lavrou a presente acta que, para sua inteira fé, validade e para que faça prova, vai ser assinada pelos membros da mesa da assembleia geral e pelo representante da accionista única, em sinal da sua presença.

A Mesa da Assembleia Geral: *Armando José Fonseca Pinto,* presidente — *Mário Nuno Chaves Soares,* secretário. 3000221162

OPTIMUS — TELECOMUNICAÇÕES, S. A.

Relatório n.º 8-B/2007

Conservatória do Registo Comercial da Maia. Matrícula n.º 8639/970730; identificação de pessoa colectiva n.º 503922692.

Maria Teresa da Costa Martins Abrantes, ajudante da Conservatória do Registo Comercial da Maia:

Certifica, que ficou depositada na pasta respectiva, toda a documentação referente à prestação de contas da sociedade em epígrafe, respeitante ao exercício do ano de 2004, bem como os referentes às contas consolidadas do mesmo exercício, cuja publicação integral se solicita.

Conferida, está conforme.

Maia, 24 de Novembro de 2005. — A Ajudante, *Maria Teresa da Costa Martins Abrantes*.

Relatório e contas individuais de 2004

Comparação de resultados com o ano anterior

	2003	2004	Variação (percentagem)
Total de Clientes Optimus	2 305 847	2 128 765	— 7,7
Percentagem pré-pagos	81,8	85,4	3,6
Percentagem de clientes activos	87,5	74,8	(*f*) — 12,7
Activações líquidas	185 961	— 136 708	n. a.
Percentagem dados nas receitas de serviços	8,6	9,5	(*f*) 0,9
Total # SMS/mês/utilizador	27,2	28,7	5,5
Taxa de desactivação (percentagem)	20,4	36,2	(*f*) 15,8
ARPU (*a*) (euros)	22,4	24,3	8,7
CCPU (*b*) (euros)	17,2	17,4	0,9
SAC (*c*) (euros)	80,7	80,7	–
ARPM (*d*) (euros)	0,21	0,22	2,2
Utilização média mensal (minutos)	104,3	111,0	6,4
Trabalhadores (*e*)	1 020	1 026	0,6
Receitas de serviços (milhões de euros)	580,4	602,1	3,7
Volume de negócios (milhões de euros)	636,3	659,6	3,7
Resultado líquido (milhões de euros)	— 17,9	23,8	n. a.
EBITDA (milhões de euros)	135,0	171,7	27,2
EBITDA Margem	21,2	26,0	(*f*) 4,8
Cash EBITDA (milhões de euros)	173,3	201,3	16,2
Cash EBITDA Margem	27,2	30,5	(*f*) 3,3
Investimento corpóreo e incorpóreo (milhões de euros)	109,2	99,7	— 8,6

(*a*) Receita média por cliente.
(*b*) *Cash cost* por cliente.
(*c*) Custo de aquisição de um cliente.
(*d*) Receita média por minuto.
(*e*) Não incluindo estagiários.
(*f*) Pontos percentuais.

Mensagem da comissão executiva

O ano de 2004 foi, indubitavelmente, um bom ano para a Optimus, tendo permitido consolidar, como os números claramente demonstram, a sua *performance* financeira e posicionamento competitivo.

Apesar do ambiente macroeconómico menos favorável à expansão do consumo privado e negativo para as expectativas dos agentes económicos em termos de crescimento sustentado a curto e médio prazo, a Optimus alcançou um crescimento de 4,8 p.p. na sua margem EBITDA, cifrando-se em 26% com um valor absoluto de 171,7 milhões de euros.

Este resultado operacional foi alcançado através do crescimento do volume de negócios da companhia para 659,6 milhões de euros, 3,7% acima de 2003 e da redução dos custos operacionais em 1,8% para 628,3 milhões de euros. Os resultados antes de impostos foram positivos de 29,4 milhões de euros, confirmando a tendência, anunciada em 2003, de ser 2004 o ano em que depois de EBITDA e do *free cash flow,* a Optimus alcançaria de forma sustentada resultados líquidos positivos.

Comercialmente, o ano de 2004 foi marcado pelo crescimento da concorrência entre os operadores móveis, com especial relevo para a luta em torno da primazia quanto ao lançamento e oferta de serviços baseados na tecnologia 3G. A Optimus desenvolveu uma intensa actividade de alargamento da sua rede UMTS, desde os centros urbanos de Lisboa e Porto até às principais cidades e zonas de afluência de pessoas no país, privilegiando a procura da qualidade de serviço e da boa experiência de utilização em detrimento de penachos de lançamentos comerciais potencialmente danosos para a confiança dos clientes. A Optimus vive os seus valores e quer-se fiel à proposta superior de valor e qualidade de serviço que proclama para os seus clientes.

O enquadramento regulamentar da actividade móvel foi marcado em 2004 pelas tentativas do Regulador de patrocinar a auto-regulação entre os três operadores móveis, designadamente no tocante às relações de interligação. Esse patrocínio revelou-se, afinal, infrutífero, tendo os preços de interligação, quer fixo-móvel quer móvel-móvel permanecido inalterados em 2004. Um princípio de acordo, em que a Optimus seria positivamente discriminada ao nível da terminação móvel-móvel, foi inviabilizado no momento da assinatura por outro operador móvel. O regulador desenvolveu a sua actividade no sentido de vir a declarar a Optimus como detentora de Poder de Mercado Significativo (PMS) na interligação (à semelhança do que já acontece aos outros dois operadores) e, como tal, sujeita a enquadramento regulamentar especial. A ANACOM deu a conhecer um projecto de deliberação neste domínio que afectará a Optimus em 2005, já que lhe atribuiu PMS.

A ANACOM impôs ainda à Optimus a suspensão de comercialização do seu produto OptimusHome, um produto de convergência e em que a Optimus se propunha levar a casa do cliente um serviço de voz sobre GSM, sem assinatura mensal e com numeração fixa. Esta suspensão da ANACOM, ainda que posteriormente acompanhada de um sentido de deliberação provável favorável ao produto, não foi, à data, tornada definitiva, com enorme prejuízo para a Optimus.

Em 2004, a Optimus organizou-se a fim de melhor responder às necessidades futuras de desenvolvimento da sua actividade. Em Fevereiro de 2004, decidiu a venda dos seus *sites* a uma companhia detida a 100% (Optimus Towering), passando a contratar-lhe o fornecimento dos serviços de aluguer e gestão das antenas. Ficam assim criadas as condições para a exploração da actividade de gestão de torres de comunicação em regime autónomo e independente da missão principal da Optimus, eventualmente em parceria, desta actividade, com vantagens de valor para a companhia.

Em 2004, a Optimus iniciou e finalizou uma renegociação do financiamento de médio e longo prazo, agora contratado em condições ditas de mercado *corporate* e já não de *project* como anteriormente, com vantagens em termos financeiros, de *covenants* (financeiros e de exploração económica) associados ao empréstimo e ainda da anulação de garantias prestadas pelos accionistas.

Este é o retrato de um ano positivo mas que contém imbuídas as sementes do que será 2005: um ano de maiores desafios comerciais e adicionais restrições regulamentares. A coesão e o entusiasmo das equipas de gestão são, para nós, o garante de resposta adequada.

Um agradecimento final a todos aqueles que, como nós, acreditaram sempre no projecto e nos resultados que agora alcançámos, em especial aos nossos clientes, aos nossos financiadores e parceiros de negócio, aos nossos colaboradores e aos nossos accionistas.

(Sem assinaturas.)

Relatório do conselho de administração

O entorno competitivo em 2004

Recuperação da actividade económica

Depois do depressivo clima económico-social registado em 2003, o país registou alguma recuperação da actividade económica em 2004. De acordo com as estimativas da Comissão Europeia, Portugal deverá registar um crescimento de 1,2% no PIB em termos reais no conjunto do ano. A inflação manteve-se controlada com uma estimativa de 2,4% face aos 2,6% do ano transacto. O consumo privado, após ter registado uma quebra de 0,5% em 2003 voltou a aumentar em 2,1%.

A realização do Euro 2004 também contribuiu para um aumento do consumo de Maio a Junho, devido ao elevado afluxo de turistas atraídos pelo evento e pela elevada mobilização de espectadores.

Em 2004, o mercado cresceu mais do que no ano anterior, 7,6% (dados ANACOM do 3.º trimestre de 2004).

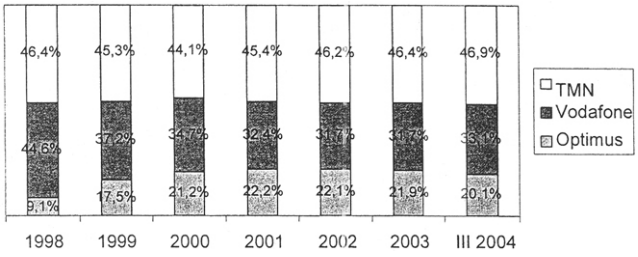
Apesar do elevado nível de penetração atingido em 2003 — cerca de 86% — o mercado móvel em 2004 assinalou um crescimento notável de 7,6%. Este crescimento foi superior ao registado em 2003 e acontece no ano do lançamento das ofertas de 3G por parte dos operadores móveis.

A taxa de penetração subiu para os 92% e faz com que Portugal se mantenha acima da média da UE, que atingiu os 84,4%.

Estabilidade de quotas de mercado

Este crescimento não alterou significativamente a posição competitiva dos três operadores móveis, mantendo-se a estabilidade de quotas que se vem observando desde 2000.

Quotas de subscritores



(1) Dados da ANACOM do 3.º trimestre de 2004 *versus* 3.º trimestre de 2003.

Ano de lançamento do serviço UMTS

O ano de 2004 ficou marcado pelo lançamento do serviço UMTS por parte dos operadores móveis cumprindo com as deliberações da ANACOM relativamente às datas de implementação do serviço. O serviço de UMTS marcará uma nova era na história das telecomunicações, impulsionando novos serviços de dados, sendo os primeiros exemplos o serviço de vídeo-chamadas e o acesso móvel à Internet em banda larga.

Os operadores estavam obrigados a lançar a oferta comercial de UMTS no dia 1 de Julho de 2004, depois de uma fase experimental de seis meses iniciada em Janeiro. Foram aperfeiçoadas as regras de partilha de rede e o *roaming* em 3G foi formalmente autorizado, dentro de certos limites. Em concordância, foram reduzidas as obrigações de cobertura com infra-estrutura própria por parte dos operadores desde que as mesmas sejam cumpridas através de acordos de partilha de rede ou *roaming*.

Substituição de voz fixa por voz móvel

O número de acessos de voz fixa instalados a pedido dos clientes continuou a sua tendência de redução, registando uma queda de 1,3% nos nove primeiros meses de 2004.

Contrastando com o aumento de penetração do serviço móvel, constata-se uma substituição da voz fixa pela voz móvel.

Regulador estuda modelo de evolução para as tarifas de interligação

Durante o ano de 2004, teve lugar um processo de negociação entre os três operadores móveis com vista à descida das tarifas de terminação nas redes móveis, bem como à aproximação gradual dos preços entre as tarifas para o tráfego móvel-móvel e fixo-móvel. Embora tratando-se de um processo de auto-regulação, este processo teve o alto patrocínio e envolvimento da entidade reguladora, a ANACOM.

Como resultado da negociação em Julho a ANACOM comunicou aos três operadores móveis a evolução das tarifas F-M e M-M para os anos de 2004 e 2005.

Esta evolução previa a assimetria de tarifas de terminação nas redes móveis, sendo reconhecido à Optimus a prática de tarifas mais elevadas. Este acordo não foi implementado.

Entretanto, em Dezembro, a ANACOM publicou o projecto de decisão relativo à designação de operadores com poder de mercado significativo e imposição de obrigações, de acordo com o qual as tarifas de terminação na rede móvel deverão convergir para o valor de 0,11/minuto em Outubro de 2006. Entretanto, é permitido à Optimus a prática de tarifas fixo-móvel superiores aos dos restantes operadores móveis. A decisão final está ainda dependente dos resultados de consulta pública.

Apesar de em 2004 não se terem registado alterações das tarifas de interligação em vigor, foi um ano de discussão sobre modelos de evolução.

O nosso compromisso com os clientes

Inovação na oferta:

Em 2004, a Optimus continuou a inovar na sua oferta, com a finalidade de acrescentar valor para o consumidor.

Setembro foi o mês em que se lançou o serviço de aconselhamento de tarifários Optimus, que tem como objectivo simplificar o processo de escolha e garantir a selecção do tarifário mais adequado a cada perfil de cliente.

O aconselhamento consiste num fluxo interactivo de perguntas e respostas, com base nas quais é recomendado um tarifário ao cliente. O serviço foi disponibilizado no 1693, no site Optimus e nas lojas por forma a auxiliar os lojistas na recomendação.

O espírito de inovação da Optimus ficou patente com o lançamento de uma nova categoria de produtos de telecomunicações, o *Optimus Home*. Inédito a nível mundial, o Optimus Home materializa, finalmente, a libertação dos clientes da assinatura mensal imposta pelo operador histórico, utilizando tecnologia GSM.

Os telemóveis:

Ao longo de 2004 a Optimus garantiu um portfólio competitivo de telemóveis.

São de salientar os exclusivos negociados com alguns fornecedores de referência (*Sony Ericsson*, *Motorola*, *Panasonic* e *Samsung*).

Foi um ano de aposta em telemóveis com capacidades multimédia (câmara, MMS) que pudessem suportar os serviços avançados da Optimus assim como aumentar de forma significativa a gama de terminais *Zone*.

Relativamente a telemóveis, o ano de 2004 revestiu-se de particular importância pois foi o ano de lançamento de serviços de 3.ª geração. A Optimus garantiu o fornecimento de telemóveis 3G assim como placas PCMCIA em quantidades necessárias para suportar o lançamento dos serviços 3G no mercado, mais uma vez demonstrando que neste capítulo se encontra na linha da frente, inovando e respondendo de imediato às ofertas dos grandes operadores mundiais.

A rede de distribuição:

No seguimento da revisão do modelo organizativo ocorrido em 2003, os resultados de 2004, destacam-se pelo crescimento do negócio, a par com uma redução de custos de distribuição de 14% e com uma melhoria qualitativa no volume.

Crescimento contínuo no segmento de Pequenas e Médias Empresas (PME) e Empresários em Nome Individual (ENI):

Em 2004, o objectivo da unidade de negócios de Pequenas e Média Empresas (PME) caracterizou-se pela liderança do segmento *mass business,* através de um acompanhamento dedicado que assegura uma base de clientes satisfeita e um negócio rentável.

A base de clientes de PMEs e de ENI's cresceu 11% em 2004 e o volume de receitas incrementou 12%. Para esta *performance* contribuíram o lançamento de produtos e serviços ajustados às necessidades das empresas, a agilização de processos e ferramentas comerciais e o desenvolvimento da *performance* dos agentes, entre outras acções.

A preocupação de disponibilização de tarifários relevantes, que fossem ao mesmo tempo competitivos e simples, materializou-se no lançamento, em Julho, do plano profissional, produto destinado a clientes individuais e, em Outubro, na simplificação da estrutura dos produtos colectivos — Redes.

Ao nível dos serviços, a dupla vantagem e o serviço livre constituíram os principais lançamentos, o primeiro garantindo vantagens nas tarifas a clientes comuns entre Novis e Optimus e o segundo permitindo o controlo de custos em função do horário das chamadas.

O aumento do valor da base de clientes foi uma importante área de actuação da unidade de negócios, procurando-se maximizar a permanência dos clientes, estimular a utilização e adopção de novos serviços por parte da base instalada. Nesta área implementou—se um conjunto de campanhas, nomeadamente para estímulo das chamadas internacionais, do *roaming,* das mensagens escritas, promoveu-se ainda a migração de clientes entre tarifários, entre outras acções. Em Março lançaram-se os pacotes de GPRS com vista a promover a utilização da Internet e Portal Zone.

A extracção de valor da base de clientes foi paralelamente conseguida promovendo uma relação mais sólida com os Clientes. Para isso lançou-se, em Junho, um novo programa de fidelização — Clube Negócios — que promove um acompanhamento mais próximo do agente ao cliente, para além de contribuir para uma maior flexibilidade e transparência. Em simultâneo, garantiu-se um fluxo contínuo de comunicação com os clientes através da edição bimestral da *newsletter* empresarial *On*.

Na área de processos eficientes foram lançadas diversas ferramentas comerciais de apoio aos agentes empresariais, promoveu-se a integração dos sistemas e informação num único suporte — 360; redefiniu-se a função das assistentes comerciais, garantindo maior apoio e controlo no canal agencial, entre outros processos.

Com o objectivo de maior segurança na utilização de cartões e da redução de custos logísticos, promoveu-se o fim da emissão de cartões *SIM* não utilizados e procedeu-se à reutilização dos cartões-empresa existentes no canal, contribuindo assim para uma maior eficiência nos custos dos agentes empresariais.

Implementaram-se um conjunto de campanhas de cariz regional, actuando em parceria com os agentes empresariais, com o intuito de fomentar a proximidade ao *target* empresarial.

Grandes empresas e instituições:

Nas grandes empresas e instituições nacionais, 2004 foi mais um ano de conquista de quota de mercado, em que a Optimus se destacou na consolidação da qualidade do serviço ao cliente e na contínua aproximação da sua oferta de produtos e serviços às necessidades demonstradas não só nas tendências do mercado, mas também nas recolhas de opinião feitas directamente junto destes.

Ao nível dos produtos de voz, destaca-se o plano livre, destinado ao número crescente de clientes com preocupações ao nível do controlo de custos; este produto permite, de forma prática, utilizando o mesmo cartão e sem sobrecargas administrativas, que os colaboradores usufruam de um *plafond* mensal de comunicações ao serviço da empresa, pago por esta e, em simultâneo, de um saldo pré-pago para as suas comunicações pessoais, sendo este suportado pelo próprio colaborador. A empresa tem, ainda, a possibilidade de definir que suporta, para além do *plafond* estabelecido, todas as comunicações para os outros números da própria empresa ou outros de cariz estritamente profissional, como os de clientes, fornecedores ou outros parceiros de negócio.

No sentido da aproximação das condições de tarifário às reais necessidades dos clientes, foi reestruturada a oferta de voz, sendo, agora, possível construir o tarifário do cliente de acordo com o seu perfil de consumo, conjugando partes de um tarifário com partes de outro.

Também para os clientes corporativos, o lançamento da 3G se revestiu de especial interesse, nomeadamente, com a disponibilização do PC Connection 3G, através do qual é possível aceder à Internet, *e-mail* e outras aplicações remotamente com uma velocidade de transmissão de dados típica da banda larga.

Na área de *marketing* relacional, de salientar o lançamento da *e-letter corporate* que, mais do que apenas uma *newsletter* digital, pretende ser um veículo de interacção com os utilizadores, permitindo-lhes não só o acesso a informação sobre produtos e serviços, eventos ou entrevistas a clientes, como também a possibilidade de colocar questões, pedir propostas comerciais ou, até, configurar serviços no seu telemóvel.

De destacar, ainda, o *mobile paper,* uma solução de demonstração de produtos e serviços inovadora lançada durante o ano, presente em várias acções organizadas ou patrocinadas pela unidade de negócios *corporate*. O *mobile paper* permite aos participantes a experimentação, de forma intuitiva e atractiva, de diversos produtos e serviços, ficando, assim, conhecedores do seu funcionamento.

O ano de 2004 foi, novamente, um ano rico em acções destinadas ao envolvimento directo dos clientes corporativos, salientando-se mais uma edição do Fórum Telecom & Media, em que, a par da conferência soluções empresariais de comunicação móvel: perspectivas sobre o futuro, se realizou mais uma entrega de prémios a entidades que se distinguiram na adopção de soluções avançadas de mobilidade. Nesta edição, foram premiadas a Observa, a Lactogal, a Modelo e Continente, a Câmara Municipal de Setúbal, as Águas do Cávado e a Jerónimo Martins, com projectos cujo âmbito vai desde a monitorização remota de recursos à automatização de processos. Também o segmento das Instituições Nacionais não foi descurado neste campo, destacando-se a associação ao 2.º Congresso da Administração Pública, promovido pelo Instituto Nacional da Administração, em que, para além da realização do *mobile paper* no espaço do congresso, foi proporcionada às Instituições a possibilidade de participar no Congresso, a convite da Unidade de Negócios Corporate.

No ano de 2004, a actividade comercial de captação de clientes no segmento *corporate,* onde se incluem as 4000 maiores wmpresas e as principais instituições nacionais, foi positiva, tendo representado a angariação de 220 novos clientes. Em termos de fidelização, também a actividade foi positiva, tendo a taxa de retenção sido de 94%.

Aposta no mercado de dados:

Tendo como objectivo alargar o mercado de dados, a Optimus em 2004 continuou a apostar nesta área, prosseguindo o alargamento da sua oferta, com o lançamento de serviços e conteúdos diferenciadores e relevantes para os clientes, perseguindo a melhoria da qualidade de serviço e da experiência de utilização e investindo fortemente na comunicação dos seus produtos, quer utilizando os meios tradicionais como a TV e a imprensa, quer com acções de divulgação directas, como as SMSs e MMSs ou os tradicionais *mailings*.

Os serviços multimédia, serviços do Portal Zone e MMS, continuaram a ser as principais apostas de dados para o mercado residencial, com resultados que surpreenderam pela positiva:

As receitas MMS cresceram 723% quando comparadas com as receitas do ano anterior, havendo já 1/3 da base de clientes com terminais MMS;

O tráfego GPRS cresceu 303% quando comparado com o do ano anterior;

O Portal Zone cresceu 276% em número de clientes, sendo que mais de 50% dos clientes com terminais compatíveis utiliza mensalmente o Portal.

Globalmente, foi possível aumentar significativamente o número de utilizadores de serviços de dados entre os clientes Optimus e aumentar de forma visível estas receitas, que representam já 11% das receitas de clientes da Optimus.

Portal Zone:

O lançamento do 3G veio contribuir para o enriquecimento do Portal Zone com serviços ainda mais relevantes. Baseado no *feedback* contínuo dos clientes, o Portal Zone 3G foi significativamente melhorado face ao existente anteriormente. Muitos mais conteúdos, navegação mais rápida e intuitiva, menos *clicks* até ao conteúdo final e imagem mais atractiva fizeram parte das principais mudanças do novo Portal. O novo Portal passou ainda a conter áreas promocionais dinâmicas no início das páginas, que fornecem ao utilizador as últimas ofertas e a mais recente informação da actualidade. A personalização da *homepage* foi também uma das novidades, permitindo um acesso ainda mais directo aos serviços do interesse de cada um.

Dentro dos novos serviços do Portal Zone 3G, pode-se encontrar uma área de vídeos com diferentes canais e TV em directo, uma área de música onde é possível ouvir mais de 700 músicas completas, áreas dedicadas a artistas ou filmes com conteúdos relacionados, etc.

Na área de vídeos é possível encontrar uma grande variedade de canais, de diversos temas, como se de uma televisão se tratasse. Canal de cinema onde se podem visualizar *trailers* dos filmes em estreia e em cartaz, canal de humor com apanhados, canal de moda com conteúdos da Fashion TV e muitos outros temas.

Para assegurar informação actualizada, o Portal Zone transmite em directo os noticiários dos três canais televisivos e disponibiliza ainda todos os dias vídeos com o resumo dos principais acontecimentos, actualizados às 12h e às 19h. Para estes vídeos informativos, a Optimus conta com a Agência Lusa como parceiro e estabeleceu uma parceria exclusiva com um produtor, o qual produz os vídeos especificamente para visualização via telemóvel.

Na área de música, foi desenvolvido um serviço que permite ouvir músicas completas utilizando o telemóvel e auricular, com qualidade de CD. A aposta neste serviço compreende mais de 700 músicas logo no lançamento, de diversos estilos musicais.

O novo Portal compreende ainda áreas dedicadas a artistas do mundo da música e do cinema, oferecendo todo o tipo de conteúdos relacionados com os mesmos. Aí é possível encontrar não só notas biográficas e curiosidades sobre os artistas, mas também toques reais e polifónicos das suas principais músicas, bem como imagens, *wallpapers* e *screensavers* relacionados com os artistas ou filmes. Esta área é actualizada permanentemente com os novos artistas dos *tops* e filmes em estreia.

Nas áreas de filmes actuais destacam-se os conteúdos dos *Incredibles*, *Shrek*, *Tróia*, etc; nas áreas de música é possível encontrar conteúdos sobre Robbie Williams, Nelly Furtado, Eminem, entre outros.

No novo Portal, a área de jogos foi também melhorada. Agora é possível encontrar jogos 2D, 3D e *multiplayer*. A aposta na actualização semanal dos conteúdos, que tanto agrada aos mais fãs desta área, continuará a ser chave no novo Portal. São ainda garantidos os conteúdos dos mais recentes jogos para computador, *PlayStation* ou *X--Box*.

MMS:

Dentro dos serviços multimédia, as MMS tiveram particular destaque, tendo surpreendido o crescimento da adesão a este serviço. Actualmente, cerca de um terço dos clientes da Optimus já possui telemóveis que lhes permitem enviar e receber mensagens multimédia, o que contribuiu para a explosão de envios destas mensagens.

O conjunto de acções directas sobre os clientes, no sentido de divulgar o serviço, e a comunicação em meios *above the line,* foram importantes para o sucesso alcançado em 2004. Foram ainda dinamizadores desta área serviços como os Postais MMS, que permitem o envio de postais CTT para casa, com as imagens tiradas a partir da câmara do telemóvel e aplicações incorporadas pela Optimus nos telefones dos clientes, que permitem a composição e alteração das imagens.

Serviços VAS:

Os serviços de valor acrescentado continuaram a tendência crescente dos anos anteriores, com a área de entretenimento a evidenciar-se em termos de preferência. Entre os serviços mais procurados, destacam-se os jogos JAVA, onde a Optimus tem apostado de forma séria através de associações aos melhores fornecedores internacionais que permitem oferecer no telemóvel os jogos disponíveis nas consolas tradicionais. Destacam-se ainda os toques polifónicos e toques reais, actualizados semanalmente de acordo com os *tops* nacionais e as músicas do momento, e mesmo as imagens e fotos dos artistas ou filmes favoritos.

Ainda nos serviços de entretenimento, destaca-se o lançamento do *QMúsica*?, um serviço que permite ao utilizador obter informação em qualquer momento e em qualquer lugar sobre a música que está a ouvir (álbum, artista, etc…). Este serviço teve um enorme impacto no segmento jovem, que passou a utilizá-lo para identificar as suas músicas favoritas.

Para além dos serviços *fun,* a Optimus continuou a desenvolver os seus serviços informativos, de desporto e de lazer, apostando numa oferta alargada e diversificada e na associação a parceiros com credibilidade reconhecida para o fornecimento de conteúdos. Os jornais *O Público* e o *Record* são exemplos de parceiros com os quais a Optimus continua a estreitar relações no sentido de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos aos seus clientes. São ainda disponibilizados conteúdos informativos de outros fornecedores como o *Negócios.pt* e o *Correio da Manhã*.

A Optimus desenvolveu ainda a área de úteis, explorando particularmente o serviço de telemultibanco (acessível através do nº 1700 ou do Portal Zone), que permite a realização de todo o tipo de operações bancárias a partir do telemóvel, e o serviço de *email,* que permite a recepção e envio de *emails* das contas pessoais dos clientes (clix.pt, sapo.pt, netcabo.pt, etc…).

Acesso à Internet:

Com o lançamento do UMTS, a Optimus pôde oferecer, pela primeira vez, uma experiência de banda larga aos seus clientes, tendo

dado os primeiros passos no sentido de se tornar um ISP móvel de relevo. Estudos à base de clientes demonstram um elevado nível de satisfação com a experiência de acesso à Internet utilizando a tecnologia UMTS, o que levou a Optimus a reposicionar a sua oferta no mercado e a investir na venda de placas UMTS.

A implementação de uma rede de WiFi nos Centros Comerciais Sonae, em parceria com a Novis e com o Clix, foi também uma medida importante neste processo de facultar o acesso à Internet com velocidade de banda larga, a partir de qualquer lugar.

Em suma, a área de dados da Optimus continuou em 2004 a crescer de forma sustentada, perseguindo o objectivo da massificação deste tipo de serviços.

Dados nas empresas:

Acesso ao *e-mail:*

Detectando a importância crescente desta ferramenta de comunicação para as empresas, a Optimus foi pioneira no mercado nacional ao disponibilizar uma solução específica de acesso móvel ao *e-mail* por telemóvel (M-Office). Em 2004 foram desenvolvidas várias acções nesta área:

Migração gratuita dos clientes da solução anterior (Optimus Office) para a nova solução M-Office, que oferece mais funcionalidades, maior facilidade de utilização e custos mais baixos;

Aumento das funcionalidades do M-Office através da utilização de mensagens multimédia (MMS) para notificações de novos e-mails e envio dos mesmos para o telemóvel;

Preparação do lançamento de novas formas de acesso móvel ao e-mail *(push e-mail),* a concretizar em 2005.

Messaging empresarial:

A utilização do SMS como meio de comunicação para empresas tem um elevado potencial de desenvolvimento. Dada a elevadíssima penetração do Serviço Móvel Terrestre em Portugal, qualquer SMS enviada chega praticamente a qualquer pessoa (colaborador, cliente ou parceiro de negócio), onde quer que esteja, de forma rápida, pessoal, directa e de muito baixo custo. Nenhum outro meio de comunicação reúne todas estas características, tal como os Clientes particulares já comprovaram.

As funcionalidades do SMSPro foram aumentadas em 2004, dotando-o da capacidade de enviar SMS para destinos internacionais, da possibilidade de utilização esporádica (*versus* a assinatura mensal do serviço) e do reforço das possibilidades de integração com aplicações de parceiros ou clientes empresariais no âmbito da oferta de Plataformas Abertas da Optimus2.

Parcerias:

A Optimus posiciona-se como o parceiro ideal para as empresas e fornecedores de soluções verticais/sectoriais acrescentarem soluções de mobilidade aos seus produtos.

Em 2004, foram concretizadas várias parcerias das quais destacamos:

PHC: utilização da plataforma de SMSs da Optimus através do SMSPro Webservices no PHC SMS;

Afroluso: lançamento de soluções de segurança, domótica e telemetria suportadas em comunicações GSM;

Promosocial: disponibilização de soluções de pagamento móvel para a iniciativa.

Aumento da percentagem de clientes satisfeitos:

Qualidade de atendimento:

IVRs especializados: durante o ano de 2004, o IVR (Interactive Voice Response) foi alargado para outras áreas do serviço ao cliente, tendo respondido a cerca de 15 milhões de chamadas telefónicas e fornecido informação suficiente em mais de 66% dos contactos. Alterámos profundamente o nosso IVR, por forma a tornar a sua utilização mais fácil e as nossas respostas às necessidades dos nossos clientes mais eficientes.

Para alguns segmentos e clientes de maior valor, criámos um sistema de mais fácil acesso à informação, via atendimento personalizado com um assistente. Deste modo, e mais uma vez, garantimos o encaminhamento para quem melhor pode resolver a questão em causa.

Modelo de serviço ao cliente:

Continuámos, em 2004, o processo de ajustamento contínuo dos nossos serviços, tendo em conta o tipo de produto e o valor dos nossos clientes. Dois exemplos práticos desta medida foram:

O alargamento e consolidação da função de gestor de cliente para os clientes de maior valor do segmento empresarial;

A criação do serviço de atendimento especializado a empresas, o *1693 Negócios*.

Este modelo de serviço ao cliente tem contribuído para o aumento da qualidade dos serviços prestados e para a obtenção de muito bons resultados a nível de menor abandono do segmento.

O reconhecimento dos clientes:

O reconhecimento dos clientes verificou-se no aumento da percentagem de clientes satisfeitos e muito satisfeitos com o contacto efectuado, tendo sido de 92% para particulares e de 87% para empresas. Este indicador (satisfação) é medido através de estudos baseados em amostras. Em 2004, destacamos dois parâmetros destes estudos que tiveram um aumento significativo na satisfação dos nossos clientes:

Satisfação com a rapidez de resolução de questões, o que reflecte o investimento em simplificação e melhoria continua de processos;

A satisfação com a clareza e objectividade das informações prestadas, resultado de uma aposta em formação dos nossos recursos, e mais uma vez, melhorias processuais.

Este indicador reforça a confiança de que estamos a implementar as medidas que vão ao encontro das necessidades dos nossos clientes e, dessa forma, dá-nos o alento para continuar a melhorar ainda mais no futuro.

Certificação de qualidade

A Optimus viu renovada a certificação de controlo de qualidade da APCER (enquadrado no sistema ISO 9001), em todas as áreas do serviço ao cliente.

Todos os processos relativos aos contactos de e para clientes, mas também os processos de activação, facturação, cobrança, fidelização, gestão de crédito até ao contencioso, estão certificados e sujeitos a auditorias regulares. Adicionalmente, é feita a avaliação semestral de todos os fornecedores de serviços regulares.

Este conjunto de medidas garante a implementação e controlo de programas contínuos de qualidade, por forma a melhorar, cada vez mais, o serviço prestado e a proximidade com os nossos clientes.

Cobertura e capacidade de rede

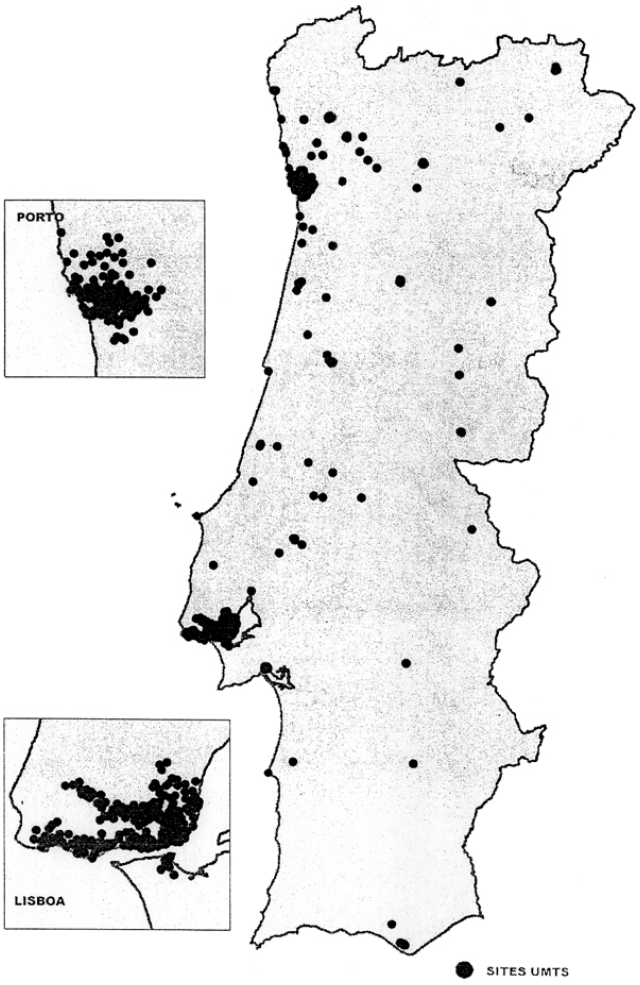
O ano de 2004 foi um ano marcante, considerando os grandes desafios assumidos e concretizados pela Optimus, entre os quais se destaca o lançamento do UMTS. Associado ao avultado investimento que tal lançamento significou (e continua a significar), ele representa uma responsabilidade acrescida para a Optimus na medida em que a empresa passou a operar com duas redes em paralelo, sendo essencial assegurar e manter, em ambas, a elevada qualidade de serviço, à qual os nossos clientes estão já habituados. Aliás, tal lema foi sempre apanágio da Optimus.

A Optimus lançou o UMTS em 4 de Junho de 2004, com a disponibilização do serviço de vídeo-chamadas, de Internet de banda larga e de novos conteúdos no também recente Portal Zone 3G, optimizado para o UMTS. À data, a cobertura da população foi de 24%, percentagem que, progressivamente e até ao final de 2004, aumentou para 30%, pois estendeu-se a cobertura, para além de Lisboa e Porto, a todas as outras capitais de distrito portuguesas.

Durante o ano continuaram a realizar-se testes de funcionalidade de UMTS com o objectivo de detectar e solucionar todos os problemas, os quais são expectáveis numa rede que é nova e que é também baseada numa tecnologia recente. Deu-se também continuidade ao planeamento e ao design de novas estações; à preparação, no terreno, do *rollout* do UMTS; à negociação de diversos novos sites onde estão e/ou irão ser instaladas as novas estações do UMTS.

A Optimus está assim, de uma forma contínua e sistemática, a preparar a expansão da oferta do UMTS em Portugal.

Sites UMTS integrados na Rede *Live* em 2004



Aperfeiçoamento da rede

É relevante referir a importância que a rede de GSM/GPRS tem e continuará a ter para a Optimus; Como tal, mantém-se o objectivo de continuamente melhorar o seu desempenho, garantindo sempre melhores níveis de qualidade de serviço, apesar do aumento da complexidade decorrente do número de sistemas e elementos de rede sob gestão.

Cobertura/capacidade:

Como é já apanágio da Optimus, a empresa continuou a apostar no reforço da cobertura e capacidade da rede, por forma a melhorar sistematicamente a sua qualidade, activando novas estações base, colocadas em locais estratégicos (*v. g.,* áreas de grande densidade populacional, principais eixos viários das zonas sazonais e rurais) e promovendo a resolução de problemas de qualidade quer através de uma monitorização contínua dos indicadores estatísticos, quer pela introdução de novas funcionalidades e revisão das já implementadas.

Durante o ano, e à medida que foram constatadas novas necessidades, foi aumentada progressivamente a capacidade da rede, sendo a mesma aumentada com expansões dos actuais elementos de rede e introdução de novos.

Não se registaram quaisquer problemas de capacidade, ao nível da rede de acesso, que afectassem os clientes Optimus.

Optimização GPRS:

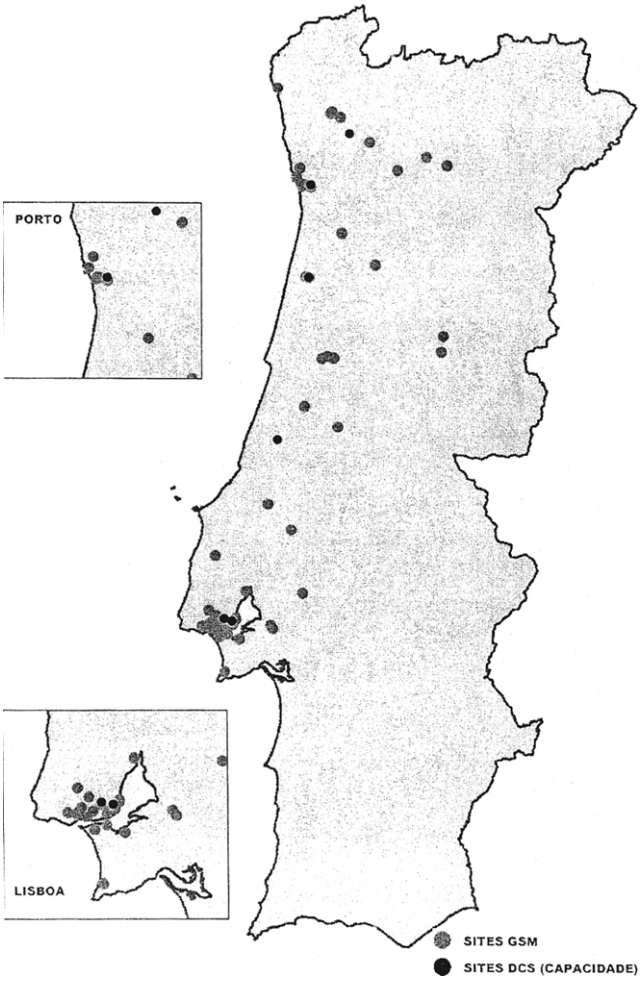
Para que o acesso ao GPRS fosse qualitativamente melhor para os clientes da Optimus, foi implementado um aumento significativo da capacidade na rede de acesso rádio em termos de GPRS. Procedeu-se ao aumento de capacidade e robustez na rede core, através da introdução de um novo nó SGSN no Porto destinado a suportar cada vez melhor o tráfego de dados gerado pelos clientes aí localizados, tanto através do GPRS como também pelo UMTS.

Estas optimizações revelaram-se especialmente importantes, uma vez que durante o ano de 2004 a procura dos diversos serviços de dados, de que é exemplo o OptimusZone, cresceu substancialmente, tendo-se registado um aumento significativo do acesso quer à Internet móvel através do seu telemóvel, quer ao envio de mensagens multimédia (MMS).

Roaming:

No seguimento do trabalho que anteriormente vinha já a ser desenvolvido, foi conferida, durante o ano de 2004, uma especial atenção ao *roaming* internacional. De notar que foi bastante significativo o número de *roamers* (isto é, clientes internacionais) que utilizaram a rede da Optimus, tendo-se registado um tráfego significativo gerado por estes clientes temporários. Destaca-se especialmente a época em que decorreu o Campeonato da Europa de Futebol — Euro 2004 —, período em que o tráfego de *roaming* ultrapassou os parâmetros considerados normais para essa altura do ano. Os excelentes resultados obtidos ficam a dever-se ao trabalho que foi desenvolvido pela Optimus na análise das zonas com maior intensidade de *roaming,* e às acções implementadas destinadas a garantir uma maior captação e permanência de clientes.

Sites GSM e DCS integrados na Rede *Live* em 2004



A atenção aos pormenores

Euro 2004:

Considerando a realização do evento Euro2004 em Portugal, foram desenvolvidas pela Optimus várias acções, das quais se destaca a execução/instalação de projectos dedicados para a cobertura dos novos estádios de futebol onde foram realizados os jogos do torneio. Foi, assim, assegurada a cobertura e/ou r eforço de capacidade em todos os locais afectos à organização do Euro 2004, nomeadamente, os dez estádios de futebol, o *press center* situado no Pavilhão Atlântico, os centros de estágio e os respectivos hotéis utilizados pelas selecções

participantes, bem como os locais públicos cuja grande afluência era expectável, como o *Fun Park* no Parque das Nações (Lisboa) ou a Ribeira (Porto).

Foi igualmente assegurada a cobertura específica no Metro do Porto e nas estações do Metropolitano de Lisboa mais utilizadas na acessibilidade aos estádios de futebol. Durante o período do Euro 2004, todas as acções planeadas pela Optimus foram concretizadas, correspondendo com êxito às solicitações, registando-se um enorme sucesso no que respeita ao tráfego gerado.

Natal e Passagem de Ano:

Como já é hábito para esta altura do ano, no início do último trimestre do ano foi formada uma equipa transversal dentro da direcção técnica com o objectivo de elaborar um plano de acções preventivas e correctivas a serem implementadas durante o período festivo do Natal e da Passagem de Ano. O objectivo é o de evitar ao máximo o congestionamento da rede, perdas de serviço, dificuldades de acesso e de envios de SMS por parte dos clientes Optimus.

Realizou-se uma operação de reforço da rede para esta época, duplicando, por isso, a capacidade do seu serviço de SMS e reforçando em mais de uma vez e meia o seu serviço de MMS. Foi ainda reforçada a cobertura das áreas onde era expectável a maior procura de serviços voz e mensagens, em particular, as zonas comerciais. As acções preventivas implementadas foram bastante eficazes, não tendo sido registados quaisquer problemas de indisponibilidade da rede, de acessibilidade ou de atrasos nas entregas de SMS dentro da rede Optimus. Os padrões de qualidade de serviço da Optimus foram mais uma vez garantidos na entrega imediata de SMS e MMS, mantendo-se a qualidade na comunicação de voz.

Na época de Natal foram estabelecidos novos recordes de tráfego na Optimus, tendo-se atingido o recorde histórico de tráfego de voz diário no dia 23 de Dezembro de 2004. No dia 24 de Dezembro de 2004 foi batido o recorde de tráfego de SMS e MMS (atingindo o pico entre as 18 horas e as 20 horas), sendo processadas na rede 27 milhões de SMS e mais de 50 mil MMS.

Projectos especiais:

Devido à importância que os clientes empresariais têm para a Optimus, continuou a haver no ano de 2004 uma aposta clara da empresa no apoio das áreas de *marketing*. Pretendeu-se não só satisfazer as necessidades dos actuais clientes, mas também, promover a angariação de novos clientes. Foram propostas soluções técnicas para vários clientes (existentes e potenciais) tendo sido efectuadas durante todo o ano 108 instalações.

Eventos:

Durante o ano de 2004 realizaram-se, em Portugal, diversos eventos especiais, dos quais se destacam os eventos como o *Rock in Rio* e o *SuperBock SuperRock*, os quais não foram descurados pela Optimus. Nas áreas onde os mesmos foram realizados foi reforçada, com sucesso, a cobertura e a capacidade.

Optimização da rede

Rede de transmissão:

Na contínua perseguição da optimização dos custos de transmissão, mas sem nunca descurar a qualidade da rede para o cliente, a Optimus promoveu a optimização dos recursos de transmissão nas interligações entre os vários elementos da sua rede, sendo disso exemplo a realização de diversas acções de optimização de topologia de transmissão com vista à redução de custos operacionais.

Compromisso com os accionistas

Evolução das receitas

Em 2004, as receitas operacionais da Optimus (consolidada) ascenderam a 659,6 milhões de euros, um crescimento de 3,7% face ao ano de 2003. As vendas de mercadorias aumentaram 3%, ascendendo a 57,5 milhões de euros, enquanto que as receitas decorrentes da prestação de serviços totalizaram 602 milhões de euros, representando um crescimento de 3,7% face ao período homólogo anterior.

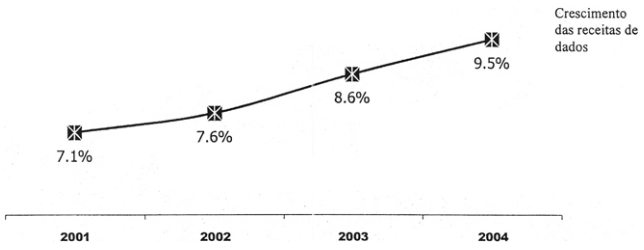
O número médio de clientes registados teve uma queda de 4,5% como resultado da revisão da base de clientes da Optimus, tendo sido excluídos todos aqueles que não eram considerados economicamente viáveis.

A receita média por cliente (ARPU) aumentou 8,7% de 22,4, em 2003, para 24,3 em 2004.

Os principais factores que contribuíram para esta subida do ARPU foram: o aumento de tráfego, aumento das receitas de *roaming* em resultado de eventos como o campeonato europeu de futebol (*Euro 2004*) e *Rock in Rio* e, por fim, a implementação de uma política mais restritiva em relação aos clientes registados que se veio a traduzir num decréscimo da base de clientes.

As receitas de serviços de dados móveis continuaram a sua tendência de crescimento, tendo tido um crescimento superior às receitas de voz, representando agora 9,5% das receitas de serviços.

Evolução em percentagem das receitas de dados



Evolução dos custos

Os custos operacionais registaram um decréscimo de 1,8% face ao ano anterior, totalizando 628,3 milhões de euros.

Este decréscimo resultou essencialmente da redução dos custos com amortizações.

Em virtude da alienação de parte do equipamento de rede à empresa SITUS (mais tarde alterada para Optimus Towering), os custos com amortizações e depreciações da Optimus reduziram-se em cerca de 11% face ao ano anterior.

A Optimus passou a pagar uma renda mensal pela utilização de cada equipamento (torre) que utiliza do parque de torres e *sites* disponibilizados por aquela empresa.

Em 2004 o custo das mercadorias vendidas totalizou 57,9 milhões de euros, representando um crescimento de 3,8% face ao ano anterior. O aumento nestes custos é essencialmente resultado de um aumento no número de unidades vendidas.

Quando comparado com o volume de negócios, esta rubrica manteve-se nos 8,8%.

Os custos de interligação, incluindo os encargos com aluguer de circuitos, ascenderam a 178,2 milhões, um crescimento de 3,1% face ao ano anterior.

Este crescimento deve-se principalmente ao aumento de tráfego para a TMN e Vodafone, o qual se veio a traduzir no agravamento do *ratio* de desbalanceamento com estes operadores.

O peso desta rubrica relativamente ao total do volume de negócios passou de 27,2% no período transacto para 27%, em 2004.

Os custos com o pessoal foram de 49,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 8,9% face ao ano anterior, traduzindo-se num aumento de 7,1% para 7,5% sobre o volume de negócios total. Este aumento resultou essencialmente do facto de em 2004 passar a ser incluído em custos com pessoal o montante associado a provisões inerentes a responsabilidades com planos de *stock options* e outros incentivos a colaboradores.

Quando analisados por cliente, os custos operacionais apresentam um crescimento.

O *cash cost* médio mensal por cliente (CCPU) apresentou um aumento de um euro, em 2004, para 18,2 euros, reflectindo não só a revisão da base de clientes registados, mas também o acréscimo de custos relativos ao pagamento das rendas à SITUS.

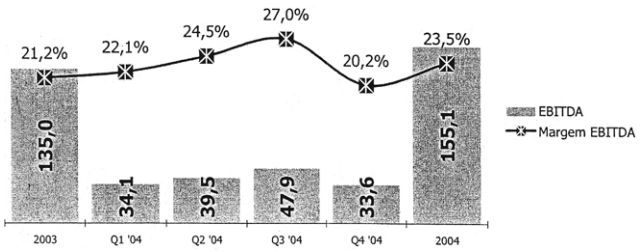
Rentabilidade da Optimus

A Optimus registou, em 2004, uma forte evolução em termos de rentabilidade operacional, como resultado de um crescimento das receitas de serviços acompanhado de um enfoque na optimização dos custos operacionais.

O *cash-flow* operacional (EBITDA) gerado em 2004 totalizou 155,1 milhões de euros, o que representa um crescimento de 14,9% face ao ano anterior.

Em consonância, a margem do EBITDA relativamente ao total das receitas de serviços melhorou para 23,5% face aos 21,2% do ano transacto.

Evolução EBITDA e Margem



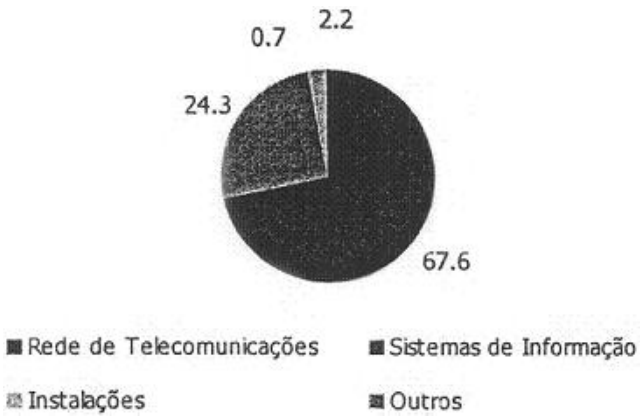
Os resultados financeiros atingiram o montante negativo de 22,3 milhões de euros, face ao valor negativo de 24,1 milhões de euros do ano transacto. A melhoria dos resultados financeiros da Optimus resulta de um processo de refinanciamento da dívida da empresa e que veio a traduzir-se numa redução dos custos financeiros, não só por via da redução do montante de endividamento, mas também por melhores condições a nível de juros e encargos financeiros.

Assim e em resultado do enfoque da gestão na rentabilidade da empresa, a Optimus gerou em 2004 um *free cash-flow* de 54,5 milhões de euros, o que compara com o valor de 52,7 milhões de euros no ano anterior.

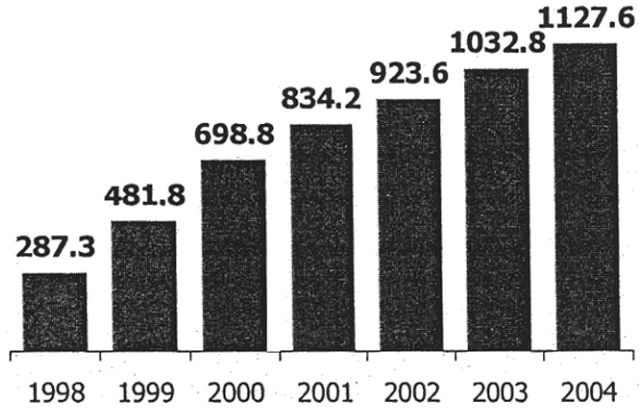
Política de investimentos

Em 2004 a Optimus prosseguiu uma política de elevado investimento na qualidade e capacidade da sua infra-estrutura de telecomunicações, tendo o investimento em activos fixos totalizado 94,8 milhões de euros, elevando assim o investimento acumulado do projecto para 1.127,6 milhões de euros.

Decomposição do investimento



Investimento acumulado



O ano de 2004 pautou-se pelo reforço do investimento na rede UMTS, de forma assegurar o lançamento comercial da oferta de 3.ª geração no último trimestre.

Em paralelo, a Optimus aumentou o investimento em sistemas de informação de forma a melhorar cada vez mais a qualidade de atendimento ao cliente.

Processo de refinanciamento

Com efeitos a 13 de Agosto de 2004, a empresa concluiu com um Sindicato Bancário Internacional a negociação e assinatura de um novo contrato de financiamento, através de dívida sénior, no montante de 450 milhões de euros, por um prazo de cinco anos. Este financiamento bancário sindicado destinou-se ao refinanciamento dos montantes utilizados ao abrigo do anterior contrato (assinado em Julho de 2003) e será utilizado para o financiamento das suas actividades correntes e futuras, designadamente a implementação de uma rede de comunicações móveis de terceira geração.

Um conjunto de 12 bancos, nacionais e internacionais, constituíram o novo sindicato bancário, sendo cerca de 70% do montante contratado actualmente assegurado por bancos internacionais.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) mantém-se como parte do novo contrato de financiamento, como co-financiador da empresa num montante de cerca de 325 milhões de euros. O BEI aumentou, assim, durante o ano de 2004 a sua participação do financiamento da empresa em cerca de 100 milhões de euros.

As condições obtidas para este novo financiamento, para além de permitirem significativas poupanças de custos financeiros, incluem um conjunto de cláusulas típicas do mercado de dívida *corporate,* reflectindo, assim, quer em termos de garantias quer em termos de *covenants* financeiros e restrições operacionais a melhoria do perfil de risco da empresa, que se vem verificando nos últimos anos.

O nosso compromisso com o país

A Optimus está consciente da sua responsabilidade na construção de um futuro onde o desenvolvimento sustentável constitui um dos valores de referência.

Sendo o ambiente um dos principais pilares do desenvolvimento sustentável a Optimus assumiu de forma clara a gestão ambiental como um factor estratégico de criação de valor e competitividade.

O ano de 2004 foi o da consolidação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que se encontra certificado pela APCER desde 2003, em conformidade com os requisitos da Norma ISO/14001:1999. O SGA da Optimus está inserido no âmbito do SGA da Sonaecom conjuntamente com todas as restantes participadas.

Das diversas actividades desenvolvidas em 2004, assumiram particular relevância as seguintes:

1 — Redefinição dos processos de avaliação e gestão das actividades ambientais, nomeadamente identificação e avaliação de impactos ambientais, e da legislação ambiental.

2 — Desenvolvimento de Sistemas para monitorização e controlo dos processos ambientais, nomeadamente a monitorização de indicadores, e controlo das não conformidades.

3 — Desenvolvimentos de meios de comunicação com o intuito de envolver e sensibilizar para um comportamento ambiental mais consciente e activo, dos:

Colaboradores, com a distribuição do Ecoreport — *newsletter* distribuída por *email;*

Fornecedores, através da disponibilização no site de informação ambiental por tipo de fornecedor com influência nos impactos ambientais.

4 — A Optimus estabeleceu contrato com a Ecopilhas para assegurar o correcto encaminhamento das baterias dos telemóveis no final do seu ciclo de vida.

5 — A Optimus estabeleceu um protocolo de colaboração para monitorização com o Instituto das Telecomunicações, com o objectivo de disponibilizar publicamente informação relevante sobre radiação electromagnética em comunicações móveis.

6 — A Optimus, mantém o esforço de promover a partilha de infra-estruturas com os outros operadores.

A Optimus tem ainda participado activamente em diversas acções de sensibilização ambiental, a destacar:

Campanha pilhas de livros: campanha de recolha de pilhas que resultou na oferta de livros às escolas com o objectivo de sensibilizar as crianças e suas famílias para a importância da reciclagem;

Fundação Gil: acção interna de recolha de *toners* e tinteiros, cujo valor da sua venda reverte a favor de iniciativas que a FG tem vindo a desenvolver junto de crianças que estão hospitalizadas.

As auditorias de acompanhamento realizadas pela APCER revelaram que o Sistema de Gestão Ambiental constitui um elemento dinâmico e flexível, garantindo respostas eficazes as necessidades da companhia, e às mudanças e dinâmicas da sua área de negócio.

O Programa de Gestão Ambiental para 2005 possui objectivos que apostam na melhoria contínua do seu desempenho ambiental. Em 2005 está prevista a transição do SGA para a ISO 14001:2004.

A Optimus mantém assim o seu compromisso de contribuição activa para um desenvolvimento sustentável através da evolução natural do seu Sistema de Gestão Ambiental.

Sociedade da informação

A Optimus mantém o sólido compromisso que tem com o país e em particular com o seu desenvolvimento e coesão através do investimento contínuo na sociedade da informação em Portugal, ajudando a criar um País melhor e mais competitivo em termos económicos e sociais, sem exclusões, que permita enfrentar, com sucesso, o desafio do desenvolvimento no sentido da convergência com os países mais ricos, nomeadamente, da União Europeia.

E este compromisso com a sociedade portuguesa é tanto mais sólido quanto mais se identifica que a sociedade da informação está na natureza e razão de actividade da Optimus.

No âmbito do grupo de trabalho UMTS, a Optimus enviou em 2004 um relatório à UMIC, entidade que preside ao referido grupo de trabalho, elencando os projectos que têm por si sido promovidos com o objectivo de promover a sociedade da informação. O relatório contempla 44 projectos, dos quais a título meramente exemplificativo, se indicam os seguintes:

Projecto comunicação para todos: desenvolvimento de uma solução integrada que permite a comunicação, por voz, através de terminais GSM, de pessoas com incapacidade de movimento total ou parcial. Este projecto foi galardoado com a atribuição de um GSM Awards na categoria Best Community Award.

Projecto INAG (Instituto da Água): solução de telemetria por modem GSM para estações pluviométricas e udométricas do INAG, instaladas ao longo do país.

Projecto serviço de alerta Optimus: solução integrada de comunicação móvel entre corporações de bombeiros e respectivos elementos que permite o contacto imediato entre ambos por SMS para a avaliação, em tempo real, do grau de prontidão, e dimensão dos recursos disponíveis para responder a situações de emergência.

Projecto gestão de frotas Optimus: desenvolvimento de um sistema integrado para gestão centralizada de frotas a partir de um centro de comando (computador com modem GSM), que recolhe automaticamente informação por telemetria (eg, controlo de níveis, quilometragem) e de localização GPS3 das viaturas, bem como outras informações solicitadas e/ou prestadas pelos condutores, em sentido bidireccional.

Projecto Geo SMS: serviço móvel de localização de pessoas ou bens portadores de um terminal móvel GSM com cartão SIM4 da Optimus.

As pessoas

A Optimus é constituída por um total de 1000 colaboradores (dados a 31 de Dezembro) com uma média de idade de 32 anos. Equilibrando juventude e experiência, a Optimus tem uma equipa de colaboradores com predominância de formação académica superior (63%) capaz de responder com profissionalismo, criatividade e empenho aos desafios do mercado.

Muito orientada para as suas pessoas, no ano 2004, a mobilidade interna dos colaboradores tornou-se numa realidade cada vez mais evidente. Hoje, este é um J processo intencional, através do qual a Optimus contribui para o desenvolvimento profissional e motivação dos seus colaboradores.

Igualmente atenta à comunidade e demonstrando uma preocupação crescente para com esta, foram desenvolvidas actividades de voluntariado, materializadas através de uma campanha de recolha de roupa e um projecto de intervenção directa dos nossos colaboradores em diversas instituições de solidariedade e hospitais.

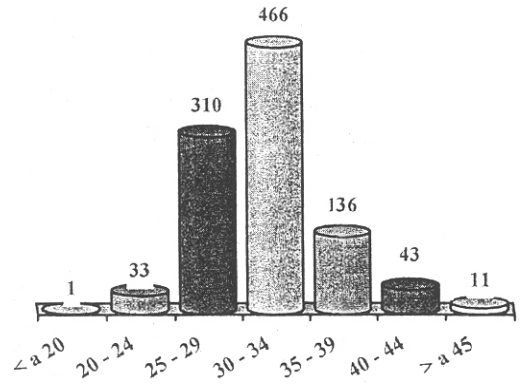


Fig. 1 — Distribuição dos colaboradores por escalões etários.

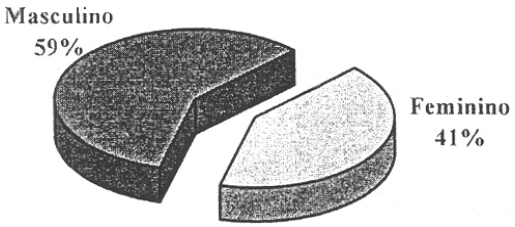


Fig. 2 — Distribuição dos colaboradores por sexo.

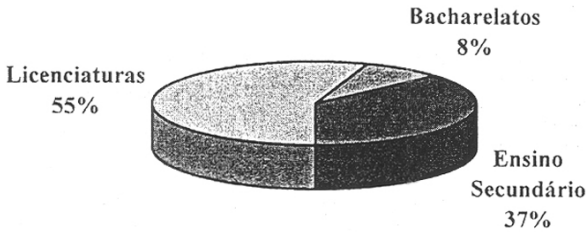


Fig. 3 — Distribuição dos colaboradores por habilitações literárias.

A gestão da Optimus contou com as seguintes colaborações ao longo de 2004:

Comissão executiva:

António Casanova, presidente (*a*).
José Carlos Pinto.
Paulo Pereira.
Jean-Pierre Bony (*b*).
Miguel Almeida.

Conselho de administração:

Paulo Azevedo, presidente (*a*).
António Casanova (*a*).
José Carlos Pinto.
Paulo Pereira Luís Filipe Reis.
Jean-Pierre Bony (*b*).
Miguel Almeida.
Artur Loureiro Christopher Lawrie.

(*a*) Resignou a 31 de Outubro.
(*b*) Resignou a 31 de Dezembro.

Factos subsequentes e perspectivas futuras

Cumprido o desafio da consolidação financeira a Optimus depara-se com um novo desafio: o de crescer em quota de mercado num ambiente de elevada penetração no mercado móvel tradicional. O ano de 2004 já registou, com o Optimus Home, um ensaio do que poderá ser a resposta da Optimus a esse desafio. A disseminação de ofertas inovadoras em sede de rede 3G e o pensamento lateral e inovador em torno dos activos de rede e sobre a capacidade de entender as neces-

sidades dos nossos clientes, combinado com o recurso acrescido aos activos partilhados com empresas do mesmo grupo em que a Optimus se integra farão, seguramente, surgir as respostas adequadas. No entanto e apesar desta confiança, as perspectivas de evolução das contas da companhia, aferidas em sede de exercício orçamental, apontam para a manutenção dos mesmos níveis de EBITDAP de 2004, com crescimento da margem EBITDAP e crescimento dos resultados líquidos.

Aplicação de resultados

No exercício de 2004, a Optimus — Telecomunicações, S. A., apresentou um resultado líquido nas contas individuais de 75 310 267,74 euros, propondo-se que seja transferido para a rubrica de reserva legal um montante de 3 765 513,38 euros e um montante de 71 544 754,36 euros para resultados transitados.

Agradecimentos

Ao conselho fiscal e ao revisor oficial de contas, agradecemos o acompanhamento e a cooperação prestada durante o ano em que a nossa actividade se caracterizou por alguma complexidade adicional. Aos nossos fornecedores, instituições bancárias e outros parceiros de negócio apresentamos o nosso reconhecimento pela confiança depositada.

Para todos os nossos colaboradores, que trabalharam incansavelmente para garantir a continuação do sucesso alcançado, vai o nosso maior agradecimento pelo trabalho efectuado.

Maia, 17 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira.*

Anexo ao relatório do conselho de administração

Anexo a que se refere o artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Títulos detidos pelos membros dos órgãos sociais e respectivas transacções durante 2004:

(Em euros)

	Data	Aquisições		Alienações		2004 —
		Quantidade	Valor médio	Quantidade	Valor médio	Quantidade
Conselho de administração:						
George Christopher Lawrie:						
Sonae, SGPS, S. A. (*a*)						106 000
Sonaecom, SGPS, S. A.						208 000
Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis:						
Sonaecom, SGPS, S. A.:						
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	1-4-2004	9 363	–	–	–	–
Alienação	11-5-2004	–	–	39 263	3,01	–
Miguel Nuno Santos Almeida:						
Sonaeçom, SGPS, S. A.:						
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	1-4-2004	5 154	–	–	–	–
Alienação	29-4-2004	–	–	3 125	3,20	–
José Carlos Mendes Pinto:						
Sonae, SGPS, S. A.:						
Aquisição	30-1-2004	28 235	0,85	–	–	–
Alienação	8-3-2004	–	–	66 243	1,05	–
Aquisição	18-3-2004	63 000	0,99	–	–	–
Alienação	3-8-2004	–	–	3 000	0,86	–
Alienação	3-9-2004	–	–	13 000	0,87	–
Alienação	27-9-2004	–	–	11 200	0,90	–
Alienação	14-12-2004	–	–	5 000	1,03	–
Sonaecom, SGPS, S. A.:						
Aquisição	8-3-2004	2 700	3,41	–	–	–
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	1-4-2004	5 647	3,05	–	–	–
Alienação	30-6-2004	–	–	1 600	3,17	–
Alienação	30-6-2004	–	–	747	3,26	–
Paulo Jorge Henriques Pereira:						
Sonae, SGPS, S. A.	–	–	–	–	–	2 593
Sonaecom, SGPS, S. A.:						
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	1-4-2004	3 433	–	–	–	–
Alienação	13-12-2004	–	–	3 433	3,81	–

(Em euros)

	Data	Aquisições		Alienações		2004 —
		Quantidade	Valor médio	Quantidade	Valor médio	Quantidade
Artur Carlos Gomes Loureiro:						
Sonae, SGPS, S. A.	–	–	–	9 787	–	–
Sonaecom, SGPS, S. A.:						
Alienação	20-1-2004	–	–	1 530	2,95	–
Acções entregues ao abrigo do Plano de Atribuição Diferida de Acções	1-4-2004	6 917	–	–	–	–
Alienação	23-4-2004	–	–	6 917	3,07	–

Notas:

	Data	Aquisições		Alienações		2004 —
		Quantidade	Valor médio	Quantidade	Valor médio	Quantidade
Efanor Investimentos, SGPS, S. A.:						
Sonae, SGPS, S. A.	–	–	–	–	–	949 983 715
Pareuro, BV	–	–	–	–	–	20 000
Sonaeçom, SGPS, S. A.	24-3-2004	1 000	3,08	–	–	1 000
Pareuro, BV:						
Sonae, SGPS, S. A.	–	–	–	–	–	108 820 695
Imparfin, SGPS, S. A.):						
Sonae, SGPS, S. A.	–	–	–	–	–	4 105 273

Anexo a que se refere o artigo 448.° do Código das Sociedades Comerciais

	Número de acções em 31 de Dezembro de 2004
Efanor Investimentos, SGPS, S. A.:	
Sonae, SGPS, S. A.	949 983 715
Pareuro, BV	20 000
Sonaecom, SGPS, S. A.	1 000
Pareuro, BV:	
Sonae, SGPS, S. A.	108 820 695
Sonae, SGPS, S. A.:	
Sonaecom, SGPS, S. A.	39 362 998
Sonae Investments, B. V.	40
Sonae Investments, B. V.:	
Sonaecom, SGPS, S. A.	147 211 738
Sonaecom, SGPS, S. A.:	
Sonae Telecom, SGPS, S. A.	10 000 000
Sonae Telecom, SGPS, S. A.:	
Optimus — Telecomunicações, S. A.	196 742 179
093X — Telecomunicações Celulares, S. A.:	
Optimus —Telecomunicações, S. A.	109 290 488
WSB Wirefree Services Belgium:	
Optimus — Telecomunicações, S. A.	85 751 216

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira.*

Balanços em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO

(Em euros)

	Notas	2004			2003
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Activo imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	3.*a*), 8 e 10	9 038 072	5 278 786	3 759 286	5 820 254
Propriedade industrial e outros direitos	3.*a*), 8 e 10	144 344 364	3 768 542	140 575 822	36 161
Trespasses	3.*a*), 8 e 10	185 000	3 817	181 183	–
Imobilizações em curso	3.*a*), 8 e 10	–	–	–	155 381 297
	3.*a*), 8 e 10	153 567 436	9 051 145	144 516 201	161 237 712
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais		911 501	–	911 501	911 501
Edifícios e outras construções	3.*b*), 10 e 14	39 431 842	16 795 457	22 636 385	84 675 238
Equipamento básico	3.*b*), 10,14 e 15	468 342 012	208 596 491	259 745 521	268 656 046
Equipamento de transporte	3.*b*), 10 e 14	54 395	48 450	5 945	69 943
Ferramentas e utensílios	3.*b*), 10 e 14	979 529	941 130	38 399	106 300
Equipamento administrativo	3.*b*), 10, 14 e 15	214 519 072	146 930 448	67 588 624	71 714 308
Outras imobilizações corpóreas	3.*b*), 10 e 14	1 803 758	1 327 522	476 236	845 824
Imobilizações em curso	3.*b*), 10 e 14	16 796 491	–	16 796 491	29 460 898
	3.*b*), 10 e 14	742 838 600	374 639 498	368 199 102	456 440 058
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo		1 307 026	–	1 307 026	988 790
Empréstimos a empresas do grupo		1 994 178	–	1 994 178	1 974 178
Títulos e outras aplicações financeiras		146 271 250	146 250	146 125 000	75 000
Outros empréstimos concedidos		24 316	24 316	–	–
	3.*c*), 10, 16 e 34	149 596 770	170 566	149 426 204	3 037 968
Circulante:					
Existências:					
Mercadorias	3.*d*), 3.*g*), 34 e 41	14 789 864	4 361 001	10 428 863	6 091 370
Dívidas de terceiros — médio/longo prazos:					
Outros devedores		3 000 000	–	3 000 000	–
Dívidas de terceiros — curto prazo:					
Clientes, c/c		127 512 231	–	127 512 231	113 579 581
Clientes — títulos a receber		30 799	–	30 799	30 799
Clientes de cobrança duvidosa	3.*f*) e 23	48 707 446	48 707 446	–	–
Outros accionistas		181	–	181	181
Adiantamentos a fornecedores		559 337	–	559 337	584 078
Estado e outros entes públicos	48	366 824	–	366 824	2 654 780
Outros devedores	23	9 773 875	58 881	9 714 994	7 711 297
	34	186 950 693	48 766 327	138 184 366	124 560 716
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria	3.*l*) e 51	11 550 000	–	11 550 000	57 410 000
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		1 999 446		1 999 446	603 997
Caixa		213 010		213 010	93 606
		2 212 456		2 212 456	697 603
Acréscimos e diferimentos:					
Activos por impostos diferidos	3.*k*), 6 e 49	32 859 274		32 859 274	46 823 437
Acréscimos de proveitos	3.*e*) e 49	29 515 914		29 515 914	33 013 297
Custos diferidos	3.*e*), 3.*i*), 49 e 54	147 386 529		147 386 529	180 283 840
		209 761 717		209 761 717	260 120 574
Total de amortizações			383 690 643		
Total de provisões			53 297 894		
Total do activo		1 474 267 536	436 988 537	1 037 278 999	1 069 596 001

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

(Em euros)

	Notas	2004	2003
Capital próprio:			
Capital	36 a 40	425 000 000	425 000 000
Prestações acessórias	40	46 887 002	46 887 002
Prémios de emissão de acções	40	47 805 293	47 805 293
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	40	–	(286 218)
Resultados transitados	40	(118 469 547)	(100 695 513)
Resultado líquido do exercício	40	75 310 268	(17 856 052)
Total do capital próprio	40	476 533 016	400 854 512
Passivo:			
Provisões para outros riscos e encargos:			
Outras provisões para riscos e encargos	3.*h*) e 34	3 825 142	4 931 887
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:			
Dívidas a instituições de crédito	29 e 50	324 458 200	420 458 200
Fornecedores de imobilizado, c/c	15	5 628 017	43 355 899
		330 086 217	463 814 099
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	50	1 580 574	4 174 780
Fornecedores, c/c		92 780 956	76 393 865
Fornecedores — facturas recepção e conferência		2 288 453	356 098
Fornecedores de imobilizado, c/c		36 553 925	21 677 458
Estado e outros entes públicos	48	2 278 163	2 642 635
Outros credores		4 767 984	4 925 867
		140 250 055	110 170 703
Acréscimos e diferimentos:			
Acréscimos de custos	3.*i*) e 54	65 475 737	66 295 030
Proveitos diferidos	–	21 108 832	23 529 770
	3.*e*) e 49	86 584 569	89 824 800
Total do passivo		560 745 983	668 741 489
Total do capital próprio e do passivo		1 037 278 999	1 069 596 001

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Silva.*

Demonstrações dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

CUSTOS E PERDAS

	Notas	2004		2003	
Custo das merc. vendidas e das matérias consumidas	41		57 946 319		55 837 547
Fornecimentos e serviços externos			405 980 828		403 627 102
Custos com o pessoal:					
Remunerações		36 565 845		35 610 861	
Encargos sociais e outros		12 532 523	49 098 368	10 094 689	45 705 550
Amortizações do imobiliz. corpóreo e incorpóreo	10	91 478 133		102 821 983	
Provisões	34	16 327 776	107 805 909	21 055 942	123 877 925
Impostos		10 348 944		10 437 883	
Outros custos operacionais		194 122	10 543 066	221 616	10 659 499
(*A*)			631 374 490		639 707 623
Perdas em empresas do grupo e associadas		–		66 604	
Amortiz. e prov. de aplic. e investim. financeiros		–		170 566	
Juros e custos similares:					
Relativos a empresas do grupo		–		–	
Outros	45	24 944 113	24 944 113	26 661 880	26 899 050

(Em euros)

	Notas	2004		2003	
(*C*)			656 318 603		666 606 673
Custos e perdas extraordinárias	46		2 512 705		4 782 839
(*E*)			658 831 308		671 389 512
Imposto sobre o rendimento do exercício:					
Imposto corrente	48	231 783		225 069	
Imposto diferido	3.*k*) e 6	13 964 164	14 195 947	5 154 003	5 379 072
(*G*)			673 027 255		676 768 584
Resultado líquido do exercício			75 310 268		(17 856 052)
Total dos custos e perdas			748 337 523		658 912 532

PROVEITOS E GANHOS

	Notas	2004		2003	
Vendas de mercadorias	44	57 524 229		55 866 055	
Prestação de serviços	44	602 110 476	659 634 705	580 390 998	636 257 053
Trabalhos para a própria empresa	10		6 693 269		3 156 555
Proveitos suplementares			12 341 290		11 375 402
(*B*)			678 669 264		650 789 010
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:					
Relativos a empresas do grupo		94 676		–	
Outros		524 178		–	
Outros juros e proveitos similares:					
Relativos a empresas do grupo		676 216		83 763	
Outros	45	1 371 589	2 666 659	2 682 791	2 766 554
(*D*)			681 335 923		653 555 564
Proveitos e ganhos extraordinários	46		67 001 600		5 356 968
(*F*)			748 337 523		658 912 532
Total dos proveitos e ganhos			748 337 523		658 912 532

Resumo:

	2004	2003
Resultados operacionais: (*B*)–(*A*) =	47 294 774	11 081 387
Resultados financeiros: (*D*–*B*)–(*C*–*A*) =	(22 277 454)	(24 132 496)
Resultados correntes: (*D*)–(*C*) =	25 017 320	(13 051 109)
Resultados antes de impostos: (*F*)–(*E*) =	89 506 215	(12 476 980)
Resultado líquido do exercício: (*F*)–(*G*) =	75 310 268	(17 856 052)

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira*. — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Silva*.

Demonstrações dos resultados por funções dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

	2004	2003
Vendas e prestações de serviços	659 634 705	636 257 053
Custo das vendas e das prestações de serviços	(393 496 846)	(399 321 816)
Resultados brutos	266 137 859	236 935 237
Outros proveitos e ganhos operacionais	74 138 645	11 375 402
Custos de distribuição	(178 575 308)	(182 861 537)
Custos administrativos	(41 765 062)	(39 310 653)
Outros custos e perdas operacionais	(10 970 788)	(20 746 204)
Resultados operacionais	108 965 346	5 392 245
Custo líquido de financiamento	(19 438 317)	(17 632 055)
Perdas em filiais e associadas	(20 814)	(237 170)
Ganhos em filiais e associadas	–	–
Resultados não usuais ou não frequentes	–	–
Resultados correntes	89 506 215	(12 476 980)

(Em euros)

	2004	2003
Imposto corrente	(231 783)	(225 069)
Imposto diferido	(13 964 164)	(5 154 003)
Impostos sobre os resultados correntes	(14 195 947)	(5 379 072)
Resultados correntes após impostos	75 310 268	(17 856 052)
Resultados extraordinários	–	–
Imposto sobre os resultados extraordinários	–	–
Resultados líquidos	75 310 268	(17 856 052)
Resultado por acção (em euros)	0,18	(0,04)

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Silva.*

Demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

	2004		2003	
Actividades operacionais:				
Recebimentos de clientes	638 546 215		634 057 377	
Pagamentos a fornecedores	(420 196 240)		(425 183 286)	
Pagamentos ao pessoal	(47 539 802)		(45 180 019)	
Fluxo gerado pelas operações	170 810 173		163 694 072	
Pagamentos/recebim. do imposto sobre o rendimento	(324 788)		(217 184)	
Outros recebim./pagamentos relativos a activ. operacionais	2 408 491		(1 611 218)	
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	172 893 876		161 865 670	
Fluxos das actividades operacionais (1)		172 893 876		161 865 670
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	36 929 186		–	
Imobilizações corpóreas	164 370 797		1 717 077	
Imobilizações incorpóreas	23 345		–	
Juros e proveitos similares	2 335 467	203 658 795	864 960	2 582 037
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	(182 970 000)		(95 001)	
Imobilizações corpóreas	(111 578 960)		(72 300 001)	
Imobilizações incorpóreas	(2 371 854)	(296 920 814)	(42 647)	(72 437 649)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(93 262 019)		(69 855 612)
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos		100 000 000		138 184 000
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	(196 000 000)		(169 818 900)	
Juros e custos similares	(25 382 798)	221 382 798)	(39 485 912)	(209 304 812)
Fluxos das actividade de financiamento (3)		(121 382 798)		(71 120 812)
Variação de caixa e seus equival. (4) =(1)+(2)+(3)		841 750 941)		20 889 246
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		53 932 823		33 043 577
Caixa e seus equivalentes no final do período		12 181 882		53 932 823

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira.* — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Silva.*

Anexo às demonstrações dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em euros)

	2004	2003
1 — Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
Filial: Optimus Towering — Gestão de Torres de Telecomunicações, S. A.:		
a) Preço total	–	1
b) Valor pago	–	1
2 — Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	213 010	93 606
Depósitos imediatamente mobilizáveis	1 999 446	603 997
Depósitos à ordem (saldos credores)	(1 580 574)	(4 174 780)
Outras aplicações de tesouraria	11 550 000	57 410 000
Caixa e seus equivalentes	12 181 882	53 932 823
Depósitos à ordem (saldos credores)	1 580 574	4 174 780
Disponibilidades constantes do balanço	13 762 456	58 107 603
3 — Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias:		
a) Créditos bancários concedidos e não sacados	155 469 673	184 469 673

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira*. — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Silva*.

Anexo aos balanços e às demonstrações dos resultados

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória:

A Optimus — Telecomunicações, S. A. (doravante designada empresa ou Optimus) foi constituída em 24 de Julho de 1997 e tem como objecto social a implementação de redes de telecomunicações, a operação e exploração de redes e serviços de telecomunicações e o fornecimento e comercialização de equipamentos de telecomunicações.

A empresa iniciou a sua actividade comercial em 15 de Setembro de 1998, a qual consiste essencialmente na exploração do serviço de comunicações móveis terrestres, efectuada ao abrigo de uma licença concedida pelo Governo Português, em 17 de Novembro de 1997, com uma duração de 15 anos a partir daquela data.

A actividade da empresa está condicionada aos termos da licença atrás referida.

Como resultado do concurso aberto para atribuição de quatro licenças de âmbito nacional para os Sistemas de Telecomunicações Móveis Internacionais (IMT 2000/UMTS), foi concedida à empresa uma das licenças.

A referida licença tem a validade de 15 anos e teve como contrapartida o pagamento ao Estado de uma taxa de cem milhões de euros (v. nota n.º 8). A empresa iniciou a actividade comercial baseada na tecnologia UMTS durante o ano de 2004.

As notas seguintes respeitam a numeração sequencial estipulada pelo Plano Oficial de Contabilidade aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, modificado pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho. As notas cujo número não figura neste anexo, não são aplicáveis à empresa ou são irrelevantes para a sua apresentação.

3 — Bases de apresentação, princípios contabilísticos e critérios valorimétricos:

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos contabilísticos da empresa, mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal, no pressuposto da continuidade das operações. As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras foram os seguintes:

a) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição e são constituídas, principalmente, por despesas com estudos genéricos de desenvolvimento da rede, estudos de *marketing* e de vendas e pelo pagamento da licença UMTS, a qual se encontra registada em propriedade industrial e outros direitos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos, com a excepção das despesas com os estudos de admissão ao concurso público de atribuição da licença de operador, as quais são amortizadas durante o período da concessão, que ascende a quinze anos, do trespasse que está a ser amortizado por um período de cinco anos e da licença UMTS que está a ser amortizada por um período de 11 anos (período compreendido entre a data de arranque da actividade operacional e a data de termo da licença). As amortizações são efectuadas por duodécimos, a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

b) *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações corpóreas são valorizadas ao custo de aquisição.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos a partir da data em que os bens entram em funcionamento.

As taxas anuais utilizadas correspondem às taxas máximas fiscalmente aceites, com as seguintes excepções:

i) Equipamento básico, para o qual foram determinadas taxas específicas de depreciação, julgadas mais adequadas, tendo em consideração a vida útil estimada dos respectivos bens;

ii) Despesas em instalações arrendadas por um período de três anos, em que não se prevê a renovação do respectivo contrato de arrendamento.

Os anos de vida útil estimados correspondentes às taxas de amortização utilizadas são os seguintes:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-10
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3-8
Outras imobilizações corpóreas	4-8

A empresa contabiliza o valor dos estudos de desenvolvimento de rede em imobilizado » corpóreo, por forma a reflectir o custo completo dos *sites* incluídos em equipamento básico.

c) *Investimentos financeiros*. — Os investimentos financeiros representativos de partes de capital em empresas do grupo são relevados ao custo de aquisição ou ao valor de mercado, dos dois o mais baixo.

Até 31 de Dezembro de 2003, os investimentos financeiros em empresas do grupo, encontravam-se registados pelo método de equivalência patrimonial. A mudança de política contabilística, a qual foi reflectida nas rubricas do capital próprio, ajustamento de partes de capital em filiais e associadas e resultados transitados, resultou num aumento dos capitais próprios de 368 236 euros (notas n.os 10 e 40).

Os empréstimos concedidos a empresas do grupo e os títulos e outras aplicações financeiras, que correspondem a prestações acessórias de

capital realizadas nas participadas, são registados pelo seu valor nominal.

São constituídas provisões para investimentos financeiros sempre que exista diferença materialmente relevante entre o custo de aquisição e o valor estimado de realização da participação, detida directa ou indirectamente, numa perspectiva de médio e longo prazos.

d) *Existências*. — As existências encontram-se valorizadas ao custo médio ponderado de aquisição, o qual não excede o seu valor de realização.

e) *Acréscimos e diferimentos*. — Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa no exercício a que dizem respeito.

Nas rubricas de acréscimos e diferimentos (nota n.º 49) são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que ocorrem. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados com base na valorização do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

f) *Provisão para créditos de cobrança duvidosa*. — Esta provisão é constituída tendo por base a estimativa de perdas pela não cobrança de contas a receber de clientes, determinada com base em critérios económicos.

g) *Provisão para depreciação de existências*. — Esta provisão reflecte a diferença entre o custo da aquisição e o valor actual de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas por baixa rotação, obsolescência e depreciação.

h) *Provisão para outros riscos e encargos*. — Esta provisão reflecte as responsabilidades derivadas de diversos riscos de natureza específica, nomeadamente a desvalorização tecnológica de equipamentos de telecomunicações cedidos a clientes em regime de comodato.

i) *Responsabilidade por planos de* stock options. — As responsabilidades derivadas dos planos de *stock options* e outros incentivos a colaboradores, abrangidas por um contrato de *hedging* celebrado em Dezembro de 2003, e cujo valor total se encontra registado na rubrica de acréscimos de custos, são registadas na demonstração de resultados nos períodos durante os quais se espera que influenciem a motivação e permanência dos colaboradores na empresa. A parcela referente ao período ainda não decorrido é registada na rubrica de custos diferidos (notas n.os 49 e 54).

j) *Activos e passivos expressos em moeda estrangeira*. — As transacções em moeda estrangeira são relevadas ao câmbio do dia de cada operação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço (nota n.º 4).

As diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data do balanço foram registadas nos resultados do exercício (nota n.º 45).

A partir de 1 de Janeiro de 2004, a empresa passou a registar as diferenças de câmbio pelo seu valor líquido na demonstração dos resultados do exercício.

k) *Impostos diferidos*. — A empresa reconhece os impostos diferidos de acordo com a directriz contabilística n.º 28, de 29 de Junho de 2001 (nota n.º 6).

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante de impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

l) *Títulos negociáveis*. — Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria são valorizados ao custo de aquisição, o qual não excede o respectivo valor de realização.

4 — Cotações utilizadas:

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio (expressas em euros) para converter para euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	2004	2003
Libras inglesas	1,41084	1,41884
Dólares dos Estados Unidos	0,73508	0,79177
Francos suíços	0,64767	0,64189
Direitos de saque especiais (SDR)	–	1,17654

6 — Impostos:

De acordo com a legislação em vigor, a administração fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (dez anos para a segurança social o. até 31 de Dezembro de 2000, e cinco anos após essa data). Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2001, poderão vir, ainda, a ser sujeitas a revisão.

Conforme a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de seis anos, podendo ser deduzidos à matéria colectável apurada nesse período.

Tendo em consideração a maturidade da empresa e o cumprimento do Plano de Negócios previamente estabelecido, o balanço em 31 de Dezembro de 2004 inclui, na rubrica de activos por impostos diferidos, o montante de 32 859 274 euros, dos quais 28 962 143 euros correspondentes às perdas fiscais reportáveis geradas desde 1999. Estes activos por impostos diferidos foram reconhecidos atendendo ao cumprimento do Plano de Negócios previamente estabelecido na medida em que este prevê a recuperabilidade destas perdas fiscais através de lucros fiscais futuros. Considerando que o período de utilização dos prejuízos reportáveis é de seis anos, até 2005 terão de ser utilizados os prejuízos correspondentes a 1999, cujos activos por impostos diferidos ascendem a 2 859 800 euros.

Incluídos no montante acima referido, a empresa tem registados activos por impostos diferidos, referentes a provisões não aceites fiscalmente, no montante de 3 897 131 euros. À excepção destes montantes não existem outras diferenças temporárias significativas que gerem activos ou passivos por impostos diferidos.

Em 31 de Dezembro de 2004, os impostos diferidos foram calculados à taxa de imposto agregada (incluindo derrama) de 27,5%.

A composição e o movimento dos activos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 é como segue:

	Saldo inicial		Imposto		Saldo final	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Activos por impostos diferidos:						
Prejuízos fiscais reportáveis	151 723 545	41 723 974	(49 393 428)	(13 583 192)	102 330 117	28 140 783
Provisões não aceites fiscalmente	18 543 500	5 099 463	(4 503 88)	(1 238 569)	14 039 613	3 860 894
Correcção a prejuízos fiscais reportáveis do exercício anterior	–	–	2 986 764	821 360	2 986 764	821 360
Correcção a provisões não aceites fiscalmente do exercício anterior	–	–	131 771	36 237	131 771	36 237
	170 267 045	46 823 437	(50 778 780)	(13 964 164)	119 488 265	32 859 274

7 — Número médio de colaboradores:

Durante os exercícios de 2004 e 2003, o número médio de colaboradores ao serviço da empresa ascendeu a 1057 e 1042, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o número de colaboradores ao serviço da empresa tinha a i seguinte composição:

	2004	2003
Contratados	1 005	1 020
Estagiários	31	25
Total	1 036	1 045

8 — Imobilizações incorpóreas:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Despesas de instalação:		
Estudos de *marketing* e vendas	2 126 070	4 260 818
Estudos de desenvolvimento da rede	3 393 108	3 807 461
Serviços de informática	356 862	359 854
Estudo de admissão ao concurso	785 771	785 771
Outras despesas de instalação	2 376 261	2 569 199
	9 038 072	11 783 103
Amortizações acumuladas	(5 278 786)	(5 962 849)
	3 759 286	5 820 254
Propriedade industrial e outros direitos:		
Licenciamento da operação UMTS	141 616 427	–
Licenças de *software*	2 531 802	2 531 802
Marcas	196 135	181 255
	144 344 364	2 713 057
Amortizações acumuladas	(3 768 542)	(2 676 896)
	140 575 822	36 161
Trespasses:		
Trespasses	185 000	–
Amortizações acumuladas	(3 817)	–
	181 183	–
Imobilizações em curso:		
Licenciamento da operação UMTS	–	133 092 912
Desenvolvimento da rede UMTS	–	22 288 385
	–	155 381 297

Conforme evidenciado na nota n.º 10, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a empresa abateu despesas de instalação no montante de 2 745 031 euros, uma vez que estas se encontravam totalmente amortizadas.

Durante o ano de 2004, a empresa deu início à prestação de serviços de telecomunicações móveis utilizando a tecnologia UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service).

O valor referente ao licenciamento de operação UMTS respeita à taxa fixada pelo Estado para a licença concedida para os Sistemas de Telecomunicações Móveis Internacionais, no montante de 99 759 579 euros (v. nota introdutória).

A rubrica de propriedade industrial e outros direitos — Licenciamento da operação UMTS inclui ainda 33 333 333 euros pagos no âmbito do contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças de UMTS em Portugal, bem como o montante de 8 523 515 euros referente a juros suportados com o financiamento contraído para o pagamento da licença UMTS.

10 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas e dos investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Activo bruto:

	Saldo inicial	Aumentos	Transfer.	Alienações e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	11 783 103	–	–	(2 745 031)	9 038 072
Propriedade industrial e outros direitos	2 713 057	14 880	141 616 427	–	144 344 364
Trespasses	–	185 000	–	–	185 000
Imobilizações em curso	155 381 297	4 876 023	(159 746 702)	(510 618)	–
	169 877 457	5 075 903	(18 130 275)	(3 255 649)	153 567 436

	Saldo inicial	Aumentos	Transfer.	Alienações e abates	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	911 501	–	–	–	911 501
Edifícios e outras construções	137 371 476	498 598	6 123 451	(104 561 683)	39 431 842
Equipamento básico	456 568 621	3 285 274	61 275 018	(52 786 901)	468 342 012
Equipamento de transporte	121 510	254 553	–	(321 668)	54 395
Ferramentas e utensílios	1 084 768	1 061	41 857	(148 157)	979 529
Equipamento administrativo	185 918 521	441 037	35 182 873	(7 023 359)	214 519 072
Outras imobilizações corpóreas	1 742 258	61 500	–	–	1 803 758
Imobilizações em curso	29 460 898	88 684 020	(84 492 924)	(16 855 503)	16 796 491
	813 179 553	93 226 043	18 130 275	(181 697 271)	742 838 600
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	988 790	–	368 236	(50 000)	1 307 026
Empréstimos a empresas do grupo	1 974 178	120 000	–	(100 000)	1 994 178
Títulos e outras aplicações financeiras	221 250	182 850 000	–	(36 800 000)	146 271 250
Outros empréstimos concedidos	24 316	–	–	–	24 316
	3 208 534	182 970 000	368 236	(36 950 000)	149 596 770

Amortizações e provisões:

	Saldo inicial	Reforços	Transfer.	Alienações e abates	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	5 962 849	2 060 968	–	(2 745 031)	5 278 786
Propriedade industrial e outros direitos	2 676 896	1 091 646	–	–	3 768 542
Trespasses	–	3 817	–	–	3 817
	8 639 745	3 156 431	–	(2 745 031)	9 051 145
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	52 696 238	4 682 263	–	(40 583 044)	16 795 457
Equipamento básico	187 912 575	46 470 516	(6 026)	(25 780 574)	208 596 491
Equipamento de transporte	51 567	9 742	–	(12 859)	48 450
Ferramentas e utensílios	978 468	80 622	6 026	(123 986)	941 130
Equipamento administrativo	114 204 213	36 700 512	–	(3 974 277)	146 930 448
Outras imobilizações corpóreas	896 434	431 088	–	–	1 327 522
	356 739 495	88 374 743	–	(70 474 740)	374 639 498
Investimentos financeiros:					
Títulos e outras aplicações financeiras	146 250	–	–	–	146 250
Outros empréstimos concedidos	24 316	–	–	–	24 316
	170 566	–	–	–	170 566

O valor das transferências em imobilizado corpóreo e incorpóreo corresponde, essencialmente, à transferência para firme do imobilizado associado ao investimento na tecnologia UMTS, no montante de 167 383 451 euros, devido ao início da actividade comercial baseada nesta tecnologia.

O valor das alienações inclui o montante de 161 937 992 euros, relativo à venda de parte das torres de telecomunicações à subsidiária Optimus Towering — Gestão de Torres de Telecomunicações, S. A.

As imobilizações corpóreas em curso, em 31 de Dezembro de 2004, referem-se, essencialmente, a centrais de transmissão e *software* que, a essa data, ainda não tinham entrado em funcionamento.

Os custos com o pessoal associados ao desenvolvimento da rede e de sistemas, incorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, no montante de 6 693 269 euros, foram capitalizados em imobilizado corpóreo, por contrapartida da rubrica de trabalhos para a própria empresa.

O abate ocorrido na rubrica Partes de capital em empresas do grupo corresponde à liquidação da subsidiária Contacto Útil — Serviços e Gestão de Atendimento a Clientes, S. A.

O valor do aumento na rubrica de títulos e outras aplicações financeiras, no montante de 182 850 000 euros, é referente a prestações acessórias concedidas à participada Optimus Towering, das quais foram devolvidas, durante o exercício de 2004, um montante de 36 800 000 euros.

Os reforços de amortizações no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foram registados na rubrica amortizações do exercício, no montante de 91 478 133 euros, e em resultados extraordinários, no montante de 53 041 euros (nota n.º 46).

14 — Imobilizações corpóreas e em curso implantadas em propriedade alheia:

Em 31 de Dezembro de 2004, todo o imobilizado corpóreo e em curso estava afecto à actividade da empresa. O valor do imobilizado corpóreo e em curso que estava implantado em propriedade alheia ascendia a 739 291 030 euros.

O valor das centrais de transmissão implantadas em edifícios e terrenos propriedade de terceiros ascendia, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a 395 021 017 euros e 531 129 093 euros, respectivamente.

15 — Bens em regime de locação financeira:

Em 31 de Dezembro de 2004, a Empresa detinha, em regime de locação financeira, equipamento informático e de rede que se encontra registado nas rubricas de equipamento administrativo, equipamento básico e imobilizado em curso, cujo valor contabilístico é, a essa data, de 6 903 642 euros, de 81 350 euros e 489 401 euros, respectivamente.

16 — Empresas do grupo, associadas e participadas:

Em 31 de Dezembro de 2004, as contas da Empresa são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas da Sonae, SGPS, S. A. e da Sonaecom, SGPS, S. A., sendo esta última detentora de 100% da Sonae Telecom, SGPS, S. A. que, por sua vez, detém 46,29% da empresa (v. nota n.º 37).

Em 31 de Dezembro de 2004, a Optimus mantinha uma participação efectiva de 100% na Per-Mar — Sociedade de Construções, S. A., com sede na Rua Almirante Gago Coutinho, lote 1, Casal de Santo André, Loures. A principal informação financeira desta filial é como segue:

	2004		2003	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Balanço:				
Activo líquido	3 175 762	–	3 177 647	–
Passivo	–	2 266 519	–	2 263 862
Capital próprio	–	909 243	–	913 785
Capital social	–	54 000	–	54 000
Demonstração dos resultados:				
Proveitos	–	218 884	–	217 863
Custos	223 426	–	284 467	–
Resultado do exercício	4 542	–	66 604	–

O investimento financeiro acima mencionado encontra-se registado ao custo de aquisição.

Em 31 de Dezembro de 2004, a Optimus detinha ainda uma participação de 100% na sociedade Optimus Towering — Gestão de Torres de Telecomunicações, S. A., com sede em lugar do Espido, Via Norte, Maia. A principal informação financeira desta filial é a seguinte:

	2004		2003	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Balanço:				
Activo líquido	150 676 667	–	26 956	–
Passivo	–	4 937 591	–	846
Capital próprio	145 739 076	–	26 110	
Capital social	–	50 000	–	50 000
Demonstração dos resultados:				
Proveitos	–	25 805 434	–	87 078
Custos	26 142 468	–	65 287	–
Resultado do exercício	337 034	–	–	21 791

O investimento financeiro acima mencionado encontra-se registado ao custo de aquisição.

23 — Dívidas de cobrança duvidosa:

Em 31 de Dezembro de 2004, as dívidas de cobrança duvidosa, classificadas nas rubricas de clientes de cobrança duvidosa e outros devedores , ascendem a 48 707 446 euros e a 58 881 euros, respectivamente, e encontravam-se totalmente provisionadas.

29 — Dívidas a terceiros a mais de cinco anos:

Em 31 de Dezembro de 2004 não existem dívidas a terceiros com vencimento a mais de cinco anos. Em 31 de Dezembro de 2003 o valor ascendia a 281 706 994 euros (v. nota n.º 50).

31 — Compromissos assumidos:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o valor dos compromissos financeiros assumidos perante terceiros, eram como segue:

	2004	2003
Investimento das áreas técnicas	9 863 042	42 791 923
Investimento em sistemas de informação	2 223 612	1 322 146

32 — Garantias prestadas:

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, tinha a seguinte composição:

Beneficiário da garantia	Descrição	2004	2003
Banco Europeu de Investimento	Financiamento (v nota n.º 50)	324 458 200	224 458 200
Instituto das Comunicações de Portugal	Licença de operação UMTS	2 493 989	2 493 989
Hewlett Packard	Garantia de pagamento	608 741	1 491 630
Outros	–	829 811	197 620
		328 390 741	228 641 439

34 — Movimento ocorrido nas provisões:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumento	Utilização e redução	Saldo final
Provisão para investimentos financeiros	170 566	–	–	170 566
Provisão para cobranças duvidosas (v. notas n.os 3, alínea *f*) e 23)	44 113 847	11 088 259	(6 435 779)	48 766 327
Provisão para depreciação de existências [v. nota n.º 3, alínea *g*)]	4 700 183	2 172 628	(2 511 810)	4 361 001
Provisões para outros riscos e encargos [v. nota n.º 3, alíneas *h*) e *i*)]	4 931 887	3 066 889	(4 173 634)	3 825 142
	53 916 483	16 327 776	(13 121 223)	57 123 036

O valor das reduções das provisões inclui o montante de 2 603 477 euros registados em resultados extraordinários (nota n.º 46) e o montante de 10 517 746 euros relativos a utilizações directas das provisões.

O valor dos aumentos das provisões para outros riscos e encargos, registados no exercício de 2004, incluem responsabilidades derivadas dos planos de *stock options* e outros incentivos a colaboradores, no montante de 215 110 euros (nota n.º 54).

O valor das reduções de provisões inclui a transferência das responsabilidades derivadas dos planos de *stock options* e outros incentivos a colaboradores para a rubrica de acréscimos de custos, no montante de 215 110 euros (notas n.os 3, alínea *i*) e 54). O saldo das provisões para outros riscos e encargos reflecte diversos riscos de natureza específica, nomeadamente a desvalorização tecnológica de equipamentos de telecomunicações cedidos a clientes em regime de comodato.

36 — Composição do capital:

A composição do capital em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 era a seguinte:

	Número de acções	
	2004	2003
Acções de categoria A	212 500 000	212 500 000
Acções de categoria B	212 500 000	212 500 000
	425 000 000	425 000 000

As acções são tituladas, ordinárias e nominativas e com o valor nominal de um euro cada.

As acções de categoria *B* poderão ser convertidas em acções preferenciais sem voto, não remíveis, com direito a um dividendo prioritário de 5% do respectivo valor nominal, mediante deliberação da assembleia geral e sem necessidade de consentimento dos seus titulares.

37 — Detentores de capital:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a estrutura accionista da empresa era a seguinte:

	2004	Percentagem	2003	Percentagem
Sonae Telecom, SGPS, S. A.	196 742 179	46,29	196 742 179	46,29
093X — Telecomunicações Celulares, S. A.	109 290 488	25,72	109 290 488	25,72
Wirefree Services Belgium	85 751 216	20,18	85 751 216	20,18
Maxistar — Comunicações Pessoais, S. A.	11 778 315	2,77	11 778 315	2,77
Parpública — Participações Públicas, SGPS, S. A.	21 437 802	5,04	–	–
Direcção-Geral do Tesouro	–	–	21 437 802	5,04
	425 000 000	100,00	425 000 000	100,00

40 — Movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os movimentos ocorridos nos saldos das rubricas do capital próprio foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aumento	Transfer.	Saldo final
Capital	425 000 000	–	–	425 000 000
Prestações acessórias	46 887 002	–	–	46 887 002
Prémios de emissão de acções	47 805 293	–	–	47 805 293
Ajustamento de partes de capital em filiais e associadas	(286 218)	286 218	–	–
Resultados transitados	(100 695 513)	82 018	(17 856 052)	(118 469 547)
Resultado líquido do exercício	(17 856 052)	75 310 268	17 856 052	75 310 268
Total do capital próprio	400 854 512	75 678 504	–	476 533 016

Os accionistas mantêm na empresa prestações acessórias, proporcionais ao valor das suas participações, cujo valor total ascende a 46 887 002 euros.

De acordo com os estatutos da empresa, as prestações acessórias seguem o regime fixado na lei para as prestações suplementares de capital, quanto ao regime de obrigação e restituição. No que respeita à restituição, os estatutos consagram ainda que as prestações acessórias devem ser restituídas aos accionistas na medida em que dessa restituição não resulte infracção da obrigação de manutenção do nível dos capitais próprios constante da licença da ANACOM, ou uma diminuição dos capitais próprios para um valor inferior à soma do capital e da reserva legal.

O valor dos prémios de emissão de acções refere-se essencialmente à subscrição e realização das acções adquiridas por um accionista, em 29 de Dezembro de 1998, acima do respectivo valor nominal.

De acordo com a legislação vigente, os prémios de emissão apenas poderão ser utilizados para aumentar o capital ou para cobertura de perdas acumuladas.

Os montantes de 286 218 euros e 82 018 euros, registados na rubrica de ajustamento de partes de capital em filiais e associadas e resultados transitados, respectivamente, correspondem ao reajustamento resultante da alteração da política contabilística de registo dos investimentos financeiros [nota n.º 3, alínea *c*)].

41 — Custo das mercadorias vendidas:

O custo das mercadorias vendidas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, foi determinado como segue:

	2004	2003
Existências iniciais	10 791 553	22 368 346
Compras	79 528 095	75 109 660
Regularização de existências	(17 583 465)	(30 848 906)
Existências finais	(14 789 864)	(10 791 553)
	57 946 319	55 837 547

As regularizações de existências incluem o seguinte:

	2004	2003
Custos diferidos	14 498 143	19 493 249
Anulação directa da provisão (nota n.º 34)	960 927	3 274 762
Perdas de existências (v. nota n.º 46)	732 825	2 555 989
Notas de crédito a receber	495 024	265 358
Consumo de material de desgaste rápido	333 524	369 707
Imobilização de existências	309 220	3 017 262
Custos de desmontagem de pacotes	286 774	1 898 384
Consumo de material promocional	8 869	48 091
Sobras de inventário (nota n.º 46)	(41 841)	(73 896)
	17 583 465	30 848 906

O valor total das perdas em existências, no montante de 732 825 euros, difere do valor mencionado na nota n.º 46, 792 058 euros, devido a regularizações do IVA em quebras de inventário e custos de transporte registados nas respectivas contas de custos.

43 — Remunerações dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros do conselho de administração da empresa, durante os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, foram de 924 646 euros e 922 263 euros, respectivamente.

44 — Repartição do valor líquido das vendas e das prestações de serviços:

As vendas e prestações de serviços realizadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004, e 2003, distribuíram-se por mercados geográficos da seguinte forma:

	2004	2003
Mercado interno:		
Vendas de mercadorias	57 483 409	50 923 136
Prestação de serviços	552 678 730	536 815 376
	610 162 139	587 738 512
Mercado externo:		
Vendas de mercadorias	40 820	4 942 919
Prestação de serviços	49 431 746	43 575 622
	49 472 566	48 518 541

45 — Demonstrações dos resultados financeiros:

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Juros suportados	16 093 107	13 632 188
Perdas em empr. do grupo e associadas [nota n.º 3, alínea *c*)]	–	66 604
Provisões para aplic. financeiras	–	170 566
Diferenças de câmbio desfavoráveis (nota n.º 3, alínea *j*)]	–	1 984 546
Descontos de pronto-pagamento concedidos	55 601	50 601
Outros custos e perdas financeiras	8 795 405	10 994 545
Resultados financeiros	(22 277 454)	(24 132 496)
	2 666 659	2 766 554

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Juros obtidos	1 113 442	863 029
Diferenças de câmbio favoráveis [nota n.º 3, alínea *j*)]	118 256	1 871 420
Desc. de pronto-pagamento obtidos	1 205 491	31 997
Outros prov. e ganhos financeiros	229 470	108
	2 666 659	2 766 554

O montante de outros custos e perdas financeiras refere-se, essencialmente, a comissões devidas pela utilização por clientes de terminais de pagamento automático nas lojas próprias e de terminais multibanco e a encargos com a garantia bancária associada ao financiamento de médio e longo prazos.

46 — Demonstrações dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Donativos	30 742	16 275
Dívidas incobráveis	5 888	120 682
Perdas em existências (nota n.º 41)	792 058	2 859 632
Perdas em imobilizações	1 377 082	1 020 239
Multas e penalidades	125 075	75 502
Aumentos de amortizações e provisões (nota n.º 10)	53 041	87 568
Correcções relativas a exercícios anteriores	112 148	580 881
Outros custos e perdas extraordin.	16 671	22 060
Resultados extraordinários	64 488 895	574 129
	67 001 600	5 356 968

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Restituição de impostos	15 844	77 225
Ganhos em exist. (nota n.º 41)	62 933	142 815
Ganhos em imobilizações	63 153 623	363 912
Benef. de penalidades contratuais	354 278	4 866
Reduções de amortiz. e de provisões (nota n.º 34)	2 603 477	3 181 219
Correcções relat. a exerc. anteriores	583 786	1 349 093
Outras proveitos e ganhos extraordinários	227 659	237 838
	67 001 600	5 356 968

As perdas em imobilizações no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, no montante de 1 377 082 euros, dizem respeito, essencialmente, à alienação de telemóveis colocados em clientes em regime de comodato, no final do período do contrato.

A rubrica de ganhos em imobilizações inclui o montante de 62 930 545 euros relativo à alienação de parte das torres de telecomunicações à subsidiária Optimus Towering (nota n.º 53).

48 — Estado e outros entes públicos:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004		2003	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o valor acrescentado a recuperar	350 358	–	2 652 491	–
Imposto sobre o valor acrescentado:				
Reembolsos pedidos	2 289	–	2 289	–
Contribuições para a segurança social	–	1 375 142	–	1 597 687
Retenções de imposto sobre o rendimento	–	903 021	–	964 239
Imposto sobre o rendimento (líquido)	14 177	–	–	80 709
	366 824	2 278 163	2 654 780	2 642 635

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor do imposto sobre o rendimento diz respeito à estimativa para imposto a pagar, no montante de 231 783 euros, líquida de retenções na fonte e pagamentos por conta, no montante de 245 960 euros.

49 — Acréscimos e diferimentos:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os saldos das rubricas de acréscimos e diferimentos tinham a seguinte composição:

	2004	2003
Acréscimos de proveitos:		
Facturação a emitir a clientes por prestação de serviços	15 833 887	15 017 241
Facturação a emitir a operadores	10 757 157	16 784 193
Rappel a receber	1 476 591	–
Outros acréscimos de proveitos	1 448 279	1 211 863
	29 515 914	33 013 297
Activos por impostos diferidos:		
Impostos diferidos	32 859 274	46 823 437
Custos diferidos:		
Custos de angariação de clientes	117 168 226	150 364 698
Encargos com financiamento bancário	19 319 634	19 428 447
Stock options (nota n.º 54)	3 240 318	2 700 852
Lojas de agentes	1 939 223	4 168 844
Subcontratos — aluguer de circuitos	1 554 966	–
Trabalhos especializados	1 316 221	846 027
Rendas e alugueres	604 975	999 331
Outros custos diferidos	2 242 966	1 775 641
	147 386 529	180 283 840

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram diferidos custos de angariação de clientes no montante de 57 664 006 euros, tendo sido reconhecidos no exercício, na rubrica de fornecimentos e serviços externos, custos de angariação anteriormente diferidos no montante de 90 860 478 euros.

Os custos de angariação de clientes, que incluem os custos de equipamentos e diversos custos comerciais, nomeadamente custos com publicidade e comissões atribuídas aos agentes, têm vindo a ser diferidos e reconhecidos durante o período de vigência do contrato ou o período estimado de retenção do cliente que é, em média, de aproximadamente três anos.

Neste caso, o custo de angariação dos clientes é reconhecido a uma taxa degressiva, de acordo com a taxa estimada de retenção dos clientes.

A rubrica de encargos com financiamento bancário registou uma diminuição pelo reconhecimento, no exercício de 2004, de 3 263 319 euros, relativos aos encargos anteriormente diferidos, tendo sido diferidos, durante o exercício, um montante de 3 154 506 euros associados à montagem da operação de financiamento realizada em 2004.

Em 31 de Dezembro de 2004, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante, de 37 177 291 euros e 29 913 608 euros, respectivamente, assim como saldos de acréscimos de proveitos no valor de 347 411 euros, e de acréscimos de custos no valor de 6 856 200 euros, que resultam de um diferendo mantido com a TMN — Telecomunicações Móveis, S. A., relativo a preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano.

A empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras.

Terminou a fase de julgamento do processo judicial em curso, aguardando-se a emissão da sentença.

	2004	2003
Acréscimos de custos:		
Facturação a emitir por operadores nacionais	22 271 174	22 642 626
Comissões a pagar a agentes	7 574 336	10 567 748
Stock options (nota n.º 54)	6 737 785	4 471 852
Gratificações a pagar ao pessoal	6 148 688	6 239 026
Custos com o pessoal — férias e subsídio de férias a pagar	5 335 482	5 067 718
Trabalhos especializados	4 495 516	5 659 301
Publicidade e propaganda	3 598 860	1 813 958
Aquis. da área técnica a facturar	2 677 531	3 178 735
Encargos financeiros a pagar	896 706	1 454 011
Rappel	816 090	25 774
Taxas a pagar à ANACOM	724 385	135 836
Facturação a emitir por operadores internacionais	528 354	1 643 599
Outras rendas e alugueres	524 082	386 204
Conservação e reparação	474 754	564 281
Energia eléctrica	384 376	254 306
Custos com formação	189 282	224 318
Transportes de mercadorias	137 168	10 000
Comissões bancárias	135 978	118 137
Comunicação	133 411	166 729
Seguros a liquidar	102 976	107 572
Aluguer de geradores	14 255	18 750
Outros acréscimos de custos	1 574 548	1 544 549
	65 475 737	66 295 030
Proveitos diferidos:		
Receitas antecipadas de clientes	20 420 791	22 281 580
Outros proveitos diferidos	688 041	1 248 190
	21 108 832	23 529 770

As receitas antecipadas de clientes referem-se a tráfego não utilizado em produtos pré-pagos ou planos regulares.

A rubrica de *stock options* inclui o montante de 5 551 198 euros exigível a médio e longo prazo, sendo os restantes 1 186 587 euros exigíveis a curto prazo.

50 — Dívidas a instituições de crédito:

Processo de refinanciamento:

A 6 de Agosto de 2004, a empresa concluiu com um Sindicato Bancário Internacional a negociação e assinatura de um novo contrato de financiamento, através de dívida sénior, no montante de 450 milhões de euros, por um prazo de cinco anos. Este financiamento bancário sindicado destinou-se ao refinanciamento dos montantes utilizados ao abrigo do anterior contrato de financiamento *project* (assinado em Julho de 2003) e será utilizado para o financiamento das actividades correntes e futuras, designadamente a implementação de uma rede de comunicações móveis de terceira geração e actividades comerciais relacionadas.

Um conjunto de 12 bancos, nacionais e internacionais, constituíram o novo sindicato bancário, sendo cerca de 70% do montante contratado actualmente assegurado por bancos internacionais.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) mantém-se como parte do novo contrato de financiamento, como co-financiador da empresa num montante de cerca de 325 milhões de euros. O BEI aumentou, assim, durante o ano de 2004 a sua participação do financiamento da empresa em cerca de 100 milhões de euros.

As condições acordadas para o novo financiamento (descritas em maior pormenor abaixo), para além de permitirem significativas poupanças de custos financeiros, incluem um conjunto de cláusulas típicas do mercado de dívida *corporate,* reflectindo, assim, em termos de garantias, *covenants* financeiros e restrições operacionais, a melhoria do perfil de risco da empresa.

Financiamento sindicado:

A actual linha de crédito assegura a totalidade das necessidades de financiamento externo previstas no plano de negócios da sociedade.

Os limites negociados e os respectivos saldos, a 31 de Dezembro de 2004, são os seguintes:

	Limites negociados	Utilização	
		Curto prazo	Médio e longo prazos
Banco Europeu de Investimento	324 458 200	–	324 458 200
Financiamento em sistema de conta corrente	125 541 800	–	–
	450 000 000	–	324 458 200

Para efeitos dos fundos utilizados ao abrigo da tranche relativa ao Banco Europeu de Investimento, os bancos participantes no sindicato asseguram a emissão de garantias bancárias requeridas, como habitualmente, por aquela instituição.

A taxa de juro está indexada à Euribor e é função da sua *performance* financeira, nomeadamente em relação ao *ratio* de Net Debt to EBITDA (relação entre o montante de endividamento líquido da empresa e os resultados antes de encargos financeiros, impostos, depreciações e amortizações).

O *spread* está inicialmente fixado em 75 pontos-base (a vigorar até à entrega das contas relativas ao exercício de 2004), podendo vir a ser futuramente reduzido, até um mínimo de 40 pontos-base, em função da evolução do *ratio* atrás referido.

Os montantes utilizados ao abrigo da linha de financiamento BEI serão reembolsados em duas amortizações (30% em Junho de 2008 e 70% em Junho de 2009).

A *tranche* de financiamento em sistema de conta corrente será reembolsável, na sua totalidade, apenas em Junho de 2009.

Nestes termos, a totalidade do endividamento externo da empresa está actualmente registado como reembolsável apenas a médio e a longo prazos.

Os *covenants* acordados com o sindicato bancário são semelhantes aos negociados para este tipo de financiamento de longo prazo, nomeadamente em mercados de dívida *corporate*.

Em relação aos anteriores contratos de financiamento *project* da empresa, o financiamento actual é significativamente menos restritivo e permitiu, por exemplo, a eliminação de limitações temporais ao pagamento de dividendos e outras distribuições a accionistas e das restrições a alterações da sua estrutura accionista.

O actual contrato de financiamento permitiu ainda a libertação do penhor de acções, que havia sido concedido por todos os accionistas da Optimus e que estava contemplado nos anteriores contratos.

Deste modo, o cumprimento das obrigações da empresa ao abrigo do actual financiamento é exclusivamente garantido pelas suas actividades e pela sua capacidade de geração de fundos.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as dívidas a instituições de crédito classificadas a médio e longo prazos tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

Ano de vencimento	2004	2003
Ano de 2006	–	31 534 365
Ano de 2007	–	50 454 984
Ano de 2008	97 337 460	56 761 857
Ano de 2009	227 120 740	94 603 095
Ano de 2010	–	119 830 587
Ano de 2011	–	67 273 312
	324 458 200	420 458 200

Outros financiamentos:

Para além da linha de crédito atrás referida, a empresa tem contratadas linhas de crédito de apoio à tesouraria de curto prazo, no montante global de aproximadamente 30 milhões de euros.

Estes financiamentos vencem juros indexados à taxa Euribor do respectivo prazo de utilização, determinado pela empresa. O *spread* médio suportado nas utilizações destas linhas de crédito cifra-se, actualmente, em cerca de 85 pontos-base.

Os limites negociados e respectivos saldos, a 31 de Dezembro de 2004, são os seguintes:

	Limites negociados	Utilização	
		Curto prazo	Médio e longo prazos
Financiamentos de apoio à tesouraria	29 927 873	–	–

Adicionalmente, a empresa, em 31 de Dezembro de 2004, tinha registado descobertos bancários no montante de 1 580 574 euros.

Risco da taxa de juro:

A Optimus apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados relevantes.

Para efeitos de cobertura do risco de taxa de juro na empresa, três regras principais são utilizadas na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura:

Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a determinada transacção, as datas de fixação de taxas de juro e as respectivas datas de liquidação deverão ser exactamente as mesmas do financiamento/transacção objecto da cobertura;

Equivalência perfeita entre as taxas-base: a taxa base utilizada no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser exactamente a mesma que a aplicável ao financiamento/transacção que está a ser coberta;

Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

A Optimus acompanha activamente a evolução das taxas de juro de mercado, tentando assegurar, sempre que possível, que o custo médio ponderado real suportado com o seu endividamento externo seja inferior ou igual à taxa de juro considerada no plano de negócios como custo de dívida.

A totalidade do endividamento da Optimus encontra-se actualmente a taxas variáveis e, como tal, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados das taxas variáveis originais para taxas fixas.

Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados (trimestralmente), da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nocionais acordados.

No final do exercício de 2004, cerca de 66% da dívida bruta existente encontra-se coberta com aquele tipo de instrumentos, num montante total de 215 milhões de euros.

As taxas fixas e máximas negociadas, resultantes dos contratos assinados em 2003 e determinadas por aquelas coberturas, variam entre 2,63% e 3,68%, sendo a maturidade média destas transacções de aproximadamente 15 meses. Do montante total contratado, 160 milhões de euros correspondem a transacções com vencimento durante o ano de 2005.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da Empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

A Optimus documenta desde o início das transacções a relação entre o instrumento de cobertura e as respectivas transacções cobertas, bem como os objectivos da gestão de risco de taxa de juro e as políticas que determinam as várias transacções de cobertura.

Actualmente, todas as transacções de cobertura estão relacionadas com o seu endividamento a médio e longo prazo contratado em Agosto de 2004, nomeadamente às *tranches* de financiamento do Banco Europeu de Investimento. A empresa avalia, quer no momento de contratação quer numa base regular, a eficácia das transacções de cobertura na protecção contra as variações dos fluxos de caixa objecto de cobertura.

51 — Outras aplicações de tesouraria:

A rubrica de outras aplicações de tesouraria refere-se a depósitos bancários a curto prazo, remunerados com base em taxas de juro de mercado.

52 — Licenças atribuídas à empresa:

Em 31 de Dezembro de 2004, estavam atribuídas à empresa as seguintes licenças pela ANACOM:

Em 17 de Setembro de 1997, licença n.º ICP-014/TCM — Prestação do Serviço de Telecomunicações Complementar Móvel — Serviço Móvel Terrestre, em território nacional, com a duração de 15 anos;

Em 14 de Setembro de 1999, licença n.º ICP-005/99-SFT — Prestação do Serviço de Telecomunicações Fixas, em território nacional, com a duração de 15 anos;

Em 19 de Dezembro de 2000, licença n.º ICP-04/UMTS — Exploração de Sistemas de Telecomunicações Móveis Internacionais (IMT2000/UMTS), em território nacional, com a duração de 15 anos.

53 — Outros factos relevantes:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a empresa alienou parte das suas torres de telecomunicações à subsidiária Optimus Towering, operação efectuada no âmbito da reorganização da Optimus. A alienação daqueles activos foi efectuada pelo seu valor de mercado, determinado por avaliadores independentes especializados, originando uma mais-valia contabilística de 62 930 545 (nota n.º 46).

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus assumiu compromissos na área da promoção da sociedade de informação, num montante máximo de 275 milhões de euros. Muito embora se tenham alterado profundamente as circunstâncias em que os referidos compromissos foram assumidos, a Optimus já realizou investimentos significativos na área em referência, pelo que, tendo em conta a informação disponível à data deste relatório, é do entendimento do conselho de administração da Optimus que, em 31 de Dezembro de 2004, não existem quaisquer responsabilidades por registar decorrentes daquelas obrigações.

54 — Planos de *stock options:*

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, e de acordo com a política descrita na nota n.º 3, alínea *i*), incluem, na rubrica de acréscimos de custos 6 737 785 de euros, de custos diferidos 3 240 318 euros (nota n.º 49), de provisões do exercício 215 110 euros (nota n.º 34) e de custos com o pessoal 1 879 951 euros, relativas à responsabilidade com planos de *stock options*.

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira*. — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Silva*.

Certificação legal das contas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras anexas de Optimus — Telecomunicações, S. A. (empresa), as quais compreendem o balanço em 31 de Dezembro de 2004, que evidencia um total de 1 037 278 999 euros e capitais próprios no montante de 476 533 016 euros, incluindo um resultado líquido de 75 310 268 euros, as demonstrações de resultados por naturezas e por funções e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo nesta data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — E da responsabilidade do conselho de administração da empresa a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame, sobre aquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança

aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame inclui a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame inclui, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do principio, da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, para os fins indicados no parágrafo 5 abaixo, a posição financeira de Optimus — Telecomunicações, S. A., em 31 de Dezembro de 2004, bem como os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nesta data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

5 — *Ênfase*. — A Empresa adopta o custo de aquisição como critério de valorização do seu investimento financeiro na subsidiária Optimus Towering — Gestão de Torres de Telecomunicações, S. A., da qual detém a totalidade do capital social e cujos activos, passivos, capitais próprios, proveitos e custos serão incluídos pelo método integral nas suas demonstrações financeiras consolidadas anuais. As demonstrações financeiras que foram objecto da nossa revisão referem-se à actividade individual da empresa, foram elaboradas para aprovação pela assembleia geral de accionistas e publicação e incorporam no resultado líquido do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, uma mais-valia de, aproximadamente, 62 931 000 euros (nota n.º 46), resultante da alienação pela empresa àquela participada das torres de telecomunicações, avaliadas ao seu justo valor por uma entidade especializada e independente. Em virtude da adopção do custo de aquisição como método de valorização da referida participação financeira, aquela mais-valia não foi anulada nas demonstrações financeiras individuais da empresa, contrariamente ao que ocorrerá na elaboração das suas contas consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas da empresa, em 31 de Dezembro de 2004, apresentam um activo de 984 434 790 euros, capitais próprios de 424 618 361 euros e um resultado líquido de 23 804 169 euros.

Porto, 17 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves*.

Relatório e parecer do fiscal único

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas da Optimus — Telecomunicações, S. A. (empresa), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade da administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da empresa, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da empresa as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório de gestão do exercício de 2004 preparado pelo conselho de administração e da proposta nele incluída. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas, que inclui uma ênfase, bem como o relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do assunto descrito no ponto 5 da certificação legal das contas, as demonstrações financeiras supra-referidas e o relatório de gestão, bem como a proposta nele expressa, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da empresa o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 17 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves*.

Relatório anual sobre a fiscalização efectuada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004

1 — O presente relatório é emitido nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.

2 — Procedemos à revisão legal das contas da Optimus — Telecomunicações, S. A. (empresa) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias.

Em consequência do exame efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas a qual inclui uma ênfase.

3 — O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:

1) Acompanhamento da gestão e actividade da empresa, através da participação em reuniões, da leitura das actas relevantes e da obtenção de informações dos seus responsáveis, tendo solicitado os esclarecimentos que considerámos necessários.

2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e que se encontram divulgadas no anexo às demonstrações financeiras.

3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os respectivos anexos, com as normas de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

4) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte.

5) Análise do sistema de controlo interno, com vista à determinação do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, tendo sido efectuados os testes de controlo considerados apropriados.

6) Realização de testes de validação de saldos, transacções e outras informações com a extensão e profundidade que considerámos adequadas em função da materialidade dos valores envolvidos, dos quais destacamos:

a) Verificação das adições do exercício dos principais elementos do imobilizado corpóreo, confirmação directa da titularidade de bens sujeitos a registo e dos eventuais ónus ou encargos incidentes sobre tais bens;

b) Análise de valores constantes do imobilizado incorpóreo, nomeadamente quanto à sua elegibilidade e recuperabilidade futura;

c) Observação das operações de inventariação física de existências, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, testes de contagens efectuados e da respectiva valorização, cálculo e compilação;

d) Confirmação directa e por escrito junto de terceiros, (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas pela empresa; quando aplicável, análise e teste das reconciliações preparadas pela empresa e aplicação de procedimentos alternativos nos casos de ausência de resposta de terceiros;

e) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela empresa;

f) Solicitação directa e por escrito a advogados e outras entidades, de informações sobre processos de cobrança coerciva, litígios ou acções judiciais pendentes, reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;

g) Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de activos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;

h) Análise da situação fiscal, e para-fiscal e da adequada contabilização dos impostos e taxas aplicáveis;

i) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção à sua classificação na demonstração dos resultados e a sua especialização entre exercícios;

j) Análise das operações, transacções e saldos com as entidades relacionadas;
k) Apreciação da política de seguros seguida pela Empresa, incluindo a actualização dos capitais seguros nos ramos aplicáveis;
l) Análise da situação relativa aos benefícios de reforma, pré-reforma e *stock options*;
m) Verificação da titularidade dos investimentos financeiros, custo de aquisição e respectivo valor de realização;
n) Verificámos a conformidade da classificação dos débitos e créditos a médio e longo prazo com os prazos contratados de reembolso e liquidação dos mesmos;
o) Obtenção da declaração de responsabilidade do conselho de administração.

7) Apreciámos a conformidade do relatório de gestão com as demonstrações financeiras do exercício, o qual satisfaz os requisitos legais e estatutários aplicáveis.

Porto, 17 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves*.

Relatório e contas consolidadas de 2004

Relatório de gestão

Comparação de resultados com o ano anterior

	2003	2004	Variação (percentagem)
Total de Clientes Optimus	2 305 847	2 128 765	— 7,7
Percentagem pré-pagos	81,8	85,4	3,6
Percentagem de clientes activos	87,5	74,8	(*a*) — 12,7
Activações líquidas	185 961	— 136 708	n. a.
Percentagem dados nas receitas de serviços	8,6	9,5	(*a*) 0,9
Total # SMS/mês/utilizador	27,2	28,7	5,5
Taxa de desactivação (percentagem)	20,4	36,2	(*a*) 15,8
ARPU (*a*) (euros)	22,4	24,3	8,7
CCPU (*b*) (euros)	17,2	17,4	0,9
SAC (*c*) (euros)	80,7	80,7	–
ARPM (*d*) (euros)	0,21	0,22	2,2
Utilização média mensal (minutos)	104,3	111,0	6,4
Trabalhadores (*e*)	1 020	1 026	0,6
Receitas de serviços (milhões de euros)	580,4	602,1	3,7
Volume de negócios (milhões de euros)	636,3	659,6	3,7
Resultado líquido (milhões de euros)	— 17,9	23,8	n. a.
EBITDA (milhões de euros)	135,0	171,7	27,2
EBITDA Margem	21,2	26,0	(*a*) 4,8
Cash EBITDA (milhões de euros)	173,3	201,3	16,2
Cash EBITDA Margem	27,2	30,5	(*a*) 3,3
Investimento corpóreo e incorpóreo (milhões de euros)	109,2	99,7	— 8,6

(*a*) Receita média por cliente.
(*b*) *Cash cost* por cliente.
(*c*) Custo de aquisição de um cliente.
(*d*) Receita média por minuto.
(*e*) Não incluindo estagiários.

Mensagem da comissão executiva

O ano de 2004 foi, indubitavelmente, um bom ano para a Optimus, tendo permitido consolidar, como os números claramente demonstram, a sua *performance* financeira e posicionamento competitivo.

Apesar do ambiente macroeconómico menos favorável á expansão do consumo privado e negativo para as expectativas dos agentes económicos em termos de crescimento sustentado a curto e médio prazo, a Optimus alcançou um crescimento de 4,8 p.p. na sua margem EBITDA, cifrando-se em 26% com um valor absoluto de 171,7 milhões de euros. Este resultado operacional foi alcançado através do crescimento do volume de negócios da companhia para 659,6 milhões de euros, 3,7% acima de 2003 e da redução dos custos operacionais em 1,8% para 628,3 milhões de euros. Os resultados líquidos antes de impostos foram positivos de 29,4 milhões de euros, confirmando a tendência, anunciada em 2003, de ser 2004 o ano em que depois de EBITDA e do *free cash-flow,* a Optimus alcançaria de forma sustentada resultados líquidos positivos.

Comercialmente, o ano de 2004 foi marcado pelo crescimento da concorrência entre os operadores móveis, com especial relevo para a luta em torno da primazia quanto ao lançamento e oferta de serviços baseados na tecnologia 3G.

A Optimus desenvolveu uma intensa actividade de alargamento da sua rede UMTS desde os centros urbanos de Lisboa e Porto até às principais cidades e zonas de afluência de pessoas no país, privilegiando a procura da qualidade de serviço e da boa experiência de utilização em detrimento de penachos de lançamentos comerciais potencialmente danosos para a confiança dos clientes. A Optimus vive os seus valores e quer-se fiel à proposta superior de valor e qualidade de serviço que proclama para os seus clientes.

O enquadramento regulamentar da actividade móvel foi marcado em 2004 pelas tentativas do regulador de patrocinar a auto-regulação entre os três operadores móveis, designadamente no tocante às relações de interligação. Esse patrocínio revelou-se, a final, infrutífero, tendo os preços de interligação, quer fixo-móvel quer móvel-móvel permanecido inalterados em 2004. Um princípio de acordo em que a Optimus seria positivamente discriminada ao nível da terminação móvel-móvel, foi inviabilizado no momento da assinatura por outro operador móvel.

O regulador desenvolveu a sua actividade no sentido de vir a declarar a Optimus como detentora de Poder de Mercado Significativa (PMS) na interligação (à semelhança do que já acontece aos outros dois operadores) e, como tal, sujeita a enquadramento regulamentar especial.

A Anacom deu a conhecer um projecto de deliberação neste domínio que afectará a Optimus em 2005, já que lhe atribuiu PMS.

A Anacom impôs ainda à Optimus a suspensão de comercialização do seu produto OptimusHome, um produto de convergência e em que a Optimus se propunha levar a casa do cliente um serviço de voz sobre GSM, sem assinatura mensal e com numeração fixa. Esta suspensão da Anacom, ainda que posteriormente acompanhada de um sentido de deliberação provável favorável ao produto, não foi, à data, tornada definitiva, com enorme prejuízo para a Optimus.

Em 2004, a Optimus organizou-se a fim de melhor responder às necessidades futuras de desenvolvimento da sua actividade. Em Fevereiro 2004, decidiu a venda dos seus sites a uma companhia detida a 100% (Optimus Towering) passando a contratar-lhe o fornecimento dos serviços de aluguer e gestão das antenas. Ficam assim criadas as condições para a exploração da actividade de gestão de torres de comunicação em regime autónomo e independente da missão principal da

Optimus, eventualmente em parceria, desta actividade, com vantagens de valor para a companhia.

Em 2004 a Optimus iniciou e finalizou uma renegociação do financiamento de médio e longo prazo, agora contratado em condições ditas de mercado *corporate* e já não de *project* como anteriormente, com vantagens em termos financeiros, de *covenants* (financeiros e de exploração económica) associados ao empréstimo e ainda da anulação de garantias prestadas pelos accionistas.

Este é o retraio de um ano positivo mas que contém imbuídas as sementes do que será 2005: um ano de maiores desafios comerciais e adicionais restrições regulamentares. A coesão e o entusiasmo das equipas de gestão são, para nós, o garante de resposta adequada.

Um agradecimento final a todos aqueles que, como nós, acreditaram sempre no projecto e nos resultados que agora alcançamos, em especial aos nossos clientes, aos nossos financiadores e parceiros de negócio, aos nossos colaboradores e aos nossos accionistas.

(Sem assinaturas.)

Relatório do conselho de administração

O entorno competitivo em 2004

Recuperação da actividade económica

Depois do depressivo clima económico-socíal registado em 2003, o país registou alguma recuperação da actividade económica em 2004. De acordo com as estimativas da Comissão Europeia, Portugal deverá registar um crescimento de 1,2% no PIB em termos reais no conjunto do ano. A inflação manteve-se controlada com uma estimativa de 2,4% face aos 2,6% do ano transacto. O consumo privado, após ter registado uma quebra de 0,5% em 2003 voltou a aumentar em 2,1%.

A realização do Euro 2004 também contribuiu para um aumento do consumo de Maio a Junho, devido ao elevado afluxo de turistas atraídos pelo evento e pela elevada mobilização de espectadores.

Em 2004, o mercado cresceu mais do que no ano anterior, 7,6% (dados da Anacom do 3.º trimestre de 2004 *versus* 3.º trimestre de 2003.

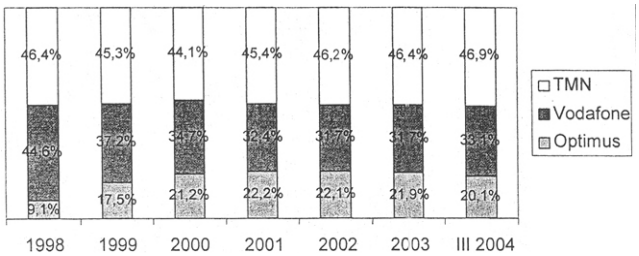
Apesar do elevado nível de penetração atingido em 2003 — cerca de 86% — o mercado móvel em 2004 assinalou um crescimento notável de 7,6%. Este crescimento foi superior ao registado em 2003 e acontece no ano do lançamento das ofertas de 3G por parte dos operadores móveis.

A taxa de penetração subiu para os 92% e faz com que Portugal se mantenha acima da média da U.E. que atingiu os 84,4%.

Estabilidade de quotas de mercado

Este crescimento não alterou significativamente a posição competitiva dos três operadores móveis mantendo-se a estabilidade de quotas que se vem observando desde 2000.

Quotas de subscritores



([1]) Dados da ANACOM do 3.º trimestre de 2004 *versus* 3.º trimestre de 2003.

Ano de lançamento do serviço UMTS

O ano de 2004 registou o lançamento do serviço UMTS por parte dos operadores móveis cumprindo com as deliberações da Anacom relativamente às datas de implementação do serviço. O serviço de UMTS marcará uma nova era na história das telecomunicações impulsionando novos serviços de dados, sendo os primeiros exemplos o serviço de vídeo-chamadas e o acesso móvel à Internet em banda larga.

Os operadores estavam obrigados a lançar a oferta comercial de UMTS no dia 1 de Julho de 2005, depois de uma fase experimental de seis meses iniciada em Janeiro. Foram aperfeiçoadas as regras de partilha de rede e o *roaming* em 3G foi formalmente autorizado, dentro de certos limites. Em concordância foram reduzidas as obrigações de cobertura com infra-estrutura própria por parte dos operadores desde que as mesmas sejam cumpridas através de acordos de partilha de rede ou *roaming*.

Substituição da voz fixa por voz móvel

O número de acessos de voz fixa instalados a pedido dos clientes continuou a sua tendência de redução registando uma queda de 1,3% nos nove primeiros meses de 2004. Contrastando com o aumento de penetração do serviço móvel constata-se uma substituição da voz fixa pela voz móvel.

Regulador estuda modelo de evolução para as tarifas de interligação

Durante o ano de 2004 teve lugar um processo de negociação entre os três operadores móveis com vista à descida das tarifas de terminação nas redes móveis, bem como a aproximação gradual dos preços entre as tarifas para o tráfego móvel-móvel e fixo-móvel. Embora tratando-se de um processo de auto-regulação, este processo teve o alto patrocínio e envolvimento da entidade reguladora, ao ANACOM. Como resultado da negociação em Julho a ANACOM comunicou aos três operadores móveis a evolução das tarifas F-M e M-M para os anos de 2004 e 2005. Esta evolução previa a assimetria de tarifas de terminação nas redes móveis, sendo reconhecido à Optimus a prática de tarifas mais elevadas. Este acordo não foi implementado.

Entretanto em Dezembro a ANACOM publicou o projecto de decisão relativo à designação de operadores com poder de mercado significativo e imposição de obrigações, de acordo com o qual as tarifas de terminação na rede móvel deverão convergir para o valor de 0,11 euros/minuto em Outubro de 2006. Entretanto, é permitido à Optimus a prática de tarifas fixo-móvel superiores aos dos restantes operadores móveis. A decisão final está ainda dependente dos resultados de consulta pública.

Apesar de em 2004 não se terem registado alterações das tarifas de interligação em vigor, foi um ano de discussão sobre modelos de evolução.

O nosso compromisso com os clientes

Inovação na oferta:

Em 2004 a Optimus continuou a inovar a sua oferta com a finalidade de acrescentar valor para o consumidor.

Setembro foi o mês em que se lançou o serviço de aconselhamento de tarifários Optimus, que tem como objectivo simplificar o processo de escolha e garantir a selecção do tarifário mais adequado a cada perfil de cliente.

O aconselhamento consiste num fluxo interactivo de perguntas e respostas, com base nas quais é recomendado um tarifário ao cliente. O serviço foi disponibilizado no 1693, no site Optimus e nas lojas por forma a auxiliar os lojistas na recomendação.

O espírito de inovação da Optimus ficou patente com o lançamento de uma nova categoria de produtos de telecomunicações, o *Home*. Inédito a nível mundial, o *Home* materializa, finalmente, a libertação dos clientes da assinatura mensal imposta pelo operador histórico, utilizando tecnologia GSM.

Os telemóveis:

Ao longo de 2004 a Optimus garantiu um portfólio competitivo de terminais.

São de salientar os exclusivos negociados com alguns fornecedores de referência (*Sony Ericsson*, *Motorola*, *Panasonic* e *Samsung*).

Foi um ano de aposta em terminais com capacidades multimédia (câmara, MMS) que pudessem suportar os serviços avançados da Optimus assim como aumentar de forma significativa a gama de terminais *Zone*.

Relativamente a terminais, o ano de 2004 revestiu-se de particular importância pois foi o ano de lançamento de serviços de terceira geração.

A Optimus garantiu o fornecimento de telemóveis 3G assim como placas PCMCIA em quantidades necessárias para suportar o lançamento dos serviços 3G no mercado, mais uma vez demonstrando que neste capítulo se encontra na linha da frente, inovando e respondendo de imediato às ofertas dos grandes operadores mundiais.

A rede de distribuição:

No seguimento da revisão do modelo organizativo ocorrido em 2003, os resultados de 2004 destacam-se pelo crescimento do negócio, a

par com uma redução de custos de distribuição de 14% e com uma melhoria qualitativa no volume.

Crescimento contínuo no segmento de Pequenas e Médias Empresas (PME) e Empresários em Nome Individual (ENI)

Em 2004, o objectivo da Unidade de Negócios de Pequenas e Média Empresas (PME) caracterizou-se pela liderança do segmento *mass business,* através de um acompanhamento dedicado que assegura uma base de clientes satisfeita e um negócio rentável.

A base de clientes de PMEs e de ENFs cresceu 11% em 2004 e o volume de receitas incrementou 12%. Para esta *performance* contribui o lançamento de produtos e serviços ajustados às necessidades das empresas, a agilização de processos e ferramentas comerciais e o desenvolvimento da *performance* dos agentes, entre outras acções.

A preocupação de disponibilização de tarifários relevantes, que fossem ao mesmo tempo competitivos e simples, materializou-se no lançamento, em Julho, do plano profissional, produto destinado a clientes individuais e, em Outubro, na simplificação da estrutura dos produtos colectivos — Redes.

Ao nível dos serviços, a dupla vantagem e o serviço livre constituíram os principais lançamentos, o primeiro garantindo vantagens nas tarifas a clientes comuns entre Novis e Optimus e o segundo, permitindo o controlo de custos em função do horário das chamadas.

O aumento do valor da base de clientes foi uma importante área de actuação da unidade de negócios, procurando-se maximizar a permanência dos clientes, estimular a utilização e adopção de novos serviços por parte da base instalada. Nesta área implementou-se um conjunto de campanhas, nomeadamente para estímulo das chamadas internacionais, do *roaming,* das mensagens escritas, promoveu-se ainda a migração de clientes entre tarifários, entre outras acções. Em Março lançaram-se os pacotes de GPRS com vista a promover a utilização da Internet e Portal Zone.

A extracção de valor da base de clientes foi paralelamente conseguida promovendo uma relação mais sólida com os clientes. Para isso lançou-se, em Junho, um novo programa de fidelização — Clube Negócios que promove um acompanhamento mais próximo do agente ao cliente, para além de contribuir para uma maior flexibilidade e transparência. Em simultâneo garantiu-se um fluxo contínuo de comunicação com os clientes através da edição bimestral da *newsletter* empresarial *On*.

Na área de processos eficientes foram lançadas diversas ferramentas comerciais de apoio aos agentes empresariais, promoveu-se a integração dos sistemas e informação num único suporte — 360, redefiniu-se a função das assistentes comerciais garantindo maior apoio e controlo no Canal Agencial, entre outros processos.

Com o objectivo de maior segurança na utilização de cartões e da redução de custos logísticos promoveu-se o fim da emissão de cartões SIM não utilizados, e procedeu-se à reutilização dos cartões empresa existentes no canal, contribuindo assim para uma maior eficiência nos custos dos agentes empresariais.

Implementaram-se um conjunto de campanhas de cariz regional, actuando em parceria com os agentes empresariais, com o intuito de fomentar a proximidade ao *target* empresarial.

Grandes empresas e instituições:

Nas grandes empresas e instituições nacionais, 2004 foi mais um ano de conquista de quota de mercado, em que a Optimus se destacou na consolidação da qualidade do serviço ao cliente e na contínua aproximação da sua oferta de produtos e serviços às necessidades demonstradas não só nas tendências do mercado, mas também nas recolhas de opinião feitas directamente junto destes.

Ao nível dos produtos de voz, destaca-se o Plano Livre, destinado ao número crescente de clientes com preocupações ao nível do controlo de custos; este produto permite, de forma prática, utilizando o mesmo cartão e sem sobrecargas administrativas, que os colaboradores usufruam de um *plafond* mensal de comunicações ao serviço da empresa, pago por esta e, em simultâneo, de um saldo pré-pago para as suas comunicações pessoais, sendo este suportado pelo próprio colaborador. A empresa tem, ainda, a possibilidade de definir que suporta, para além do *plafond* estabelecido, todas as comunicações para os outros números da própria empresa ou outros de cariz estritamente profissional, como os de clientes, fornecedores ou outros parceiros de negócio.

No sentido da aproximação das condições de tarifário às reais ncessidades dos clientes, foi reestruturada a oferta de voz, sendo, agora, possível construir o tarifário do cliente de acordo com o seu perfil de consumo, conjugando partes de um tarifário com partes de outro.

Também para os clientes corporativos, o lançamento da 3G se revestiu de especial interesse, nomeadamente com a disponibilização da PC Connection 3G, através da qual é possível aceder à Internet, *e-mail* e outras aplicações remotamente com uma velocidade de transmissão de dados típica da banda larga.

Na área de *marketing* relacional, de salientar o lançamento da *e-letter corporate,* que, mais do que apenas uma *newsletter* digital, pretende ser um veículo de interacção com os utilizadores, permitindo-lhes não só o acesso a informação sobre produtos e serviços, eventos ou entrevistas a clientes, como também a possibilidade de colocar questões, pedir propostas comerciais ou, até, configurar serviços no seu telemóvel.

De destacar, ainda, o Mobile Paper, uma solução de demonstração de produtos e serviços inovadora lançada durante o ano, presente em várias acções organizadas ou patrocinadas pela unidade de negócios *corporate*. O Mobile Paper permite aos participantes a experimentação, de forma intuitiva e atractiva, de diversos produtos e serviços, ficando, assim, conhecedores do seu funcionamento.

O ano de 2004 foi, novamente, um ano rico em acções destinadas ao envolvimento directo dos clientes corporativos, salientando-se mais uma edição do Fórum Telecom & Media, em que, a par da conferência Soluções Empresariais de Comunicação Móvel: Perspectivas sobre o Futuro, se realizou mais uma entrega de prémios a entidades que se distinguiram na adopção de soluções avançadas de mobilidade. Nesta edição, foram premiadas a Observa, a Lactogal, a Modelo e Continente, a Câmara Municipal de Setúbal, as Águas do Cávado e a Jerónimo Martins, com projectos cujo âmbito vai desde a monitorização remota de recursos à automatização de processos. Também o segmento das instituições nacionais não foi descurado neste campo, destacando-se a associação ao 2.º Congresso da administração pública, promovido Instituto Nacional da Administração, em que, para além da realização do Mobile Paper no espaço do congresso, foi proporcionada às instituições a possibilidade de participar no congresso a convite da Unidade de Negócios Corporate.

No ano de 2004, a actividade comercial de captação de clientes no segmento *corporate,* onde se incluem as 4000 maiores empresas e as principais instituições nacionais, foi positiva, tendo representado a angariação de 220 novos clientes. Em termos de fidelização, também a actividade foi positiva, tendo a taxa de retenção sido de 94%.

Aposta no mercado de dados:

Tendo como objectivo alargar o mercado de dados, a Optimus em 2004 continuou a apostar nesta área, prosseguindo o alargamento da sua oferta, com o lançamento de serviços e conteúdos diferenciadores e relevantes para os clientes, perseguindo a melhoria da qualidade de serviço e da experiência de utilização e investindo fortemente na comunicação dos seus produtos, quer utilizando os meios tradicionais como a TV e a imprensa quer com acções de divulgação directas, como as SMSs e MMSs ou os tradicionais *mailings*.

Os serviços multimédia, serviços do Portal Zone e MMS, continuaram a ser as principais apostas de dados para o mercado residencial, com resultados que surpreenderam pela positiva:

As receitas MMS cresceram 723% quando comparadas com as receitas do ano anterior, havendo já 1/3 da base de clientes com terminais MMS;

O tráfego GPRS cresceu 303% quando comparado com o do ano anterior;

O Portal Zone cresceu 276% em número de clientes, sendo que mais de 50% dos clientes com terminais compatíveis utiliza mensalmente o Portal.

Globalmente, foi possível aumentar significativamente o número de utilizadores de serviços de dados entre os clientes Optimus e aumentar de forma visível estas receitas, que representam já 11% das receitas de clientes da Optimus.

Portal Zone:

O lançamento do 3G veio contribuir para o enriquecimento do Portal Zone com serviços ainda mais relevantes. Baseado no *feed-back* contínuo dos clientes, o Portal Zone 3G foi significativamente melhorado face ao existente anteriormente. Muitos mais conteúdos, navegação mais rápida e intuitiva, menos *clicks* até ao conteúdo final, imagem mais atractiva fizeram parte das principais mudanças do novo Portal. O novo portal passou ainda a conter ainda áreas promocionais dinâmicas no início das páginas, que fornecem ao utilizador as últimas ofertas e a mais recente informação da actualidade. A personalização da *homepage* foi ainda uma das novidades, permitindo um acesso ainda mais directo aos serviços do interesse de cada um.

Dentro dos novos serviços do Portal Zone 3G, pode-se encontrar uma área de vídeos com diferentes canais e TV em directo, uma área de música onde é possível ouvir mais de 700 músicas completas, áreas dedicadas a artistas ou filmes com conteúdos relacionados, etc.

Na área de vídeos é possível encontrar uma grande variedade de canais, de diversos temas, como se de uma televisão se tratasse. Canal de cinema onde se podem visualizar *trailers* dos filmes em estreia e em cartaz, canal de humor com apanhados, canal de moda com conteúdos da Fashion TV e muitos outros temas.

Para assegurar informação actualizada, o Portal Zone transmite em directo os noticiários dos três canais televisivos e disponibiliza ainda todos os dias vídeos com o resumo dos principais acontecimentos, actualizados às 12h e às 19h. Para estes vídeos informativos, a Optimus conta com a Agência Lusa como parceiro e estabeleceu uma parceria exclusiva com um produtor, que produz os vídeos especificamente para visualização via telemóvel.

Na área de música, foi desenvolvido um serviço que permite ouvir músicas completas utilizando o telemóvel e auricular, com qualidade de CD. A aposta neste serviço compreende/| mais de 700 músicas logo no lançamento, de diversos estilos musicais.

O novo Portal compreende ainda áreas dedicadas a artistas do mundo da música e do cinema, oferecendo todo o tipo de conteúdos relacionados com os mesmos.

Aí é possível encontrar não só notas biográficas e curiosidades sobre os artistas, mas também a toques reais e polifónicos das suas principais músicas, bem como imagens, *wallpapers* e *screensavers* relacionados com os artistas ou filmes.

Esta área é actualizada permanentemente com os novos artistas dos *tops* e filmes em estreia.

Nas áreas de filmes actuais destacam-se os conteúdos dos *Incredibles*, *Shrek*, *Tróia*, etc.; nas áreas de música é possível encontrar conteúdos sobre o Robbie Williams, Nelly Furtado, Eminem, entre outros.

No novo portal, a área de jogos foi também melhorada. Agora é possível encontrar jogos 2D, 3D e *multiplayer*. A aposta na actualização semanal dos conteúdos, que tanto agrada os mais fãs desta área, continuará a ser chave no novo portal. São ainda garantidos os conteúdos dos mais recentes jogos para computador, PlayStation ou X-Box.

MMS:

Dentro dos serviços multimédia, as MMS tiveram particular destaque, tendo surpreendido o crescimento da adesão a este serviço. Actualmente, cerca de um terço dos clientes da Optimus já possui telemóveis que lhes permitem enviar e receber mensagens multimédia, o que contribuiu para a explosão de envios destas mensagens.

O conjunto de acções directas sobre os clientes, no sentido de divulgar o serviço, e a comunicação em meios *above the line,* foram importantes para o sucesso alcançado em 2004. Foram ainda dinamizadores desta área, serviços como os postais MMS, que permitem o envio de postais CTT para casa, com as imagens tiradas a partir da câmara do telemóvel, e aplicações incorporadas pela Optimus nos telefones dos clientes, que permitem a composição e alteração das imagens.

Serviços VAS:

Os serviços de valor acrescentado continuaram a tendência crescente dos anos anteriores, com a área de entretenimento a evidenciar-se em termos de preferência. Entre os serviços mais procurados, destacam-se os jogos JAVA, onde a Optimus tem apostado de forma séria através de associações aos melhores fornecedores internacionais que permitem oferecer no telemóvel os jogos disponíveis nas consolas tradicionais. Destacam-se ainda os toques polifónicos e toques reais, actualizados semanalmente de acordo com os *tops* nacionais e as músicas do momento, e mesmo as imagens e fotos dos artistas ou filmes favoritos.

Ainda nos serviços de entretenimento, destaca-se o lançamento do QMúsica, um serviço que permite ao utilizador obter informação em qualquer momento e em qualquer lugar sobre a música que está a ouvir (álbum, artista, etc.). Este serviço teve um enorme impacto no segmento jovem, que passou a utilizá-lo para identificar as suas músicas favoritas.

Para além dos serviços *fun,* a Optimus continuou a desenvolver os seus serviços informativos, de desporto e de lazer, apostando numa oferta alargada e diversificada e na associação a parceiros com credibilidade reconhecida para o fornecimento de conteúdos. O *Público* e o *Record* são exemplos de parceiros com os quais a Optimus continua a estreitar relações no sentido de melhorar a qualidade dos serviços oferecidos aos seus clientes. São ainda disponibilizados conteúdos informativos de outros fornecedores como o *Negócios.pt* e o *Correio da Manhã*.

A Optimus desenvolveu ainda a área de úteis, explorando particularmente o serviço de telemultibanco (acessível através do n.º 1700 ou do Portal Zone), que permite a realização de todo o tipo de operações bancárias a partir do telemóvel, e o serviço de *email,* que permite a recepção e envio de *emails* das contas pessoais dos clientes (clix.pt, sapo.pt, netcabo.pt, etc.).

Acesso à Internet:

Com o lançamento do UMTS, a Optimus pôde oferecer pela primeira vez uma experiência de banda larga aos seus clientes, tendo dado os primeiros passos no sentido de se tornar um ISP móvel de relevo. Estudos à base de clientes demonstram um elevado nível de satisfação com a experiência de acesso à Internet utilizando a tecnologia UMTS, o que levou a Optimus a reposicionar a sua oferta no mercado e a investir na venda de placas UMTS.

A implementação de uma rede de WiFi nos centros comerciais Sonae, em parceria com a Novis e.com o Clix, foi também uma medida importante neste processo de facultar o acesso à Internet a velocidade de banda larga, a partir de qualquer lugar.

Em suma, a área de dados da Optimus continuou em 2004 a crescer de forma sustentada, perseguindo o objectivo da massificação deste tipo de serviços.

Dados nas empresas:

Acesso ao *e-mail*:

Detectando a importância crescente desta ferramenta de comunicação para as empresas, a Optimus foi pioneira no mercado nacional ao disponibilizar uma solução específica de acesso móvel ao *e-mail* por telemóvel (M-Office). Em 2004 foram desenvolvidas várias acções nesta área:

Migração gratuita dos clientes da solução anterior (Optimus Office) para a nova solução M-Office, que oferece mais funcionalidades, maior facilidade de utilização e custos mais baixos;

Aumento das funcionalidades do M-Office através da utilização de mensagens multimédia (MMS) para notificações de novos *e-mails* e envio dos mesmos para o telemóvel;

Preparação do lançamento de novas formas de acesso móvel ao *e-mail (push e-mail),* a concretizar em 2005.

Messaging empresarial:

A utilização do SMS como meio de comunicação para empresas tem um elevado potencial de desenvolvimento. Dada a elevadíssima penetração do Serviço Móvel Terrestre em Portugal, qualquer SMS enviada chega praticamente a qualquer pessoa (colaborador, cliente ou parceiro de negócio), onde que esteja, de forma rápida, pessoal, directa e de muito baixo custo. Nenhum outro meio de comunicação reúne todas estas características, como os clientes particulares já descobriram.

As funcionalidades do SMSPro foram aumentadas em 2004 dotando-o da capacidade de enviar SMS para destinos internacionais, da possibilidade de utilização esporádica (versus a assinatura mensal do serviço) e do reforço das possibilidades de integração com aplicações de parceiros ou clientes empresariais no âmbito da oferta de Plataformas Abertas da Optimus (através de webservices/APIs).

Parcerias:

A Optimus posiciona-se como o parceiro ideal para as empresas e fornecedores de soluções verticais/sectoriais acrescentarem soluções de mobilidade aos seus produtos. Em 2004 foram concretizadas várias parcerias de que destacamos:

PHC: utilização da plataforma de SMSs da Optimus através do SMSPro Webservices no PHC SMS;

Aforluso: lançamento de soluções de segurança, domótica e telemetria suportadas em comunicações GSM;

Promosocial: disponibilização de soluções de pagamento móvel para a iniciativa.

Aumento da percentagem de clientes satisfeitos:

Qualidade de atendimento:

IVRs especializados: durante o ano de 2004, o IVR (Interactive Voice Response) foi alargado para outras áreas do serviço ao cliente,

tendo respondido a cerca de 15 milhões de chamadas telefónicas e fornecido informação suficiente em mais de 66% dos contactos. Alteramos profundamente o nosso IVR por forma a tornar a sua utilização mais fácil e as nossas respostas às necessidades dos nossos clientes mais eficientes.

Para alguns segmentos e clientes de maior valor criámos um sistema de mais fácil acesso à informação, via atendimento personalizado com um assistente. Deste modo e mais uma vez garantimos o encaminhamento para quem melhor pode resolver a questão em causa.

Modelo de serviço ao cliente:

Continuamos em 2004 o processo de ajustamento contínuo dos nossos serviços, tendo em conta tipo de produto e o valor dos nossos clientes.

Dois exemplos práticos desta medida foram:

Alargamento e consolidação da função de gestor de cliente, para os clientes de maior valor do segmento empresarial.

Criação do serviço de atendimento especializado a empresas, o 1693 Negócios.

Este modelo de serviço ao cliente tem contribuído para o aumento da qualidade dos serviços prestados, e para a obtenção de muito bons resultados a nível de menor abandono do segmento.

O reconhecimento dos clientes:

O reconhecimento dos clientes verificou-se no aumento da percentagem de clientes satisfeitos e muito satisfeitos com o contacto efectuado, tendo sido de 92% para particulares e de 87% para empresas. Este indicador, (satisfação), é medido através de estudos de baseados em amostras representativas do universo de clientes.

Em 2004 destacamos dois parâmetros destes estudos que tiveram um aumento significativo na satisfação dos nossos clientes:

Satisfação com a rapidez de resolução de questões, o que reflecte o investimento em simplificação e melhoria continua de processos;

Satisfação com a clareza e objectividade das informações prestadas, resultado de uma aposta em formação dos nossos recursos e mais uma vez melhorias processuais.

Este indicador reforça a confiança de que estamos a implementar as medidas que vão de encontro às necessidades dos nossos clientes e dão-nos o alento para continuar a melhorar ainda mais, para o futuro.

Certificação de qualidade:

A Optimus viu renovada a Certificação de Controle de Qualidade da APCER (enquadrado no sistema ISO 9001), em todas as áreas do serviço ao cliente.

Todos os processos relativos aos contactos de e para clientes, mas também os processos de activação, facturação, cobrança, fidelização, gestão de crédito até ao contencioso, estão certificados e sujeitos a auditorias regulares.

Adicionalmente, é feita a avaliação semestral de todos os fornecedores de serviços regulares.

Este conjunto de medidas, garante a implementação e controlo de programas contínuos de qualidade, por forma a melhorar cada vez mais o serviço prestado e a proximidade com os nossos clientes.

Cobertura e capacidade de rede:

O ano de 2004 foi um ano marcante, considerando os grandes desafios assumidos e concretizados pela Optimus, entre os quais se destaca o lançamento do UMTS. Associado ao avultado investimento que tal lançamento significou (e continua a significar), ele representa uma responsabilidade acrescida para a Optimus na medida em que a empresa passou a operar com duas redes em paralelo, sendo essencial assegurar e manter, em ambas, a elevada qualidade de serviço, à qual os nossos clientes estão já habituados. Aliás, tal lema foi sempre apanágio da Optimus.

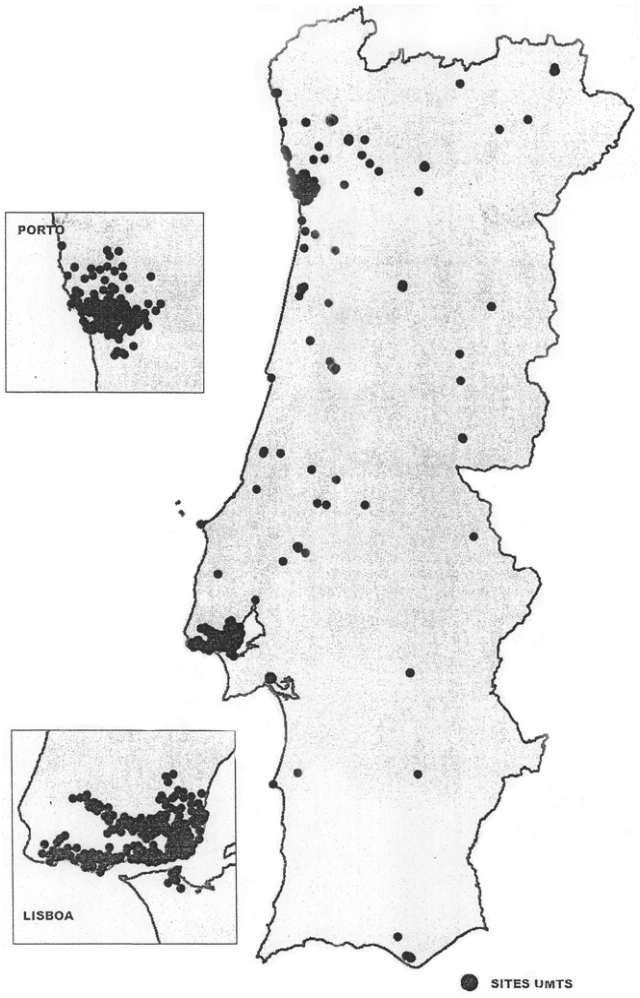
A Optimus lançou o UMTS em 4 de Junho de 2004, com a disponibilização do serviço de vídeo-chamadas, de Internet de banda larga e de novos conteúdos no, também ele recente, Portal Zone 3G, optimizado para o UMTS. À data, a cobertura da população foi de 24%, percentagem que, progressivamente e até ao final de 2004, aumentou para 30%, pois estendeu-se a cobertura, para além de Lisboa e Porto, a todas as outras capitais de distrito portuguesas.

Durante o ano continuaram a realizar-se testes de funcionalidade de UMTS com o objectivo de detectar, e solucionar, todos os problemas detectados, os quais são expectáveis numa rede que é nova e que é também baseada numa tecnologia recente.

Deu-se também continuidade ao planeamento e ao *design* de novas estações; à preparação, no terreno, do *rollout* do UMTS; à negociação de diversos novos sites onde estão e/ou irão ser instaladas as novas estações do UMTS, bem como a sua respectiva construção.

A Optimus está assim, de uma forma contínua e sistemática, a preparar a expansão da oferta do UMTS em Portugal.

Sites UMTS integrados na Rede *Live* em 2004



Aperfeiçoamento da rede:

É relevante referir a importância que a rede de GSM/GPRS tem e continuará a ter para a Optimus. Como tal, mantém-se o objectivo de continuamente melhorar o seu desempenho, garantindo sempre melhores níveis de qualidade de serviço, apesar do aumento da complexidade decorrente do número de sistemas e elementos de rede sob gestão.

Cobertura/capacidade:

Como já é apanágio da Optimus, a empresa continuou a apostar no reforço da cobertura e capacidade da rede, por forma a melhorar sistematicamente a sua qualidade, activando novas estações base, colocadas em locais estratégicos (*v. g.*, áreas de grande densidade populacional, principais eixos viários das zonas sazonais e rurais) e promovendo a resolução de problemas de qualidade quer através de uma monitorização contínua dos indicadores estatísticos, quer pela introdução de novas funcionalidades e revisão das já implementadas. Durante o ano, e à medida que foram constatadas novas necessidades, foi aumentada progressivamente a capacidade da rede, sendo a mesma aumentada com expansões dos actuais elementos de rede e introdução de novos.

Não se registaram quaisquer problemas de capacidade, ao nível da rede de acesso, que afectassem os clientes Optimus.

Optimização GPRS:

Para que o acesso ao GPRS fosse qualitativamente melhor para os clientes da Optimus, foi implementado um aumento significativo da capacidade na rede de acesso rádio em termos de GPRS. Procedeu-se ao aumento de capacidade e robustez na rede core, através da introdução de um novo nó SGSN no Porto destinado a suportar cada vez melhor o tráfego de dados gerado pelos clientes aí localizado, tanto através do GPRS como também pelo UMTS.

Estas optimizações revelaram-se especialmente importantes, uma vez que durante o ano de 2004 a procura dos diversos serviços de dados, de que é exemplo o Optimus-Zone, cresceu substancialmente, tendo-se registado um aumento significativo do acesso quer à Internet -1 móvel através do seu telemóvel, quer ao envio de mensagens multimédia (MMS).

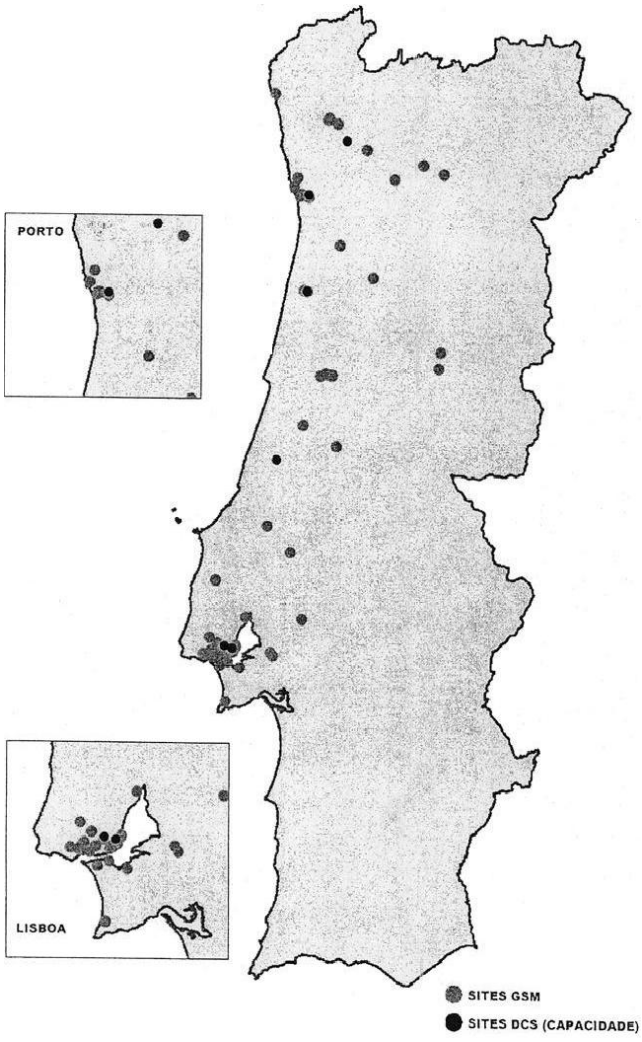
Roaming:

No seguimento do trabalho que anteriormente vinha já a ser desenvolvido, foi conferida, durante o ano de 2004, uma especial atenção ao roaming internacional. De notar que foi bastante significativo o número de *roamers* (i. e. clientes internacionais) que utilizaram a rede da Optimus, tendo-se registado um tráfego significativo gerado por estes clientes temporários.

Destaca-se especialmente a época em que decorreu o Campeonato da Europa de Futebol — Euro 2004 —, período em que o tráfego de *roaming* ultrapassou os parâmetros — considerados normais para essa altura do ano.

Os excelentes resultados obtidos ficam a dever-se ao trabalho que foi desenvolvido pela Optimus na análise das zonas com maior intensidade de *roaming,* e às acções implementadas destinadas a garantir uma maior captação e permanência de clientes.

Sites GSM e DCS integrados na Rede *Live* em 2004



A atenção aos pormenores

Euro2004:

Considerando a realização do evento Euro2004 em Portugal, foram desenvolvidas pela Optimus várias acções, das quais se destaca a execução/instalação de projectos dedicados para a cobertura dos novos estádios de futebol onde foram realizados os jogos do torneio. Foi, assim, assegurada a cobertura e/ou reforço de capacidade em todos os locais afectos à organização do Euro 2004, nomeadamente, os dez estádios de futebol, o *press center* situado no Pavilhão Atlântico, os centros de estágio e os respectivos hotéis utilizados pelas selecções participantes, bem como os locais públicos cuja grande afluência era expectável, como *Fun Park* no Parque das Nações (Lisboa) ou Ribeira (Porto).

Foi igualmente assegurada a cobertura específica no Metro do Porto e nas estações do Metropolitano de Lisboa mais utilizadas na acessibilidade aos estádios de futebol. Durante o período do Euro 2004, todas as acções planeadas pela Optimus foram concretizadas, correspondendo com êxito às solicitações, registando-se um enorme sucesso no que respeita ao tráfego que foi gerado.

Natal e passagem de ano:

Como já é hábito para esta altura do ano, no início do último trimestre do ano foi formada uma equipa transversal dentro da Direcção Técnica com o objectivo de elaborar um plano de acções preventivas e correctivas a serem implementadas durante o período festivo do Natal e da Passagem de Ano.

O objectivo é o de evitar ao máximo o congestionamento da rede, perdas de serviço, dificuldades de acesso e de envios de SMS por parte dos clientes Optimus.

Realizou-se uma operação de reforço da rede para esta época, duplicando, por isso, a capacidade do seu serviço de SMS e reforçando em mais de uma vez e meia o seu serviço de MMS. Foi ainda reforçada a cobertura das áreas onde era expectável a maior procura de serviços voz e mensagens, em particular, as zonas comerciais.

As acções preventivas implementadas foram bastante eficazes, não tendo sido registados quaisquer problemas de indisponibilidade da rede, de acessibilidade ou de atrasos nas entregas de SMS dentro da rede Optimus.

Os padrões de qualidade de serviço da Optimus foram mais uma vez garantidos na entrega imediata de SMS e MMS, mantendo-se a qualidade na comunicação de voz.

Na época de Natal foram estabelecidos novos recordes de tráfego na Optimus, tendo-se atingido o recorde histórico de tráfego de voz diário no dia 23 de Dezembro de 2004. No dia 24 de Dezembro de 2004 foi batido o recorde de tráfego de SMS e MMS (atingindo o pico entre as 18 horas e as 20 horas), sendo processadas na rede 27 milhões de SMS e mais de 50 000 MMS.

Projectos especiais:

Devido à importância que os clientes empresariais têm para a Optimus, continuou a haver no ano de 2004 uma aposta clara da empresa no apoio das áreas de MKT. Pretendeu-se não só satisfazer as necessidades dos actuais clientes, mas também, promover a angariação de novos clientes.

Foram propostas soluções técnicas para vários clientes (existentes e potenciais) tendo sido efectuadas durante todo o ano 108 instalações.

Eventos:

Durante o ano de 2004 realizaram-se, em Portugal, diversos eventos especiais, dos quais se destacam os eventos como o *Rock in Rio* e o *SuperRock Superbock*, os quais não foram descurados pela Optimus. Nas áreas onde os mesmos foram realizados foi reforçada, com sucesso, a cobertura e a capacidade.

Optimização da rede:

Rede de transmissão:

Na contínua perseguição da optimização dos custos de transmissão, mas sem nunca descurar a qualidade da rede para o cliente, a Optimus promoveu a optimização dos recursos de transmissão nas interligações entre os vários elementos da sua rede, sendo disso exemplo, a realização de diversas acções de optimização de topologia de transmissão com vista a redução de custos operacionais.

Compromisso com os accionistas

Evolução das receitas

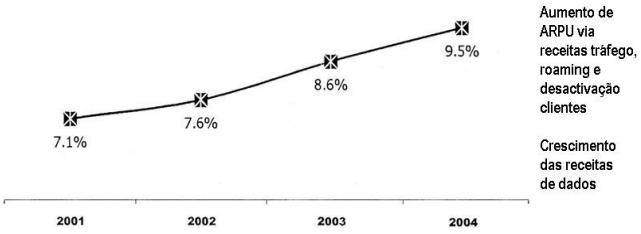
Em 2004, as receitas operacionais da Optimus (consolidada) ascenderam a 659,6 milhões de euros, um crescimento de 3,7% face ao ano de 2003. As vendas de mercadorias aumentaram 3,0%, ascendendo a 57,5 milhões de euros, enquanto que as receitas decorrentes da prestação de serviços totalizaram 602 milhões de euros, representando um crescimento de 3,7% face ao período homólogo anterior.

O número médio de clientes registados teve uma queda de 4,5% como resultado da revisão da base de clientes da Optimus, tendo sido excluídos todos aqueles que não eram considerados economicamente viáveis. A receita média por cliente (ARPU) aumentou 8,7% de 22,4 euros, em 2003, para 24,3 euros em 2004.

Os principais factores que contribuíram para esta subida do ARPU foram: o aumento de tráfego, aumento das receitas de *roaming* em resultado de eventos como o campeonato europeu de futebol (Euro 2004) e Rock in Rio e, por fim, a implementação de uma política mais restritiva em relação aos clientes registados que se veio a traduzir num decréscimo da base de clientes.

As receitas de serviços de dados móveis continuaram a sua tendência de crescimento, tendo tido um crescimento superior às receitas de voz, representando agora 9,5% das receitas de serviços.

Evolução em percentagem das receitas de dados



Os custos operacionais registaram um decréscimo de 1,8% face ao ano anterior, totalizando 628,3 milhões de euros.

Este decréscimo resultou essencialmente da redução dos gastos com fornecimentos e serviços externos que apresentaram um decréscimo de 3,8% face a 2003, reflectindo um esforço de melhoria de eficiência operacional.

O custo das mercadorias vendidas totalizou 57,9 milhões de euros, representando um crescimento de 3,8% face ao ano anterior. O aumento nestes custos é essencialmente resultado \ de um aumento no número de unidades vendidas. Quando comparado com o volume de negócios esta rubrica manteve-se nos 8,8%.

Os custos de interligação, incluindo os encargos com aluguer de circuitos, ascenderam a 178,2 milhões de euros, um crescimento de 3,1% face ao ano anterior. Este crescimento deve, se principalmente ao aumento de tráfego para a TMN e Vodafone, o qual se veio a traduzir no agravamento do *ratio* de desbalanceamento com estes operadores.

O peso desta rubrica relativamente ao total do volume de negócios passou de 27,2% no período transacto para 27%, em 2004.

Os custos com o pessoal foram de 49,8 milhões de euros, o que representa um aumento de 8,9% face ao ano anterior, traduzindo-se num aumento de 7,1% para 7,5% sobre o volume de negócios total. Este aumento resultou essencialmente do facto de em 2004 passar a ser incluído em custos com pessoal o montante associado a provisões inerentes a responsabilidades com planos de *stock options* e outros incentivos a colaboradores.

As amortizações e depreciações da Optimus (consolidada) aumentaram para 107,4 milhões de euros, um crescimento de 1,1% em relação aos 106,1 milhões de euros, registado no ano transacto. O aumento desta rubrica reflecte essencialmente o esforço de investimento em rede NUMTS de modo a assegurar o arranque comercial desta nova tecnologia no último trimestre do ano. A par deste investimento, 2004 caracterizou-se também pelo reforço de investimento a nível de manutenção e melhoria de qualidade de rede instalada.

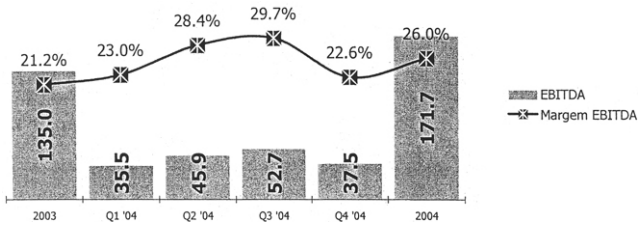
Quando analisados por cliente, os custos operacionais demonstram estabilidade. O *cash-cost* médio mensal por cliente (CCPU) apresentou um ligeiro aumento de 0,2 euros, em 2004, para 17,4 euros, confirmando o enfoque no controlo dos custos médios de angariação e manutenção de clientes, bem como no rigoroso controlo dos custos de estrutura.

Rentabilidade da Optimus:

A Optimus registou em 2004 uma forte evolução em termos de rentabilidade operacional, como resultado de um crescimento das receitas de serviços acompanhado de um enfoque na optimização dos custos operacionais. O *cash-flow* operacional (EBITDA) gerado em 2004 totalizou 171,7 milhões de Euros, o que representa um crescimento de 27,2% face ao ano anterior.

Em consonância, a margem do EBITDA relativamente ao total das receitas de serviços melhorou para 26% face aos 21,2% do ano transacto.

Evolução EBITDA e Margem



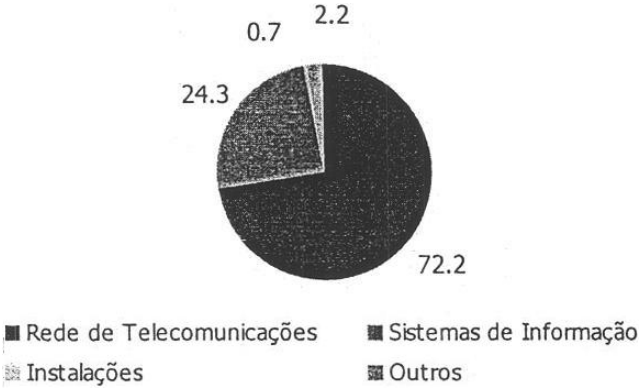
Os resultados financeiros atingiram o montante negativo de 22,3 milhões de euros, face ao valor negativo de 24,1 milhões de euros do ano transacto. A melhoria dos resultados financeiros da Optimus resulta de um processo de refinanciamento da dívida da empresa e que veio a traduzir-se numa redução dos custos financeiros, não só por via da redução do montante de endividamento, mas também por melhores condições a nível de juros e encargos financeiros.

Assim, e em resultado do enfoque da gestão na rentabilidade da empresa, a Optimus gerou em 2004 um *free cash-flow* de 54,5 milhões de euros, o que compara com o valor de 52,7 milhões de euros no ano anterior.

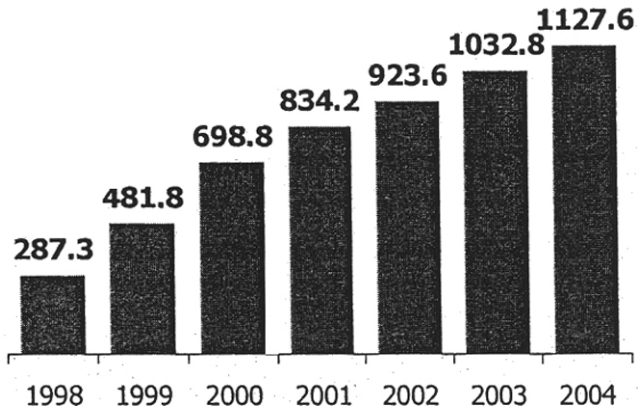
Política de investimentos

Em 2004 a Optimus prosseguiu uma política de elevado investimento na qualidade e capacidade da sua infra-estrutura de telecomunicações, tendo o investimento em activos fixos totalizado 99,4 milhões de euros, elevando assim o investimento acumulado do projecto para 1132,2 milhões de euros.

Decomposição do investimento



Investimento acumulado



O ano de 2004 pautou-se pelo reforço do investimento na rede UMTS, de forma assegurar o lançamento comercial da oferta de 3.ª geração no último trimestre.

Em paralelo, a Optimus aumentou o investimento em sistemas de informação de forma a melhorar cada vez mais a qualidade de atendimento ao cliente.

Processo de refinanciamento:

Com efeitos a 13 de Agosto de 2004, a empresa concluiu com um Sindicato Bancário Internacional a negociação e assinatura de um novo contrato de financiamento, através de dívida sénior, no montante de 450 milhões de euros, por um prazo de cinco anos. Este financiamento bancário sindicado destinou-se ao refinanciamento dos montantes utilizados ao abrigo do anterior contrato (assinado em Julho de 2003) e será utilizado para o financiamento das suas actividades correntes e futuras, designadamente a implementação de uma rede de comunicações móveis de terceira geração.

Um conjunto de 12 bancos, nacionais e internacionais, constituíram o novo sindicato bancário, sendo cerca de 70% do montante contratado actualmente assegurado por bancos internacionais.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) mantém-se como parte do novo contrato de financiamento, como co-financiador da empresa num montante de cerca de 325 milhões de euros. O BEI aumentou, assim, durante o ano de 2004 a sua participação do financiamento da empresa em cerca de 100 milhões de euros.

As condições obtidas para este novo financiamento, para além de permitirem significativas poupanças de custos financeiros, incluem um conjunto de cláusulas típicas do mercado de dívida *corporate,* reflectindo, assim, quer em termos de garantias quer em termos de *covenants* financeiros e restrições operacionais a melhoria do perfil de risco da empresa, que se vem verificando nos últimos anos.

O nosso compromisso com o País

A Optimus está consciente da sua responsabilidade na construção de um futuro onde o desenvolvimento sustentável constitui um dos valores de referência.

Sendo o ambiente um dos principais pilares do desenvolvimento sustentável a Optimus assumiu de forma clara a gestão ambiental como um factor estratégico de criação de valor e competitividade.

O ano de 2004 foi o da consolidação do Sistema de Gestão Ambiental (SGA), que se encontra certificado pela APCER desde 2003, em conformidade com os requisitos da Norma ISO 14001: 1999. O SGA da Optimus está inserido no âmbito do SGA da Sonaecom conjuntamehte com todas as restantes participadas.

Das diversas actividades desenvolvidas em 2004, assumiram particular relevância as seguintes:

1 — Redefinição dos processos de avaliação e gestão das actividades ambientais, nomeadamente identificação e avaliação de impactes ambientais, e da legislação ambiental.

2 — Desenvolvimento de sistemas para monitorização e controlo dos processos ambientais, nomeadamente a monitorização de indicadores, e controlo das não conformidades.

3 — Desenvolvimentos de meios de comunicação com o intuito de envolver e sensibilizar para um comportamento ambiental mais consciente e activo, dos:

Colaboradores, com a distribuição do Ecoreport — *newsletter* distribuída por *email;*

Fornecedores, através da disponibilização no site de informação ambiental por tipo de fornecedor com influencia nos impactos ambientais.

4 — A Optimus estabeleceu contrato com a Ecopilhas para assegurar o correcto encaminhamento das baterias dos telemóveis no final do seu ciclo de vida.

5 — A Optimus estabeleceu um protocolo de colaboração para monitorização com o instituto das telecomunicações, com o objectivo de disponibilizar publicamente informação relevante sobre radiação electromagnética em comunicações móveis.

6 — A Optimus, mantém o esforço de promover a partilha de infra-estruturas com os outros operadores.

A Optimus tem ainda participado activamente em diversas acções de sensibilização ambiental, a destacar:

Campanha Pilhas de Livros: campanha de recolha de pilhas que resultou na oferta de livros às escolas com o objectivo de sensibilizar as crianças e suas famílias para a importância da reciclagem;

Fundação Gil: acção interna de recolha de *toners* e tinteiros, cujo valor da sua venda reverte a favor de iniciativas que a FG tem vindo a desenvolver junto de crianças que estão hospitalizadas.

As auditorias de acompanhamento realizadas pela APCER revelaram que o Sistema de Gestão Ambiental constitui um elemento dinâmico e flexível, garantindo respostas eficazes as necessidades da companhia, e às mudanças e dinâmicas da sua área de negócio.

O Programa de Gestão Ambiental para 2005 possui objectivos que apostam na melhoria contínua do seu desempenho ambiental. Em 2005 está prevista a transição do SGA para a ISO 14001:2004.

A Optimus mantém assim o seu compromisso de contribuição activa para um desenvolvimento sustentável através da evolução natural do seu Sistema de Gestão Ambiental.

Sociedade da informação

A Optimus mantém o sólido compromisso que tem com o país e em particular com o seu desenvolvimento e coesão através do investimento contínuo na Sociedade da Informação em Portugal, ajudando a criar um país melhor e mais competitivo em termos económicos e sociais, sem exclusões, que permita enfrentar, com sucesso, o desafio do desenvolvimento no sentido da convergência com os países mais ricos, nomeadamente, da União Europeia.

E este compromisso com a sociedade portuguesa é tanto mais sólido quanto mais se identifica que a sociedade da informação está na natureza e razão de actividade da Optimus.

No âmbito do grupo de trabalho UMTS, a Optimus enviou em 2004 um relatório à UMIC, entidade que preside ao referido grupo de trabalho, elencando os projectos que têm por si sido promovidos com o objectivo de promover a sociedade da informação. O relatório, contempla 44 projectos, dos quais a título meramente exemplificativo, se indicam os seguintes:

Projecto Comunicação para todos: desenvolvimento de uma solução integrada que permite a comunicação, por voz, através de terminais GSM, de pessoas com incapacidade de movimento total ou parcial. Este projecto foi galardoado com a atribuição de um GSM Awards na categoria Best Community Award.

Projecto INAG (Instituto da Água): solução de telemetria por modem GSM para estações pluviométricas e udométricas do INAG, instaladas ao longo do país.

Projecto Serviço de Alerta Optimus: solução integrada de comunicação móvel entre Corporações de Bombeiros e respectivos elementos que permite o contacto imediato entre ambos por SMS para a avaliação, em tempo real, do grau de prontidão e dimensão dos recursos disponíveis para responder a situações de emergência.

Projecto Gestão de Frotas Optimus: desenvolvimento de um sistema integrado para gestão centralizada de frotas a partir de um centro de comando (computador com modem GSM), que recolhe automaticamente informação por telemetria (eg, controlo de níveis, quilómetragem) e de localização GPS (Global Positioning System) das viaturas, bem como outras informações solicitadas e/ou prestadas pelos condutores, em sentido bidireccional.

Projecto Geo SMS: serviço móvel de localização de pessoas ou bens portadores de um terminal móvel GSM com cartão SIM (Subscriber Identity Module) da Optimus.

As pessoas

A Optimus é constituída por um total de 1026 colaboradores (dados a 31 de Dezembro) com uma média de idade de 32 anos. Equilibrando juventude e experiência, a Optimus tem uma equipa de colaboradores com predominância de formação académica superior (63%) capaz de responder com profissionalismo, criatividade e empenho aos desafios do mercado.

Muito orientada para as suas pessoas, no ano 2004, a mobilidade interna dos colaboradores tornou-se numa realidade cada vez mais evidente.

Hoje, este é um processo intencional, através do qual a Optimus contribui para o desenvolvimento profissional e motivação dos seus colaboradores.

Igualmente atenta à comunidade e demonstrando uma preocupação crescente para com esta, foram desenvolvidas actividades de voluntariado, materializadas através de uma campanha de recolha de roupa

e um projecto de intervenção directa dos nossos colaboradores em diversas instituições de solidariedade e hospitais.

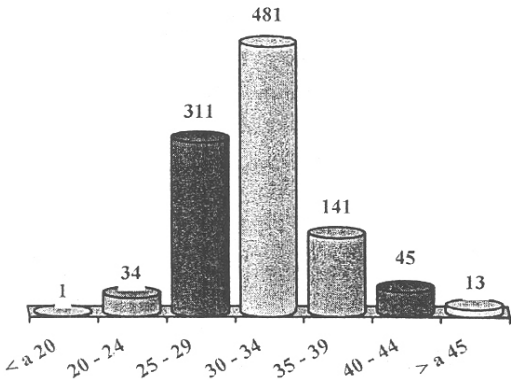


Fig. 1 — Distribuição dos colaboradores por escalões etários.

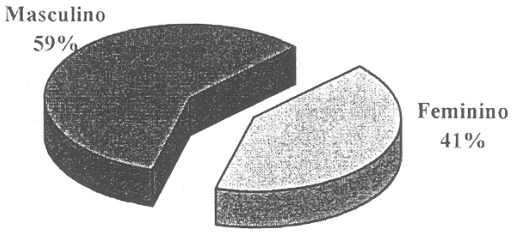


Fig. 2 — Distribuição dos colaboradores por sexo.

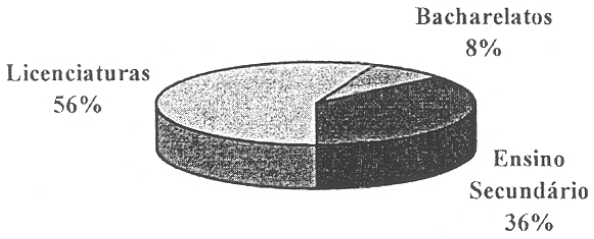


Fig. 3 — Distribuição dos colaboradores por habilitações literárias.

A gestão da Optimus contou com as seguintes colaborações ao longo de 2004:

Comissão executiva:

António Casanova, presidente (*a*).
José Carlos Pinto.
Paulo Pereira.
Jean-Pierre Bony (*b*).
Miguel Almeida.

Conselho de administração:

Paulo Azevedo, presidente (*a*).
António Casanova (*a*).
José Carlos Pinto.
Paulo Pereira.
Luís Filipe Reis.
Miguel Almeida.
Jean-Pierre Bony (*b*).
Artur Loureiro.
Christopher Lawrie.

(*a*) Resignou a 31 de Outubro.
(*b*) Resignou a 31 de Dezembro.

Factos subsequentes e perspectivas futuras

Cumprido o desafio da consolidação financeira a Optimus depara-se com um novo desafio: o de crescer em quota de mercado num ambiente de elevada penetração no mercado móvel tradicional. 2004 já registou, com o Optimus Home, um ensaio do que poderá ser a resposta da Optimus a esse desafio. A disseminação de ofertas inovadoras em sede de rede 3G e o pensamento lateral e inovador em torno dos activos de rede e sobre a capacidade de entender as necessidades dos nossos clientes, combinado com o recurso acrescido aos activos partilhados com empresas do mesmo grupo em que a Optimus se integra farão, seguramente, surgir as respostas adequadas.

No entanto e apesar desta confiança, as perspectivas de evolução das contas da companhia, aferidas em sede de exercício orçamental, apontam para a manutenção dos mesmos níveis de EBITDAP de 2004, com crescimento da margem EBITDAP e crescimento dos resultados líquidos.

Aplicação de resultados

No exercício de 2004, a Optimus — Telecomunicações, S. A., apresentou um resultado líquido consolidado de 23 804 169 euros e um resultado líquido nas contas individuais de 75 310 267,74 euros, propondo-se que seja transferido para a rubrica de reserva legal um montante de 3 765 513,38 euros e um montante de 71 544 754,36 euros para resultados transitados.

Agradecimentos

Ao conselho fiscal e ao revisor oficial de contas, agradecemos o acompanhamento e a cooperação prestada durante o ano em que a nossa actividade se caracterizou por alguma complexidade adicional. Aos nossos fornecedores, instituições bancárias e outros parceiros de negócio apresentamos o nosso reconhecimento pela confiança depositada. Para todos os nossos colaboradores, que trabalharam incansavelmente para garantir aí continuação do sucesso alcançado, vai o nosso maior agradecimento pelo trabalho efectuado.

Maia, 17 de Fevereiro de 2005. — O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira.*

Balanços consolidados em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

ACTIVO

(Em euros)

	Notas	2004			2003
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Activo imobilizado:					
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação		9 039 352	5 279 142	3 760 210	5 820 254
Propriedade industrial e outros direitos		144 344 364	3 768 542	140 575 822	36 161
Trespasses		185 000	3 817	181 183	–
Imobilizações em curso		–	–	–	155 382 577
Diferenças de consolidação	10	89 743	41 407	48 336	57 310
	1.*a*), 25 e 27	153 658 459	9 092 908	144 565 551	161 296 302

(Em euros)

	Notas	2004			2003
		Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais		1 685 890	–	1 685 890	1 685 890
Edifícios e outras construções		156 395 443	67 310 598	89 084 845	87 029 999
Equipamento básico		519 244 861	237 767 960	281 476 901	268 656 046
Equipamento de transporte		54 395	48 450	5 945	69 943
Ferramentas e utensílios		1 127 686	1 068 065	59 621	106 300
Equipamento administrativo		214 785 134	149 738 724	65 046 410	67 311 784
Outras imobilizações corpóreas		1 803 758	1 327 522	476 236	845 824
Imobilizações em curso		18 196 860	–	18 196 860	29 460 898
	1.*b*), 27 e 42	913 294 027	457 261 319	456 032 708	455 166 684
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo		–	–	–	50 000
Títulos e outras aplicações financeiras		146 250	146 250	–	–
Outros empréstimos concedidos		24 316	24 316	–	–
	1.*c*), 27 e 46	170 566	170 566	–	50 000
Circulante:					
Existências:					
Mercadorias	1.*d*), 1.*g*), 46 e 50	14 789 864	4 361 001	10 428 863	6 091 370
Dívidas de terceiros — médio/longo prazos:					
Outros devedores		3 000 000	–	3 000 000	–
Dívidas de terceiros — curto prazo:					
Clientes, c/c		127 512 231	–	127 512 231	113 579 581
Clientes — títulos a receber		30 799	–	30 799	30 799
Clientes de cobrança duvidosa		48 707 446	48 707 446	–	–
Adiantamentos a fornecedores		597 340	–	597 340	584 078
Estado e outros entes públicos	51	496 293	–	496 293	2 711 804
Outros devedores		9 339 989	58 881	9 281 108	7 692 825
	1.*f*) e 46	186 950 693	48 766 327	138 184 366	124 560 716
Títulos negociáveis:					
Outras aplicações de tesouraria	1.*l*) e 52	11 750 000	–	11 750 000	57 410 000
Depósitos bancários e caixa:					
Depósitos bancários		2 077 879		2 077 879	620 992
Caixa		213 010		213 010	93 606
		2 290 889		2 290 889	714 598
Acréscimos e diferimentos:					
Activos por impostos diferidos	1.*k*), e 38	41 503 008		41 503 008	46 823 438
Acréscimos de proveitos		29 312 137		29 312 137	33 008 963
Custos diferidos	1.*e*), e 58	147 386 529		147 386 529	180 283 840
	1.*e*), e 54	218 449 008		218 449 008	260 116 242
Total de amortizações			466 354 227		
Total de provisões			53 297 894		
Total do activo		1 504 086 911	519 652 121	984 434 790	1 065 444 283

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO

	Notas	2004	2003
Capital próprio:			
Capital	49	425 000 000	425 000 000
Prémios de emissão de acções	40	47 805 292	47 805 292
Prestações acessórias	40	46 887 002	46 887 002
Outras reservas	40	(118 878 102)	(101 117 976)
Resultado líquido consolidado do exercício	40	23 804 169	(17 759 819)
Total do capital próprio		424 618 361	400 814 499

(Em euros)

	Notas	2004	2003
Passivo:			
Provisões para outros riscos e encargos:			
Outras provisões para riscos e encargos	1.*h*) e 46	1 183 623	553 098
Dívidas a terceiros — médio e longo prazos:			
Dívidas a instituições de crédito	53	324 458 200	420 458 200
Fornecedores, c/c		5 628 017	43 355 899
		330 086 217	463 814 099
Dívidas a terceiros — curto prazo:			
Dívidas a instituições de crédito	53	1 580 574	4 174 780
Fornecedores, c/c		90 284 507	76 394 958
Fornecedores — facturas recepção e conferência		2 288 453	356 098
Fornecedores de imobilizado, c/c		39 647 758	21 677 458
Estado e outros entes públicos	51	2 348 750	2 682 444
Outros credores		4 786 878	4 925 872
		140 936 920	110 211 610
Acréscimos e diferimentos:			
Passivos por impostos diferidos	1.*k*) e 38	213 342	218 304
Acréscimos de custos	1.*i*) e 58	66 287 495	66 302 903
Proveitos diferidos	–	21 108 832	23 529 770
	1.*e*) e 54	87 609 669	90 050 977
Total do passivo		559 816 428	664 629 784
Total do capital próprio e do passivo		984 434 790	1 065 444 283

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira*. — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Silva*.

Demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

CUSTOS E PERDAS

	Notas	2004		2003	
Custo das merc. vendidas e das matérias consumidas					
Mercadorias	50		57 946 318		55 837 547
Matérias			–		–
Fornecimentos e serviços externos			388 212 254		403 420 515
Custos com o pessoal:					
Remunerações	7 e 39	37 115 485		35 610 861	
Encargos sociais e outros	7	12 658 309	49 773 794	10 094 689	45 705 550
Amortizações do imobiliz. corpóreo e incorpóreo	27	107 405 505		106 105 665	
Provisões	46	14 363 602	121 769 107	17 892 771	123 998 436
Impostos		10 355 770		10 495 631	
Outros custos operacionais		194 122	10 549 892	221 616	10 717 247
(*A*)			628 251 365		639 679 295
Amortiz. e prov. de aplic. e investim. financeiros	44		–		170 566
Juros e custos similares:					
Outros	44		24 944 996		26 662 099
(*C*)			653 196 361		666 511 960
Custos e perdas extraordinárias	45		2 345 045		3 923 246
(*E*)			655 541 406		670 435 206
Imposto sobre o rendimento do exercício:					
Imposto corrente	51	238 411		225 405	
Imposto diferido	1.*k*) e 38	5 315 469	5 553 880	5 149 042	5 374 447
(*G*)			661 095 286		675 809 653
Resultado líquido do exercício			23 804 169		(17 759 819)
			684 899 455		658 049 834

PROVEITOS E GANHOS

(Em euros)

	Notas	2004		2003	
Vendas:					
Mercadorias	36	57 524 229		55 866 055	
Produtos		–		–	
Prestação de serviços	36	602 110 475	659 634 704	580 390 999	636 257 054
Variação da produção			–		–
Proveitos suplementares			11 990 839		11 443 439
Subsídios à exploração			–		–
Ganhos em empresas do grupo e associadas	44		–		11 606
Rendimentos de participações de capital			–		–
Rendimentos de títulos negociáveis e outras aplicações financeiras:					
Relativos a empresas do grupo	44	94 676		–	
Outros	44	526 810		–	
Outros juros e proveitos similares:					
Relativos a empresas do grupo	44	378 152		1	
Outros	44	1 599 890	2 599 528	22 683 123	2 683 124
(*D*)			680 918 340		653 551 778
Proveitos e ganhos extraordinários	45		3 981 115		4 494 056
(*F*)			684 899 455		658 049 834
Resumo:					
Resultados operacionais: (*B*)–(*A*) =			50 067 447		11 177 753
Resultados financeiros: (*D–B*)–(*C–A*) =			(22 345 468)		(24 137 935)
Resultados correntes: (*D*)–(*C*) =			27 721 979		(12 960 182)
Resultados antes de impostos: (*F*)–(*E*) =			29 358 049		(12 385 372)
Resultado líquido do exercício: (*F*)–(*G*) =			23 804 169		(17 759 819)

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira*. — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Silva*.

Demonstrações consolidadas dos resultados por funções dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

	2004	2003 (não auditado)
Vendas e prestações de serviços	659 634 704	636 257 054
Custo das vendas e das prestações de serviços	(395 058 566)	(399 383 412)
Resultados brutos	264 576 138	236 873 642
Outros proveitos e ganhos operacionais	11 246 891	11 443 453
Custos de distribuição	(176 336 305)	(182 903 129)
Custos administrativos	(39 631 587)	(39 179 065)
Outros custos e perdas operacionais	(10 970 788)	(20 746 204)
Resultados operacionais	48 884 349	5 488 952
Custo líquido de financiamento	(19 505 486)	(17 715 669)
Perdas em filiais e associadas	(20 814)	(170 566)
Ganhos em filiais e associadas	–	11 607
Resultados não usuais ou não frequentes	–	–
Resultados correntes	29 358 049	(12 385 676)
Imposto corrente	(238 411)	(225 405)
Imposto diferido	(5 315 469)	(5 149 042)
Impostos sobre os resultados correntes	(5 553 880)	(5 374 447)
Resultados correntes após impostos	23 804 169	(17 760 123)
Resultados extraordinários	–	–
Imposto sobre os resultados extraordinários	–	–
Resultados líquidos	23 804 169	(17 760 123)
Resultado por acção (em euros)	0,06	(0,04)

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira*. — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Silva*.

Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

(Em euros)

	2004		2003	
Actividades operacionais:				
Recebimentos de clientes	637 157 714		634 057 377	
Pagamentos a fornecedores	387 712 701		425 183 286	
Pagamentos ao pessoal	48 242 605		45 180 019	
Fluxo gerado pelas operações	201 202 408		163 694 072	
Pagamentos/recebim. do imposto sobre o rendimento	267 301		(217 184)	
Outros recebim./pagamentos relativos a activ. operacionais	(17 633 082)		(1 661 377)	
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	183 302 024		161 815 511	
Fluxos das actividades operacionais (1)		183 302 024		161 815 511
Actividades de investimento:				
Recebimentos provenientes de:				
Investimentos financeiros	29 186		–	
Imobilizações corpóreas	10 633 231		1 717 077	
Imobilizações incorpóreas	487 273		–	
Subsídios ao investimento	–		–	
Juros e proveitos similares	1 275 781		864 960	
Dividendos	–	12 425 471	–	2 582 037
Pagamentos respeitantes a:				
Investimentos financeiros	–		(95 001)	
Imobilizações corpóreas	110 806 164		(72 300 001)	
Imobilizações incorpóreas	5 072 948	115 879 112	(42 647)	(72 437 649)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(103 453 640)		(69 855 612)
Actividades de financiamento:				
Recebimentos provenientes de:				
Empréstimos obtidos		100 000 000		138 184 000
Pagamentos respeitantes a:				
Empréstimos obtidos	196 000 000		169 818 900	
Juros e custos similares	25 337 887	221 337 887	39 485 912	209 304 812
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(121 337 887)		(71 120 812)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) =(1)+(2)+(3)		(41 489 503)		20 889 087
Caixa e seus equivalentes no princípio do período		53 949 818		33 110 731
Caixa e seus equivalentes no final do período		12 460 315		53 949 818

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira*. — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Silva*.

Anexo às demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003

	2004	2003
1 — Aquisição ou alienação de filiais e outras actividades empresariais:		
Filial: Optimus Towering — Gestão de Torres de Telecomunicações, S. A.:		
a) Preço total	–	1
b) Valor pago	–	1
2 — Descrição dos componentes de caixa e seus equivalentes:		
Numerário	291 443	110 601
Depósitos imediatamente mobilizáveis	1 999 446	603 997
Depósitos à ordem (saldos credores)	(1 580 574)	(4 174 780)
Outras aplicações de tesouraria	11 750 000	57 410 000

(Em euros)

	2004	2003
Caixa e seus equivalentes	12 460 315	53 949 818
Depósitos à ordem (saldos credores)	1 580 574	4 174 780
Disponibilidades constantes do balanço	14 040 889	58 124 598
3 — Informações respeitantes a actividades financeiras não monetárias:		
a) Créditos bancários concedidos e não sacados	155 469 673	184 469 673

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira*. — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Silva*.

Anexo ao balanço e à demonstração dos resultados consolidados

(Montantes expressos em euros)

Nota introdutória:

A Optimus, S. A. (empresa ou Optimus), foi constituída em 24 de Julho de 1997 e tem como objecto social a actividade de implementação de redes de telecomunicações, a operação e exploração de redes e serviços de telecomunicações e o fornecimento e comercialização de equipamentos de telecomunicações, sendo a empresa-mãe de um universo de empresas conforme indicado na nota n.º 1 (Grupo).

A empresa iniciou a sua actividade comercial em 15 de Setembro de 1998, a qual consiste essencialmente na exploração do serviço de comunicações móveis terrestres, efectuada ao abrigo de uma licença concedida pelo Governo Português, em 17 de Novembro de 1997, com uma duração de 15 anos a partir daquela data.

A actividade da empresa está condicionada aos termos da licença atrás referida.

Como resultado do concurso aberto para atribuição de quatro licenças de âmbito nacional para os Sistemas de Telecomunicações Móveis Internacionais (IMT 2000/UMTS), foi concedida à empresa uma das licenças. A referida licença teve como contrapartida o pagamento ao Estado de uma taxa de cem milhões de euros (nota n.º 25). A Empresa iniciou a actividade comercial baseada na tecnologia UMTS durante o ano de 2004.

Adicionalmente, o Grupo, através das subsidiárias Per-mar — Sociedade de Construções, S. A. (Per-mar) e Optimus Towering — Gestão de Telecomunicações, S. A. (Optimus Towering) desenvolve, respectivamente, actividades de compra, venda e arrendamento de bens imóveis e implantação, instalação e exploração de torres e outros *sites* para colocação de equipamentos de telecomunicações.

As notas seguintes respeitam a numeração sequencial estabelecida pelo Plano Oficial de Contabilidade, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 410/89, de 21 de Novembro, modificado pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho, para demonstrações financeiras consolidadas. As notas cujo número não figura neste anexo, não são aplicáveis à empresa ou são irrelevantes para a sua apresentação.

A 31 de Dezembro de 2004, o Grupo preparou pela primeira vez as demonstrações financeiras consolidadas.

As demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2003 são apresentadas unicamente para efeitos comparativos e não foram sujeitas a revisão legal.

Bases de apresentação:

As demonstrações financeiras consolidadas encontram-se elaboradas de acordo com os princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal e as normas de consolidação estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 238/91, de 2 de Julho. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (nota n.º 1), mantidos de acordo com princípios de contabilidade geralmente aceites em Portugal.

Princípios de consolidação:

As empresas em que o Grupo, directa ou indirectamente, tem direitos de voto superiores a 50% ou, em alternativa, tem o poder de controlar a sua actividade operacional, quando materialmente relevantes, são consolidadas pelo método de consolidação integral.

As subsidiárias são consolidadas a partir da data em que o controlo efectivo é transferido para o Grupo, e tenham iniciado a sua actividade, com valores materialmente relevantes, e deixam de o ser a partir da data em que esse controlo é cedido.

As transacções e os saldos entre empresas do Grupo, quando materialmente relevantes, são eliminados. Quando necessário, as políticas contabilísticas das subsidiárias são alteradas para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Principais critérios valorimétricos

Os principais critérios valorimétricos utilizados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) *Imobilizações incorpóreas*. — As imobilizações incorpóreas são valorizadas ao custo de aquisição e são constituídas, principalmente, por despesas com estudos genéricos de desenvolvimento da rede, estudos de *marketing* e de vendas e pelo pagamento da licença UMTS, a qual se encontra registada em Propriedade industrial e outros direitos.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes durante um período de três anos, com a excepção das despesas com os estudos de admissão ao concurso público de atribuição da licença de operador, as quais são amortizadas durante o período da concessão, que ascende a quinze anos, do trespasse que está a ser amortizado por um período de cinco anos, das diferenças de consolidação que estão a ser amortizadas em dez anos e da licença UMTS que está a ser amortizada por um período de onze anos (período compreendido entre a data de arranque da actividade operacional e o termo da licença). As amortizações são efectuadas por duodécimos, a partir do mês em que as correspondentes despesas sejam incorridas.

b) *Imobilizações corpóreas*. — As imobilizações corpóreas são valorizadas ao custo de aquisição, com excepção de um imóvel detido pela subsidiária Per-Mar que se encontra registado, desde 1994, pelo seu valor de mercado, o qual foi confirmado por entidade independente e especializada em Dezembro de 2000 e 2002.

As depreciações são calculadas pelo método das quotas constantes e registadas por duodécimos a partir da data em que os bens entram em funcionamento.

As taxas anuais correspondem às taxas máximas fiscalmente aceites, com as seguintes excepções:

i) Equipamento básico, para o qual foram determinadas taxas específicas de depreciação, julgadas mais adequadas, tendo em consideração a vida útil estimada dos respectivos bens;

ii) Despesas em instalações arrendadas por um período de três anos, em que não se prevê a renovação do respectivo contrato de arrendamento.

Os anos de vida útil estimados correspondentes às taxas de amortização utilizadas são os seguintes:

	Anos
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	3-20
Equipamento de transporte	4-10
Ferramentas e utensílios	4
Equipamento administrativo	3-8
Outras imobilizações corpóreas	4-8

A empresa contabiliza o valor dos estudos de desenvolvimento de rede em imobilizado corpóreo, por forma a reflectir o custo completo dos *sites* incluídos em equipamento básico.

c) *Investimentos financeiros*. — Os títulos e outras aplicações financeiras, que correspondem a prestações acessórias de capital realizadas nas participadas, bem como os outros empréstimos concedidos, são registados pelo seu valor nominal, ou pelo seu valor de realização, dos dois o mais baixo.

São constituídas provisões para investimentos financeiros sempre que exista diferença materialmente relevante entre o custo de aquisição e o valor estimado de realização do investimento financeiro, detido directa ou indirectamente, numa perspectiva de médio e longo prazos.

d) *Existências*. — As existências encontram-se valorizadas ao custo médio ponderado de aquisição, o qual não excede o seu valor de realização.

e) *Acréscimos e diferimentos*. — Os custos e os proveitos são contabilizados no exercício a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e os proveitos cujo valor real não seja conhecido são contabilizados por estimativa no exercício a que dizem respeito.

Nas rubricas de acréscimos e diferimentos (nota n.º 54) são registados os custos e os proveitos imputáveis ao exercício corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em exercícios futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a exercícios futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses exercícios, pelo valor que lhes corresponde.

As receitas dos serviços de telecomunicações são reconhecidas no período em que ocorrem. A facturação destes serviços é efectuada numa base mensal. Os valores não facturados, desde o último ciclo de facturação até ao final do mês, são registados com base na valorização do tráfego realmente ocorrido. As diferenças entre estes valores estimados e os reais, que normalmente não são significativas, são registadas no período subsequente.

f) *Provisão para créditos de cobrança duvidosa*. — Esta provisão é constituída tendo por base a estimativa de perdas pela não cobrança de contas a receber de clientes, determinada com base em critérios económicos.

g) *Provisão para depreciação de existências*. — Esta provisão reflecte a diferença entre o custo da aquisição e o valor actual de mercado das existências, bem como a estimativa de perdas por baixa rotação, obsolescência e depreciação.

h) *Provisão para outros riscos e encargos*. — Esta provisão reflecte as responsabilidades derivadas de diversos riscos de natureza específica.

i) Responsabilidade por planos de *stock options*. — As responsabilidades derivadas dos planos de *stock options* e outros incentivos a colaboradores, abrangidas por um contrato de *hedging* celebrado em Dezembro de 2003, e cujo valor total se encontra registado na rubrica de acréscimos de custos, são registadas na demonstração de resultados nos períodos durante os quais se espera que influenciem a motivação e permanência dos colaboradores na empresa. A parcela referente ao período ainda não decorrido é registada na rubrica de custos diferidos (notas n.os 54 e 58).

j) *Activos e passivos expressos em moeda estrangeira*. — As transacções em moeda estrangeira são relevadas ao câmbio do dia de cada operação. Os activos e passivos expressos em moeda estrangeira são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data do balanço (nota n.º 24).

As diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data do balanço foram registadas nos resultados do exercício (nota n.º 44).

A partir de 1 de Janeiro de 2004, a Empresa passou a registar as diferenças de câmbio pelo seu valor líquido na demonstração dos resultados do exercício.

k) *Impostos diferidos*. — A empresa reconhece os impostos diferidos de acordo com a directriz contabilística n.º 28, de 29 de Junho de 2001 (nota n.º 38).

Os activos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os activos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar. Na data de cada balanço é efectuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos activos por impostos diferidos no sentido de reconhecer activos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante de impostos diferidos activos registados em função da expectativa actual da sua recuperação futura.

l) *Títulos negociáveis*. — Os títulos negociáveis e as outras aplicações de tesouraria são valorizados ao custo de aquisição, o qual não excede o respectivo valor de realização.

1 — Empresas incluídas na consolidação:

As empresas incluídas na consolidação, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, são as seguintes:

Firma (marca comercial)	Sede	Actividade principal	Percentagem do capital detido				
			Detentora do capital	2004		2003	
				Directo	Efectivo	Directo	Efectivo
Empresa-mãe:							
Optimus — Telecomunicações, S. A. (Optimus)	Maia	Prestação de serviços de telecomunicações móveis e estabelecimento, gestão e exploração de redes de telecomunicações.	–	–	–	–	–
Subsidiárias:							
Per-Mar — Soc. de Construções, S. A. (Per-Mar)	Loures	Compra e venda, arrendamento e exploração de bens imóveis e estabelecimentos comerciais.	Optimus	100	100	100	100
Optimus Towering — Gestão de Torres	Maia	Implantação, instalação e exploração de torres e outros sites para colocação de equipamento de telecomunicações.	Optimus	100	100	100	100

Estas empresas subsidiárias foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método integral.

7 — Número médio de colaboradores:

Durante os exercícios de 2004 e 2003, o número médio de colaboradores ao serviço do Grupo ascendeu a 1084 e 1042, respectivamente. Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o número de colaboradores ao serviço da empresa tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Contratados	1 032	1 020
Estagiários	31	25
Total	1 063	1 045

10 — Diferenças de consolidação:

O valor das diferenças de consolidação positivas, verificadas até 31 de Dezembro de 2004, bem como das amortizações acumuladas, foi como segue:

Subsidiária	Data	Valor bruto	Amortizações acumuladas	Valor líquido
Per-Mar	Dezembro/99	78 755	40 034	38 721
Optimus Towering	Outubro/03	10 988	1 373	9 615
		89 743	41 407	48 336

21 — Compromissos assumidos:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, o valor aproximado dos compromissos assumidos perante terceiros era como segue:

	2004	2003
Investimento das áreas técnicas	9 863 042	42 791 923
Investimento em sistemas de informação	2 223 612	1 322 146
	12 086 654	44 114 069

22 — Responsabilidades por garantias prestadas:

O valor das garantias emitidas a favor de terceiros, em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 tinha a seguinte composição:

Beneficiário	Descrição	2004	2003
Banco Europeu de Investimento	Financiamento (nota n.º 53)	324 458 200	224 458 200
Instituto das Comunicações de Portugal	Licença de operação UMTS	2 493 989	2 493 989
Hewlett Packard	Garantia de pagamento	608 741	1 491 630
Outros	–	853 262	197 620
		328 390 741	228 641 439

24 — Cotações utilizadas:

Foram utilizadas as seguintes taxas de câmbio (expressas em euros) para converter para euros os activos e passivos expressos em moeda estrangeira:

	2004	2003
Libras inglesas	1,41084	1,41884
Dólares dos Estados Unidos	0,73508	0,79177
Francos suíços	0,64767	0,64189
Direitos de saque especiais (SDR)	–	1,17654

25 — Detalhes das imobilizações incorpóreas:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004	2003
Despesas de instalação:		
Estudos de *marketing* e vendas	2 126 070	4 260 818
Estudos de desenvolvimento da rede	3 393 108	3 807 461
Serviços de informática	356 862	359 854
Estudo de admissão ao concurso	785 771	785 771
Outras	2 377 541	2 569 199
	9 039 352	11 783 103
Amortizações acumuladas	(5 279 142)	(5 962 849)
	3 760 210	5 820 254
Propriedade industrial e outros direitos:		
Licenciamento da operação UMTS	141 616 427	–
Licenças de *software*	2 531 802	2 531 802
Marcas	196 135	181 255
	144 344 364	2 713 057
Amortizações acumuladas	(3 768 542)	(2 676 896)
	140 575 822	36 161

	2004	2003
Trespasses:		
Trespasses	185 000	–
Amortizações acumuladas	(3 817)	–
	181 183	–
Imobilizações em curso:		
Licenciamento da operação UMTS	–	133 092 912
Desenvolvimento da rede UMTS	–	22 288 385
Outros	–	1 280
	–	155 382 577

Conforme evidenciado na nota n.º 27, no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, a empresa abateu despesas de instalação no montante de 2 745 031 euros, uma vez que estas se encontravam totalmente amortizadas.

Durante o ano de 2004, a empresa deu início à prestação de serviços de telecomunicações móveis utilizando a tecnologia UMTS (Universal Mobile Telecommunications Service).

O valor referente ao licenciamento de operação UMTS respeita à taxa fixada pelo Estado para a licença concedida para os Sistemas de Telecomunicações Móveis Internacionais, no montante de 99 759 579 euros (v. nota introdutória). A rubrica de propriedade industrial e outros direitos — licenciamento da operação UMTS inclui ainda 33 333 333 euros pagos no âmbito do contrato celebrado em 2002 entre a Oni Way e os restantes três operadores de telecomunicações móveis com licenças de UMTS em Portugal, bem como o montante de 8 523 514 euros referente a juros suportados com o financiamento contraído para o pagamento da licença UMTS.

27 — Movimento do activo imobilizado:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, o movimento ocorrido no valor de custo das imobilizações incorpóreas e corpóreas e dos investimentos financeiros, bem como nas respectivas amortizações acumuladas e provisões, foi o seguinte:

Activo bruto:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transfer.	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	11 783 103	–	(2 745 031)	1 280	9 039 352
Propriedade industrial e outros direitos	2 713 057	14 880	–	141 616 427	144 344 364
Trespasses	–	185 000	–	–	185 000
Imobilizações em curso	155 382 577	4 876 023	(487 273)	(159 771 327)	
Diferenças de consolidação	89 743	–	–	–	89 743
	169 968 480	5 075 903	(3 232 304)	(18 153 620)	153 658 459
Imobilizações corpóreas:					
Terrenos e recursos naturais	1 685 890	–	–	–	1 685 890
Edifícios e outras construções	140 428 354	498 597	(456 566)	15 925 058	156 395 443
Equipamento básico	456 568 621	3 285 275	(1 885 471)	61 276 436	519 244 861
Equipamento de transporte	121 510	254 553	(321 668)	–	54 395
Ferramentas e utensílios	1 084 768	1 061	–	41 857	1 127 686
Equipamento administrativo	185 918 521	443 488	(6 765 257)	35 188 382	214 785 134
Outras imobilizações corpóreas	1 742 258	61 500	–	–	1 803 758
Imobilizações em curso	29 460 898	93 503 641	(10 489 566)	(94 278 113)	18 196 860
	817 010 820	98 048 115	(19 918 528)	18 153 620	913 294 027
Investimentos financeiros:					
Partes de capital em empresas do grupo	50 000	–	(50 000)	–	–
Títulos e outras aplicações financeiras	146 250	–	–	–	146 250
Outros empréstimos concedidos	24 316	–	–	–	24 316
	220 566	–	(50 000)	–	170 566

Amortizações acumuladas:

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transfer.	Saldo final
Imobilizações incorpóreas:					
Despesas de instalação	5 962 849	2 061 324	(2 745 031)	–	5 279 142
Propriedade industrial e outros direitos	2 676 896	1 091 646	–	–	3 768 542
Trespasses	–	3 817	–	–	3 817
Diferenças de consolidação	32 433	8 974	–	–	41 407
	8 672 178	3 165 761	(2 745 031)	–	9 092 908

	Saldo inicial	Aumentos	Alienações e abates	Transfer.	Saldo final
Imobilizações corpóreas:					
Edifícios e outras construções	53 398 355	14 087 524	(175 281)	–	67 310 598
Equipamento básico	187 912 575	50 986 103	(1 124 692)	(6 026)	237 767 960
Equipamento de transporte	51 567	9 742	(12 859)	–	48 450
Ferramentas e utensílios	978 468	83 571	–	6 026	1 068 065
Equipamento administrativo	118 606 737	38 694 760	(6 658 386)	(904 387)	149 738 724
Outras imobilizações corpóreas	896 434	431 088	–	–	1 327 522
	361 844 136	104 292 788	(7 971 218)	(904 387)	457 261 319
Investimentos financeiros:					
Títulos e outras aplicações financeiras	146 250	–	–	–	146 250
Outros empréstimos concedidos	24 316	–	–	–	24 316
	170 566	–	–	–	170 566

As transferências de amortizações acumuladas na rubrica de equipamento administrativo dizem respeito a amortizações extraordinárias de telemóveis colocados em clientes em regime de comodato.

O valor das transferências em imobilizado corpóreo e incorpóreo corresponde, essencialmente, à transferência para firme do imobilizado associado ao investimento na tecnologia UMTS, no montante de 167 383 451 euros, devido ao início da actividade comercial baseada nesta tecnologia.

As imobilizações corpóreas em curso, em 31 de Dezembro de 2004, referem-se, essencialmente, a centrais de transmissão e *software* que, a essa data, ainda não tinham entrado em funcionamento.

Os custos com o pessoal associados ao desenvolvimento da rede e de sistemas, incorridos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, no montante de 6 693 269 euros, foram capitalizados em imobilizado corpóreo, por contrapartida da rubrica de trabalhos para a própria empresa.

O abate ocorrido na rubrica de partes de capital em empresas do grupo corresponde à liquidação da subsidiária Contacto Útil — Serviços e Gestão de Atendimento a Clientes, S. A.

Os reforços de amortizações no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 foram registados na rubrica amortizações do exercício, no montante de 107 405 505 euros, e em resultados extraordinários, no montante de 53 044 euros (nota n.º 45).

36 — Vendas e prestações de serviços por actividade e por mercados:

As vendas e prestações de serviços realizadas nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, distribuíram-se por mercados geográficos da seguinte forma:

	2004	2003
Por mercados:		
Mercado interno:		
Vendas de mercadorias	57 483 409	50 923 136
Prestação de serviços	552 678 730	536 815 376
	610 162 139	587 738 512
Mercado externo:		
Vendas de mercadorias	40 820	4 942 919
Prestação de serviços	49 431 745	43 575 623
	49 472 565	48 518 542

38 — Impostos:

De acordo com a legislação em vigor, a administração fiscal tem a possibilidade de rever a situação fiscal da empresa durante um período de quatro anos (10 anos para a segurança social até 31 de Dezembro de 2000, e cinco anos após essa data). Deste modo, as declarações fiscais de cada exercício, desde 2001, poderão vir, ainda, a ser sujeitas a revisão.

Conforme a legislação fiscal em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de seis anos, podendo ser deduzidos à matéria colectável apurada nesse período.

Tendo em consideração a maturidade da empresa e o cumprimento do plano de negócios previamente estabelecido, o balanço em 31 de Dezembro de 2004 inclui, na rubrica de activos por impostos diferidos, o montante de 41 503 008 euros, os quais incluem 28 962 142 euros correspondentes às perdas fiscais reportáveis geradas desde 1999 pela Optimus, 3 897 132 euros relativas a provisões constituídas acima dos limites legais e 8 643 734 euros relativos a diferenças temporárias entre o valor de determinados activos numa óptica contabilística e fiscal. Estes activos por impostos diferidos foram reconhecidos atendendo ao cumprimento do plano de negócios previamente estabelecido na medida em que este prevê a recuperabilidade destas perdas fiscais através de lucros fiscais futuros. Considerando que o período de utilização dos prejuízos reportáveis é de seis anos, até 2005 terão de ser utilizados os prejuízos correspondentes a 1999, cujos activos por impostos diferidos ascendem a 2 859 800 euros.

Em virtude de a subsidiária Per-Mar ter procedido em exercícios anteriores, à reavaliação do imóvel por si detido, os respectivos passivos por impostos diferidos foram registados.

Em 31 de Dezembro de 2004, os impostos diferidos foram calculados à taxa de imposto agregada (incluindo derrama) de 27,5%.

A composição e o movimento dos impostos diferidos no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 são como segue:

	Saldo inicial		Imposto do exercício		Saldo final	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Activos por impostos diferidos:						
Prejuízos fiscais reportáveis	151 723 545	41 723 974	(17 961 668)	(4 939 459)	133 761 877	36 784 516
Provisões não aceites fiscalmente	18 543 500	5 099 464	(4 503 887)	(1 238 569)	14 039 613	3 860 895
Correcção a prejuízos fiscais reportáveis do exercício anterior	–	–	2 986 764	821 360	2 986 764	821 360
Correcções a provisões não aceites fiscalmente do exercício anterior	131 771	36 237	131 771	36 237	131 771	36 237
	170 267 045	46 823 438	(19 347 020)	(5 320 431)	150 920 025	41 503 008

	Saldo inicial		Imposto do exercício		Saldo final	
	Base	Imposto	Base	Imposto	Base	Imposto
Passivos por impostos diferidos:						
Amortizações não aceites fiscalmente	793 831	218 304	18 041	4 962	775 790	213 342

39 — Remunerações dos membros dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros do conselho de administração do Grupo durante os exercícios de 2004 e 2003 foram como se segue:

	2004	2003
Conselho de administração	924 646	922 263

42 — Reavaliações de imobilizações corpóreas:

A reavaliação efectuada no imóvel detido pela Per-Mar baseou-se numa valorização a preço de mercado, efectuada em Janeiro de 1999 por uma entidade independente e especializada e confirmada por novas avaliações efectuadas em Dezembro de 2000 e Dezembro de 2002, novamente por entidade independente e especializada.

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor dos activos reavaliados, líquidos de amortizações, eram os seguintes:

	Custos históricos	Reavaliações	Valores contabilísticos reavaliados
Imobilizações corpóreas:			
Terrenos e recursos naturais	1 391 594	294 296	1 685 890
Edifícios e outras construções	88 309 055	775 790	89 084 845
	89 700 649	1 070 086	90 770 735

44 — Demonstrações consolidadas dos resultados financeiros:

Os resultados financeiros dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 têm a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Juros suportados	16 093 107	13 632 188
Provisões para invest. financeiros	–	170 566
Diferenças de câmbio desfavoráveis [nota n.º 1, alínea *j*)]	–	1 984 546
Descontos de pronto-pagamento concedidos	55 601	50 601
Outros custos e perdas financeiras	8 796 288	10 994 764
Resultados financeiros	(22 345 468)	(24 137 935)
	2 599 528	2 694 730

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Juros obtidos	1 040 370	779 267
Ganhos em empresas do grupo e associadas	–	11 606
Diferenças de câmbio favoráveis [nota n.º 1, alínea *j*)]	118 256	1 871 420
Desc. de pronto-pagam. obtidos	1 205 491	31 997
Outros proveitos e ganhos financ.	235 411	440
	2 599 528	2 694 730

A rubrica de outros custos e perdas financeiras refere-se, essencialmente, a comissões devidas pela utilização por clientes de terminais de pagamento automático nas lojas próprias e de terminais multibanco e a encargos com a garantia bancária associada ao financiamento de médio e longo prazos.

45 — Demonstrações consolidadas dos resultados extraordinários:

Os resultados extraordinários dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003 tinham a seguinte composição:

CUSTOS E PERDAS

	2004	2003
Donativos	30 742	16 275
Dívidas incobráveis	5 888	120 682
Perdas em existências (nota n.º 50)	792 058	2 859 632
Perdas em imobilizações	1 209 422	160 645
Multas e penalidades	125 075	75 502
Aumentos de amortizações e provisões (nota n.º 27)	53 044	87 568
Correc. relat. a exerc. anteriores	112 148	580 881
Outros custos e perdas extraordin.	16 668	22 061
Resultados extraordinários	1 636 070	574 810
	3 981 115	4 498 056

PROVEITOS E GANHOS

	2004	2003
Restituição de impostos	15 844	77 225
Ganhos em existências (nota n.º 50)	62 933	142 815
Ganhos em imobilizações	164 556	363 912
Benef. de penal. contratuais	364 278	4 866
Reduções de amortiz. e de provisões (nota n.º 46)	2 562 454	2 321 625
Correc. relat. a exerc. anteriores	583 786	1 349 093
Outros proveitos/ganhos extraord.	227 264	238 520
	3 981 115	4 498 056

As perdas em imobilizações no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 dizem respeito, essencialmente, à alienação de telemóveis colocados em clientes em regime de comodato, no final do período do contrato.

46 — Movimento ocorrido nas provisões:

Durante o exercício de 2004, o movimento ocorrido no valor das provisões, foi o seguinte:

	Saldo inicial	Aumentos	Utilização e redução	Saldo final
Provisão para investimentos financeiros	170 566	–	–	170 566
Provisão para cobranças duvidosas	44 113 847	11 088 259	(6 435 779)	48 766 327
Provisão para depreciação de existências	4 700 183	2 172 628	(2 511 810)	4 361 001
Provisão para outros riscos e encargos	553 098	1 102 715	(472 190)	1 183 623
	49 537 694	14 363 602	(9 419 779)	54 481 517

O valor das reduções das provisões inclui o montante de 2 562 454 euros registado em resultados extraordinários (nota n.º 45) sendo o remanescente relativo a utilizações directas das provisões.

O valor dos aumentos das provisões para outros riscos e encargos, registados no exercício de 2004, incluem responsabilidades derivadas dos planos de *stock options* e outros incentivos a colaboradores, no montante de 215 110 euros (nota n.º 58).

O valor das reduções de provisões inclui a transferência das responsabilidades derivadas dos planos de *stock options* e outros incentivos a colaboradores para a rubrica de Acréscimos de custos, no montante de 215 110 euros (notas 1.*i*) e 58).

O saldo das provisões para outros riscos e encargos reflecte diversos riscos de natureza específica.

49 — Pessoas colectivas com participação no capital da empresa:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, a estrutura accionista da empresa era a seguinte:

	2004	Percentagem	2003	Percentagem
Sonae Telecom, SGPS, S. A.	196 742 179	46,00	196 742 179	46,00
093X — Telecomunicações Celulares, S. A.	109 290 488	26,00	109 290 488	26,00
Wirefree Services Belgium	85 751 216	20,00	85 751 216	20,00
Maxistar — Comunicações Pessoais, S. A.	11 778 315	3,00	11 778 315	3,00
Parpública — Participações Públicas, SGPS, S. A.	21 437 802	5,00	–	–
Direcção-Geral do Tesouro	–	–	21 437 802	5,00
	425 000 000	100,00	425 000 000	100,00

50 — Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, foi determinado como segue:

	2004	2003
Existências iniciais	10 791 553	22 368 346
Compras	79 528 095	75 109 660
Regularização de existências	(17 583 466)	(30 848 906)
Existências finais	(14 789 864)	(10 791 553)
	57 946 318	55 837 547

As regularizações de existências incluem o seguinte:

	2004	2003
Custos diferidos	14 498 143	19 493 249
Anulação directa da provisão (nota n.º 46)	960 927	3 274 762
Perdas de existências (v. nota n.º 45)	732 825	2 555 989
Notas de crédito a receber	495 024	265 358
Consumo de material de desgaste rápido	333 524	369 707
Imobilização de existências	309 220	3 017 262
Custos de desmontagem de pacotes	286 774	1 898 384
Consumo de material promocional	8 870	48 091
Sobras de inventário (nota n.º 45)	(41 841)	(73 896)
	17 583 466	30 848 906

O valor total das perdas em existências, no montante de 732 825 euros, difere do valor mencionado na nota n.º 45, 792 058 euros, devido a regularizações do IVA em quebras de inventário e custos de transporte registados nas respectivas contas de custos.

51 — Estado e outros entes públicos:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	2004		2003	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Imposto sobre o valor acrescentado	410 672	5 650	2 673 216	36 848
Contribuições para a segurança social	–	1 408 276	–	1 597 687

	2004		2003	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Retenções de imposto sobre o rendimento	71 444	931 756	1 427	967 200
Imposto sobre o rendimento (líquido)	14 177	3 068	37 161	80 709
	496 293	2 348 750	2 711 804	2 682 444

Em 31 de Dezembro de 2004, o valor do imposto sobre o rendimento diz respeito à estimativa para imposto a pagar, no montante de 238 411 euros, líquida de retenções na fonte e pagamentos por conta, no montante de 245 960 euros.

52 — Títulos negociáveis:

A rubrica de outras aplicações de tesouraria refere-se a depósitos bancários de curto prazo, remunerados com base em taxas de juro de mercado.

53 — Dívidas a instituições de crédito:

Processo de refinanciamento:

A 6 de Agosto de 2004, a empresa concluiu com um Sindicato Bancário Internacional a negociação e assinatura de um novo contrato de financiamento, através de dívida sénior, no montante de 450 milhões de euros, por um prazo de cinco anos. Este financiamento bancário sindicado destinou-se ao refinanciamento dos montantes utilizados ao abrigo do anterior contrato de financiamento *project* (assinado em Julho de 2003) e será utilizado para o financiamento das actividades correntes e futuras, designadamente a implementação de uma rede de comunicações móveis de terceira geração e actividades comerciais relacionadas.

Um conjunto de 12 bancos, nacionais e internacionais, constituíram o novo sindicato bancário, sendo cerca de 70% do montante contratado actualmente assegurado por bancos internacionais.

O Banco Europeu de Investimento (BEI) mantém-se como parte do novo contrato de financiamento, como co-financiador da empresa num montante de cerca de 325 milhões de euros. O BEI aumentou, assim, durante o ano de 2004 a sua participação do financiamento da empresa em cerca de 100 milhões de euros.

As condições acordadas para o novo financiamento (descritas em maior pormenor abaixo), para além de permitirem significativas poupanças de custos financeiros, incluem um conjunto de cláusulas típicas do mercado de dívida *corporate,* reflectindo, assim, em termos de garantias, *covenants* financeiros e restrições operacionais, a melhoria do perfil de risco da empresa.

Financiamento sindicado:

A actual linha de crédito assegura a totalidade das necessidades de financiamento externo previstas no plano de negócios da sociedade.

Os limites negociados e os respectivos saldos, a 31 de Dezembro de 2004, são os seguintes:

	Limites negociados	Utilização	
		Curto prazo	Médio e longo prazos
Banco Europeu de Investimento	324 458 200	–	324 458 200
Financiamento em sistema de conta-corrente	125 541 800	–	–
	450 000 000	–	324 458 200

Para efeitos dos fundos utilizados ao abrigo da tranche relativa ao Banco Europeu de Investimento, os bancos participantes no sindicato asseguram a emissão de garantias bancárias requeridas, como habitualmente, por aquela Instituição.

A taxa de juro está indexada à Euribor e é função da sua *performance* financeira, nomeadamente em relação ao *ratio* de Net Debt to EBITDA (relação entre o montante de endividamento líquido da empresa e os resultados antes de encargos financeiros, impostos, depreciações e amortizações).

O *spread* está inicialmente fixado em 75 pontos-base (a vigorar até à entrega das contas relativas ao exercício de 2004), podendo vir a ser futuramente reduzido, até um mínimo de 40 pontos-base, em função da evolução do *ratio* atrás referido.

Os montantes utilizados ao abrigo da linha de financiamento BEI serão reembolsados em duas amortizações (30% em Junho de 2008 e 70% em Junho de 2009). A tranche de financiamento em sistema de conta corrente será reembolsável, na sua totalidade, apenas em Junho de 2009. Nestes termos, a totalidade do endividamento externo da empresa está actualmente registado como reembolsável apenas a médio e longo prazos.

Os *covenants* acordados com o sindicato bancário são semelhantes aos negociados para este tipo de financiamento de longo prazo, nomeadamente em mercados de dívida *corporate*. Em relação aos anteriores contratos de financiamento *project* da empresa, o financiamento actual é significativamente menos restritivo e permitiu, por exemplo, a eliminação de limitações temporais ao pagamento de dividendos e outras distribuições a accionistas e das restrições a alterações da sua estrutura accionista O actual contrato de financiamento permitiu ainda a libertação do penhor de acções, que havia sido concedido por todos os accionistas da Optimus e que estava contemplado nos anteriores contratos. Deste modo, o cumprimento das obrigações da empresa ao abrigo do actual financiamento é exclusivamente garantido pelas suas actividades e pela sua capacidade de geração de fundos.

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, as dívidas a instituições de crédito classificadas a médio e longo prazos tinham o seguinte plano de reembolso previsto:

Ano de vencimento	2004	2003
Ano de 2006	–	31 534 365
Ano de 2007	–	50 454 984
Ano de 2008	97 337 460	56 761 857
Ano de 2009	227 120 740	94 603 095
Ano de 2010	–	119 830 587
Ano de 2011	–	67 273 312
	324 458 200	420 458 200

Outros financiamentos:

Para além da linha de crédito atrás referida, a empresa tem contratadas linhas de crédito de apoio à tesouraria de curto prazo, no montante global de aproximadamente 30 000 000 de euros.

Estes financiamentos vencem juros indexados à taxa Euribor do respectivo prazo de utilização, determinado pela empresa. O *spread* médio suportado nas utilizações destas linhas de crédito cifra-se, actualmente, em cerca de 85 pontos base. Os limites negociados e respectivos saldos, a 31 de Dezembro de 2004, são os seguintes:

	Limites negociados	Utilização	
		Curto prazo	Médio e longo prazos
Financiamentos de apoio à tesouraria	29 927 873	–	–

Adicionalmente, a empresa, em 31 de Dezembro de 2004, tinha registado descobertos bancários no montante de 1 580 574 euros.

Risco da taxa de juro:

A Optimus apenas utiliza instrumentos derivados ou transacções semelhantes para efeitos de cobertura de riscos de taxas de juro considerados relevantes. Para efeitos de cobertura do risco de taxa de juro na empresa, três regras principais são utilizadas na selecção e determinação dos instrumentos de cobertura:

Para cada derivado ou instrumento de cobertura utilizado para protecção de risco associado a determinada transacção, as datas de fixação de taxas de juro e as respectivas datas de liquidação deverão ser exactamente as mesmas do financiamento/transacção objecto da cobertura;

Equivalência perfeita entre as taxas base: a taxa base utilizada no derivado ou instrumento de cobertura deverá ser exactamente a mesma que a aplicável ao financiamento/transacção que está a ser coberta;

Desde o início da transacção, o custo máximo do endividamento, resultante da operação de cobertura realizada, é conhecido e limitado, mesmo em cenários de evoluções extremas das taxas de juro de mercado, procurando-se que o nível de taxas daí resultante seja enquadrável no custo de fundos considerado no plano de negócios da empresa.

A Optimus acompanha activamente a evolução das taxas de juro de mercado, tentando assegurar, sempre que possível, que o custo médio ponderado real suportado com o seu endividamento externo seja inferior ou igual à taxa de juro considerada no plano de negócios como custo de dívida.

A totalidade do endividamento da Optimus encontra-se actualmente a taxas variáveis e, como tal, *swaps* de taxa de juro e outros derivados são utilizados como forma de protecção contra as variações dos fluxos de caixa futuros associados aos pagamentos de juros. Os *swaps* de taxa de juro contratados têm o efeito económico de converter os respectivos empréstimos associados das taxas variáveis originais para taxas fixas. Ao abrigo destes contratos, a empresa acorda com terceiras partes (bancos) a troca, em períodos de tempo pré-determinados (trimestralmente), da diferença entre o montante de juros calculados à taxa fixa contratada e à taxa variável da altura de refixação, com referência aos respectivos montantes nocionais acordados.

No final do exercício de 2004, cerca de 66% da dívida bruta existente encontra-se coberta com aquele tipo de instrumentos, num montante total de 215 000 000 de euros. As taxas fixas e máximas negociadas, resultantes dos contratos assinados em 2003 e determinadas por aquelas coberturas, variam entre 2,63% e 3,68%, sendo a maturidade média destas transacções de aproximadamente 15 meses. Do montante total contratado, 160 000 000 de euros correspondem a transacções com vencimento durante o ano de 2005.

As contrapartes dos instrumentos de cobertura estão limitadas a instituições de crédito de elevada qualidade creditícia, sendo política da empresa privilegiar a contratação destes instrumentos com entidades bancárias que formem parte das suas operações de financiamento.

A Optimus documenta desde o início das transacções a relação entre o instrumento de cobertura e as respectivas transacções cobertas, bem como os objectivos da gestão de risco de taxa de juro e as políticas que determinam as várias transacções de cobertura. Actualmente, todas as transacções de cobertura estão relacionadas com o seu endividamento a médio e longo prazos contratado em Agosto de 2004, nomeadamente às tranches de financiamento do Banco Europeu de Investimento. A empresa avalia, quer no momento de contratação quer numa base regular, a eficácia das transacções de cobertura na protecção contra as variações dos fluxos de caixa objecto de cobertura.

54 — Acréscimos e diferimentos:

Em 31 de Dezembro de 2004 e 2003, os saldos registados em acréscimos e diferimentos eram como se segue:

	2004	2003
Activos por impostos diferidos:		
Impostos diferidos	41 503 008	46 823 438
Acréscimos de proveitos:		
Facturação a emitir a clientes por prestação de serviços	15 833 887	15 017 241
Facturação a emitir a operadores	10 757 157	16 784 193
Rappel a receber	1 476 591	–
Outros acréscimos de proveitos	1 448 279	1 207 529
	29 515 914	33 008 963
Custos diferidos:		
Custos de angariação de clientes	117 168 226	150 364 698
Encargos com financ. bancário	19 319 634	19 428 447
Stock options (nota n.º 58)	3 240 318	2 700 852
Lojas de agentes	1 939 223	4 168 844
Subcontratos — aluguer de circuitos	1 554 966	–
Trabalhos especializados	1 316 221	846 027
Rendas e alugueres	852 309	999 331
Outros custos diferidos	2 242 966	1 775 642
	147 633 863	180 283 841
Acréscimos de custos:		
Facturação a emitir por operadores nacionais	22 271 174	22 642 626
Comissões a pagar a agentes	7 574 336	10 567 748
Stock options (nota n.º 58)	6 737 785	4 471 852
Gratificações a pagar ao pessoal	6 148 688	6 239 026
Custos com o pessoal — férias e subs. de férias a pagar	5 334 557	5 067 718
Trabalhos especializados	4 555 516	5 659 301
Publicidade e propaganda	3 598 860	1 813 958
Aquis. da área técnica a facturar	2 677 531	3 178 735
Encargos financeiros a pagar	896 706	1 454 011
Rappel	816 090	25 774
Taxas a pagar à ANACOM	724 385	135 836
Facturação a emitir por operadores internacionais	528 354	1 643 599
Outras rendas e alugueres	728 807	386 204
Conservação e reparação	474 754	564 281
Energia eléctrica	384 376	254 306
Custos com formação	189 282	224 318
Transportes de mercadorias	137 168	10 000
Comissões bancárias	135 978	118 137
Comunicação	133 411	166 729
Seguros a liquidar	102 976	107 572
Aluguer de geradores	14 255	18 750
Outros acréscimos de custos	1 922 506	1 552 422
	65 287 495	66 302 903
Proveitos diferidos:		
Receitas antecipadas de clientes	20 420 791	22 281 580
Outros proveitos diferidos	688 041	1 248 190
	21 108 832	23 529 770

No exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, foram diferidos custos de angariação de clientes no montante de 57 664 006 euros, tendo sido reconhecidos no exercício, na rubrica de fornecimentos e serviços externos, custos de angariação anteriormente diferidos no montante de 90 860 478 euros.

Os custos de angariação de clientes, que incluem os custos de equipamentos e diversos custos comerciais, nomeadamente custos com publicidade e comissões atribuídas aos agentes, têm vindo a ser diferidos e reconhecidos durante o período de vigência do contrato ou o período estimado de retenção do cliente que é, em média, de aproximadamente três anos. Neste caso, o custo de angariação dos clientes é reconhecido a uma taxa degressiva, de acordo com a taxa estimada de retenção dos clientes.

A rubrica de encargos com financiamento bancário registou uma diminuição pelo reconhecimento, no exercício de 2004, de 3 263 319 euros, relativos aos encargos anteriormente diferidos, tendo sido diferidos, durante o exercício, 3 154 506 euros associados à montagem da operação de financiamento realizada em 2004.

Em 31 de Dezembro de 2004, existem saldos em aberto com operadores nacionais, registados nas rubricas de clientes e fornecedores, no montante de 37 177 291 euros e 29 913 608 euros, respectivamente, assim como saldos de acréscimos de proveitos no valor de 347 411 euros, e de acréscimos de custos no valor de 6 856 200 euros, que resultam de um diferendo mantido com a TMN — Telecomunicações Móveis, S. A., relativo a preços de interligação do ano de 2001, tendo os respectivos custos e proveitos sido registados nesse ano. A empresa considerou nas demonstrações financeiras as tarifas mais penalizadoras. Terminou a fase de julgamento do processo judicial em curso, aguardando-se a emissão da sentença.

As receitas antecipadas de clientes referem-se a tráfego não utilizado em produtos pré-pagos ou planos regulares.

A rubrica de *stock options* inclui o montante de 5 551 198 euros exigível a médio e longo prazo, sendo os restantes 1 186 587 euros exigíveis a curto prazo.

55 — Licenças atribuídas à empresa:

Em 31 de Dezembro de 2004, estavam atribuídas à empresa as seguintes licenças pela ANACOM:

Em 17 de Setembro de 1997, licença n.º ICP-014/TCM — Prestação do Serviço de Telecomunicações Complementar Móvel —

Serviço Móvel Terrestre, em território nacional, com a duração de 15 anos.

Em 14 de Setembro de 1999, licença n.º ICP-005/99-SFT — Prestação do Serviço de Telecomunicações Fixas, em território nacional, com a duração de 15 anos.

Em 19 de Dezembro de 2000, licença n.º ICP-04/UMTS — Exploração de Sistemas de Telecomunicações Móveis Internacionais (IMT2000/UMTS), em território nacional, com a duração de 15 anos.

56 — Contingências:

Foi instaurado, ainda no decurso do ano de 2000, um processo à Maxistar, pelos restantes accionistas da Optimus, por violação de uma cláusula do Acordo Parassocial, reclamando estes o direito ao exercício da opção de compra das acções detidas por aquela accionista, por 70% do seu valor nominal. Por sua vez a accionista Maxistar — Comunicações Pessoais, S. A., instaurou um processo pela alegada violação de outra disposição do Acordo Parassocial contra os restantes accionistas da Optimus, reclamando também o direito do exercício da opção de compra das acções da Optimus detidas por estas empresas, por 70% do seu valor nominal. É entendimento destes accionistas que a fundamentação apresentada é destituída de qualquer razão.

Por decisão de 13 de Janeiro de 2003, o Tribunal Arbitral que apreciou o diferendo entre a Sonaecom e outros accionistas da Optimus, contra a Maxistar, foi esta última condenada ao pagamento de uma indemnização no valor de 2 344 350 euros, sobre o qual incidirão os juros legais moratórios desde 13 de Janeiro de 1999, até à data do pagamento ou, em alternativa, a submeter-se ao exercício de uma opção de compra da sua participação na Optimus por 70% do respectivo valor real. A administração da Sonaecom já comunicou à Maxistar a sua preferência pela primeira hipótese, tendo para tal dado instruções no sentido de se arrestarem as referidas acções para garantia daquele crédito. A Maxistar recorreu da decisão do Tribunal Arbitral, mas tendo em conta as reduzidas hipóteses de recursos dessa natureza, a administração não espera que o mesmo seja admitido.

Perante o não cumprimento pela Maxistar do Acórdão Arbitral, os restantes accionistas da Optimus deram início a uma acção executiva que está em fase de distribuição no Tribunal.

57 — Outros factos relevantes:

No âmbito da atribuição da licença UMTS, a Optimus assumiu compromissos na área da promoção da sociedade de informação, contribuindo para a sua construção e dinamização, num montante total de cerca de 275 000 000 euros, sendo entendimento do conselho de administração da Optimus, que a obrigação de investimento durante o período de vigência da licença, será exigível após o arranque da utilização da mesma.

58 — Planos de *stock options:*

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, e de acordo com a política descrita na nota n.º 1.*i*), incluem, nas rubricas de acréscimos de custos 6 737 785 euros, custos diferidos 3 240 318 euros (nota n.º 54), provisões do exercício 215 110 euros (nota n.º 46) e custos com o pessoal de 1 879 951 euros, relativas à responsabilidade com planos de *stock options*.

59 — Movimentos ocorridos nas rubricas de capital próprio:

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os movimentos ocorridos nos saldos das rubricas do capital próprio foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aumento	Transfer.	Saldo final
Capital	425 000 000	–	–	425 000 000
Prémios de emissão de acções	47 805 292	–	–	47 805 292
Prestações acessórias	46 887 002	–	–	46 887 002
Outras reservas	(101 117 976)	–	(17 760 126)	(118 878 102)
Resultado líquido do exercício	(17 760 126)	23 804 169	17 760 126	23 804 169
Total do capital próprio	400 814 192	23 804 169	–	424 618 361

Os accionistas mantêm na empresa prestações acessórias, proporcionais ao valor das suas participações, cujo valor total ascende a 46 887 002 euros. De acordo com os estatutos da empresa, as prestações acessórias seguem o regime fixado na lei para as prestações suplementares de capital, quanto ao regime de obrigação e restituição. No que respeita à restituição, os estatutos consagram ainda que as prestações acessórias devem ser restituídas aos accionistas na medida em que dessa restituição não resulte infracção da obrigação de manutenção do nível dos capitais próprios constante da licença da ANACOM, ou uma diminuição dos capitais próprios para um valor inferior à soma do capital e da reserva legal.

O valor dos prémios de emissão de acções refere-se essencialmente à subscrição e realização das acções adquiridas por um accionista, em 29 de Dezembro de 1998, acima do respectivo valor nominal. De acordo com a legislação vigente, os prémios de emissão apenas poderão ser utilizados para aumentar o capital ou para cobertura de perdas acumuladas.

O Conselho de Administração: *Artur Carlos Gomes Loureiro — George Christopher Lawrie — José Carlos Mendes Pinto — Luís Filipe Campos Dias de Castro Reis — Miguel Nuno Santos Almeida — Paulo Jorge Henriques Pereira*. — O Técnico Oficial de Contas, *Patrícia Silva*.

Certificação legal das contas consolidadas

1 — *Introdução*. — Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Optimus — Telecomunicações, S. A. (empresa) e subsidiárias, as quais compreendem o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004 que evidencia um total de 984 434 790 euros e capitais próprios de 424 618 361 euros, incluindo ainda um resultado líquido de 23 804 169 euros, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e os correspondentes anexos.

2 — *Responsabilidades*. — É da responsabilidade do conselho de administração da empresa a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

3 — *Âmbito*. — O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo conselho de administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a verificação das operações de consolidação e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas, a sua aplicação uniforme e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

4 — *Opinião*. — Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no ponto 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Optimus — Telecomunicações, S. A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2004, bem como o resultado consolidado das suas operações e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

5 — *Ênfase*. — A empresa elaborou pela primeira vez demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2004, uma vez que em anos anteriores a tal não estava obrigada. As demonstrações financeiras consolidadas do exercício de 2003 são apresentadas unicamente para efeitos comparativos e não foram sujeitas a revisão legal.

Porto, 17 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves*.

Relatório e parecer do fiscal único (contas consolidadas)

Em conformidade com a legislação em vigor e com o mandato que nos foi conferido, vimos submeter à vossa apreciação o nosso relatório e parecer que abrange a actividade por nós desenvolvida e os documentos de prestação de contas consolidadas da Optimus — Telecomunicações, S. A. (empresa), relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, os quais são da responsabilidade da administração.

Acompanhámos, com a periodicidade e a extensão que consideramos adequada, a evolução da actividade da empresa, bem como das principais empresas englobadas na consolidação, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor tendo recebido do conselho de administração e dos diversos serviços da empresa e das principais empresas englobadas na consolidação, as informações e os esclarecimentos solicitados.

No âmbito das nossas funções, examinámos o balanço consolidado em 31 de Dezembro de 2004, as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data e os correspondentes anexos. Adicionalmente, procedemos a uma análise do relatório consolidado de gestão do exercício de 2004 preparado pelo conselho de administração. Como consequência do trabalho de revisão legal efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas sobre as contas consolidadas, que inclui uma ênfase, bem como o relatório anual sobre a fiscalização efectuada.

Face ao exposto, somos de opinião que, apesar do assunto descrito no ponto 5 da certificação legal das contas, as demonstrações financeiras consolidadas supra referidas e o relatório consolidado de gestão, estão de acordo com as disposições contabilísticas, legais e estatutárias aplicáveis, pelo que poderão ser aprovados em assembleia geral de accionistas.

Desejamos ainda manifestar ao conselho de administração e aos serviços da empresa e das empresas participadas, o nosso apreço pela colaboração prestada.

Porto, 17 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves*.

Relatório anual sobre a fiscalização efectuada no exercício findo em 31 de Dezembro de 2004 (contas consolidadas)

1 — O presente relatório é emitido nos termos da alínea *a*) do n.º 1 do artigo 52.º do Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de Novembro.

2 — Procedemos à revisão legal das contas consolidadas da Optimus — Telecomunicações, S. A. (empresa) relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2004, de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria aprovadas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e com a extensão considerada necessária nas circunstâncias. Em consequência do exame efectuado, emitimos nesta data a certificação legal das contas a qual inclui uma ênfase.

3 — O nosso trabalho incluiu, entre outros aspectos, o seguinte:

1) Acompanhamento da gestão e actividade da empresa e suas subsidiárias, através da participação em reuniões, da leitura das actas relevantes e da obtenção de informações dos seus responsáveis, tendo solicitado os esclarecimentos que considerámos necessários;

2) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas pela empresa e que se encontram divulgadas no anexo às demonstrações financeiras;

3) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras, que compreendem o balanço, as demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a demonstração dos fluxos de caixa e os respectivos anexos, com as normas de contabilidade geralmente aceites em Portugal;

4) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos que lhes servem de suporte;

5) Análise do sistema de controlo interno, com vista à determinação do âmbito e extensão dos procedimentos de revisão/auditoria, tendo sido efectuados os testes de controlo considerados apropriados;

6) Análise da adequacidade dos procedimentos seguidos na preparação das Demonstrações financeiras consolidadas, nomeadamente princípios adoptados para a consolidação, cálculo das diferenças de consolidação, homogeneização de políticas contabilísticas, a eliminação de transacções e saldos interempresas do grupo e outros necessários nas circunstâncias;

7) Realização de testes de validação de saldos, transacções e outras informações com a extensão e profundidade que considerámos adequadas em função da materialidade dos valores envolvidos, dos quais destacamos:

a) Verificação das adições do exercício dos principais elementos do imobilizado corpóreo;

b) Análise de valores constantes do imobilizado incorpóreo, nomeadamente quanto à sua elegibilidade e recuperabilidade futura;

c) Observação das operações de inventariação física de existências, incluindo a apreciação das normas internas aplicáveis à sua execução, testes de contagens efectuados e da respectiva valorização, cálculo e compilação;

d) Confirmação directa e por escrito junto de terceiros, (bancos, clientes, fornecedores e outros) dos saldos de contas, responsabilidades e garantias prestadas ou obtidas pela empresa e suas subsidiárias; quando aplicável, análise e teste das reconciliações preparadas pela empresa e suas subsidiárias e aplicação de procedimentos alternativos nos casos de ausência de resposta de terceiros;

e) Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pela empresa e suas subsidiárias;

f) Solicitação directa e por escrito a advogados e outras entidades, de informações sobre processos de cobrança coerciva, litígios ou acções judiciais pendentes, reclamações e impugnações fiscais, bem como honorários em dívida;

g) Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de activos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;

h) Análise da situação fiscal, e para-fiscal e da adequada contabilização dos impostos e taxas aplicáveis;

i) Análise e teste dos vários elementos de custos, proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção à sua classificação na demonstração dos resultados e a sua especialização entre exercícios;

j) Análise das operações, transacções e saldos com as entidades relacionadas;

k) Apreciação da política de seguros seguida pela empresa e suas subsidiárias, incluindo a actualização dos capitais seguros nos ramos aplicáveis;

l) Análise da situação relativa aos benefícios de reforma, pré-reforma e *stock options*;

m) Verificámos a conformidade da classificação dos débitos e créditos a médio e longo prazo com os prazos contratados de reembolso e liquidação dos mesmos;

n) Obtenção da declaração de responsabilidade do conselho de administração.

8) Apreciámos a conformidade do relatório de gestão com as demonstrações financeiras do exercício, o qual satisfaz os requisitos legais e estatutários aplicáveis.

Porto, 17 de Fevereiro de 2005. — Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, representada por *Jorge Manuel Araújo de Beja Neves*.

Acta n.º 28 da assembleia geral

No dia 18 de Março de 2005, pelas 11 horas, nos escritórios da sociedade sitos na Rua Henrique Pousão, 432, 7.º, Senhora da Hora, reuniu a assembleia geral anual da sociedade Optimus — Telecomunicações, S. A., sociedade comercial anónima, com sede no lugar de Espido, Via Norte, Maia, com o capital social de 425 000 000 de euros, pessoa colectiva n.º 503922692, registada na Conservatória do Registo Comercial da Maia sob o n.º 8639. Encontravam-se devidamente representados os accionistas identificados na lista de presenças, elaborada nos termos do artigo 382.º do Código das Sociedades Comerciais, estando representada a totalidade do capital social.

Da ordem de trabalhos constavam os seguintes pontos:

1 — Discutir e deliberar sobre o relatório de gestão, balanço e contas individuais e consolidadas relativos ao exercício de 2004;

2 — Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados do exercício de 2004;

3 — Proceder à apreciação geral da administração e fiscalização da sociedade;

4 — Deliberar sobre a ratificação da cooptação aprovada pelo conselho de administração de 17 de Fevereiro de 2005;

5 — Deliberar sobre a eleição de titulares para o preenchimento de vagas que ocorram ou tenham ocorrido nos órgãos sociais e na comissão de vencimentos até à data da assembleia geral;

6 — Deliberar sobre a transmissão das acções detidas pela accionista Maxistar — Comunicações Pessoais, S. A.

Encontravam-se ainda presentes a presidente e a secretária da mesa da assembleia geral, respectivamente a Dr.ª Luzia Gomes Ferreira e a Dr.ª Filipa Santos Carvalho. A presidente da mesa após conferir todo o expediente da assembleia, arquivou em pasta própria, que se deve considerar anexa à presente acta, todos os documentos submetidos à apreciação da assembleia geral, as cartas de representação, a lista de presenças, as propostas e demais documentos relativos à assembleia geral, e declarou que a assembleia se encontrava regularmente constituída e que podia deliberar eficazmente.

Verificados estes pressupostos, a presidente declarou então aberta a sessão, dando-se início ao ponto um da ordem de trabalhos, dentro do qual foi apresentada a seguinte proposta:

«Propõe-se que se delibere aprovar o relatório de gestão, o balanço e as contas individuais e consolidadas relativas ao exercício de 2004 tal como apresentados.»

Apresentada a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Proclamado o resultado da votação, foi aberto o ponto dois da ordem de trabalhos, dentro do qual foi apresentada a seguinte proposta:

«Conforme consta do relatório de gestão e das contas do exercício de 2004, a actividade da sociedade gerou um resultado líquido positivo de 75 310 267,74 euros.

Nos termos legais e estatutários o conselho de administração propõe à assembleia geral que 3 765 513,38 euros sejam transferidos para a rubrica da reserva legal e o remanescente, 71 544 754,36 euros sejam transferidos para a rubrica de resultados transitados.»

Sujeita a votação, foi esta proposta aprovada por unanimidade.

Proclamado o resultado da votação, foi aberto o ponto três da ordem de trabalhos, dentro do qual foi apresentada a seguinte proposta:

«Propõe-se que se delibere conferir um voto de louvor e confiança à actividade desempenhada pela administração e fiscalização da sociedade durante o ano de 2004.»

Apresentada a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade. Proclamado o resultado da votação, foi aberto o ponto quatro da ordem de trabalhos, dentro do qual foi apresentada a seguinte proposta:

«Propõe-se que se delibere ratificar a cooptação do Eng. Duarte Paulo Teixeira de Azevedo, casado, natural da freguesia da Sé, Porto, residente na Rua Marechal Saldanha, 1142, Porto, para membro do conselho de administração da sociedade durante o quadriénio em curso (2004-2007), a qual foi deliberada pelo conselho de administração da sociedade em 17 de Fevereiro de 2005.»

Sujeita a votação, a proposta foi aprovada por unanimidade.

Encerrado este ponto, foi aberto o ponto cinco da ordem de trabalhos, dentro do qual foi apresentada a seguinte proposta:

«Face à renúncia apresentada pela Deloitte & Associados — Sociedade Revisores Oficiais de Contas, S. A., ao cargo de fiscal único suplente da sociedade, e ao facto do lugar de fiscal único efectivo da sociedade se encontrar vago, propõe-se que se delibere eleger, para integrar o órgão de fiscalização até ao termo do mandato em curso, relativo ao quadriénio 2004-2007:

Para o cargo de fiscal único efectivo: Deloitte & Associados — Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S. A., inscrita na OROC sob o n.º 43, com sede no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1, 6.º, Lisboa, representada pelo Senhor Dr. Jorge Manuel Araújo de Beja Neves, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 746;

Para o cargo de fiscal único suplente: António Marques Dias, casado, inscrito na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 562, com domicílio no Edifício Atrium Saldanha, Praça Duque de Saldanha, 1, 6.º, Lisboa.»

Apresentada a proposta a votação, foi a mesma aprovada por unanimidade.

Encerrado o ponto anterior, foi aberto o ponto seis da ordem de trabalhos. A presidente da mesa leu o pedido de inclusão do ponto apresentado pela accionista Maxistar — Comunicações Pessoais, S. A., bem como a informação complementar que a referida accionista apresentou. Deu assim conhecimento de que a Maxistar pretende transmitir à Sonae Telecom, SGPS, S. A., ou a quem esta vier a indicar, a quantidade de até 11 778 315 acções representativas do capital social da Optimus — Telecomunicações, S. A., livres de quaisquer ónus ou encargos e com todos os direitos inerentes, das quais até 5 889 160 são da categoria A e até 5 889 155 são da categoria B, acções estas cujo conteúdo integra prestações acessórias com o valor nominal de 2 344 350,12 euros. O preço aproximado é de 18 607 151,48 euros e será pago por cheque ou transferência bancária a efectuar na data da venda e transmissão das acções para o comprador, podendo uma parte, até ao montante de 10% ser antecipada para data anterior, após aceitação e assinatura de instrumentos adequados.

Após a leitura desta informação, foi este ponto posto à discussão e não querendo nenhum dos presentes usar da palavra, foi aprovado por unanimidade prestar o necessário consentimento à referida transmissão de acções nas condições indicadas.

Nada mais havendo a tratar foi a reunião declarada encerrada, sendo dela transcrita a presente acta, a qual vai ser assinada por todos os membros da mesa da assembleia geral presentes em sinal de conformidade.

A Mesa da Assembleia Geral: *Luzia Gomes Ferreira,* presidente — *Filipa Santos Carvalho,* secretária. 2010158016

SPASA — SOCIEDADE DE PARTICIPAÇÕES ATLÂNTICO, SGPS, S. A.

Relatório n.º 8-C/2007

Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção). Matrícula n.º 1363/891206; identificação de pessoa colectiva n.º 502255374; número e data da apresentação: 625/11 de Junho de 2001; pasta n.º 436.

Alda Pinho, segunda-ajudante da Conservatória do Registo Comercial do Porto (2.ª Secção):

Certifica, que. foram depositados os documentos relativos à prestação de contas do ano de 2000, referentes à sociedade em epígrafe.

Porto, 6 de Julho de 2001. — A Segunda-Ajudante, *Alda Pinho*.

Balanço e contas de 2000

Balanço em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

ACTIVO

(Em milhares de escudos)

	2000			1999
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Caixa e disponibilidades no Banco de Portugal	–	–	–	–
Disponibilidades à vista sobre instituições de crédito	613 789	–	613 789	18 512
Outros créditos sobre instituições de crédito	–	–	–	–
Crédito sobre clientes	–	–	–	–

(Em milhares de escudos)

	2000			1999
	Activo bruto	Amortizações e provisões	Activo líquido	Activo líquido
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo:				
De emissores públicos	–	–	–	–
De outros emissores	–	–	–	–
(Dos quais: obrigações próprias)	–	–	–	–
Acções e outros títulos de rendimento variável	124	–	124	–
Participações	76 442 698	–	76 442 698	15 000
Partes de capital em empresas coligadas	22 021 549	–	22 021 549	2 812 602
Imobilizações incorpóreas	40 046	8 978	31 068	–
Imobilizações corpóreas	–	–	–	–
(Dos quais: imóveis)	–	–	–	–
Capital subscrito não realizado	–	–	–	–
Acções próprias ou partes de capital próprias	–	–	–	–
Outros activos	118 057	–	118 057	117 971
Contas de regularização	–	–	–	–
Prejuízo do exercício	–	–	–	–
Total do activo	99 236 263	8 978	99 227 285	3 150 600

PASSIVO

	2000	1999
Débitos para com instituições de crédito:		
a) À vista	–	–
b) A prazo	19 000 000	–
Débitos para com clientes:		
a) Depósitos de poupança	–	–
b) Outros débitos:		
ba) À vista	–	–
bb) A prazo	–	–
Débitos representados por títulos:		
a) Obrigações em circulação	–	–
b) Outros	–	–
Outros passivos	7 937 249	13 675 471
Contas de regularização	548 785	1 627 936
Provisões para riscos e encargos:		
a) Provisões para pensões e encargos similares	–	–
b) Outras provisões	–	–
Fundo para riscos bancários gerais	–	–
Passivos subordinados	–	–
Capital subscrito	21 048 200	1 000 000
Prémios de emissão	47 359 971	–
Reservas	236 676	236 676
Reservas de reavaliação	10 684	10 684
Resultados transitados	–	(13 400 166)
Lucro do exercício	3 085 720	–
Total do passivo	99 227 285	3 150 600

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Demonstração dos resultados em 31 de Dezembro de 2000

DÉBITO

(Em euros)

	2000	1999
Juros e custos equiparados	476 459	493 122
Comissões	17 141	–
Prejuízos em operações financeiras	2 405 784	–

(Em euros)

	2000	1999
Gastos gerais administrativos:		
a) Custos com o pessoal	2 700	2 808
Dos quais:		
(— salários e vencimentos)	–	–
(— encargos sociais)	–	–
Dos quais:		
(— com pensões)	–	–
b) Outros gastos administrativos	161	15 946
Amortizações do exercício	8 978	–
Outros custos de exploração	–	–
Provisões para crédito de cobrança duvidosa e crédito vencido e para outros riscos	–	–
Provisões para imobilizações financeiras	–	–
Resultado da actividade corrente	(8 882 643)	–
Perdas extraordinárias	65	852
Impostos sobre os lucros	–	–
Outros impostos	1 057	8 240
Lucro do exercício	3 085 720	–
Total	5 998 065	520 969

PROVEITOS

	2000	1999
Juros e proveitos equiparados	49 008	71
Dos quais:		
(— de títulos de rendimento fixo)	–	–
Rendimentos de títulos:		
a) Rendimento de acções, quotas e outros títulos de rendimento variável	–	–
b) Rendimento de participações	507 416	500
c) Rendimento de partes de capital em empresas coligadas	–	–
Comissões	–	–
Lucros em operações financeiras	–	–
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a créditos e provisões para passivos eventuais e para compromissos	–	333 839
Reposições e anulações respeitantes a correcções de valor relativas a valores mobiliários que tenham carácter de imobilizações financeiras participadas e partes de capital em empresas coligadas	–	–
Outros proveitos de exploração	–	–
Resultado da actividade corrente	–	(177 467)
Ganhos extraordinários	26 645	168
Prejuízo do exercício	–	186 391
Total	5 998 065	520 969

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)*

Notas às demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2000 e 1999

1 — Ajustamentos aos valores publicados no exercício anterior:

Não existem ajustamentos aos valores publicados a 31 de Dezembro de 1999.

2 — Mapas financeiros apresentados:

Não existem situações relevantes que, constando de uma rubrica do balanço possam, no todo ou em parte, ser incluídas noutras rubricas.

3 — Principais critérios contabilísticos:

a) *Geral*. — Os mapas financeiros foram elaborados segundo o princípio do custo histórico modificados pelos aumentos patrimoniais das participações financeiras resultantes da atribuição gratuita de acções, em conformidade com o Plano de Contas para o Sistema Bancário e de acordo com os princípios fundamentais da continuidade das operações, da prudência, da consistência, da especialização de exercícios, da substância sobre a forma e da materialidade.

b) *Investimentos financeiros*. — Os títulos de investimento ou de imobilizações financeiras são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verifique a entrada de acções gratuitas, caso em que o valor da carteira é acrescido do valor nominal das acções recebidas até à concorrência do valor nominal global da nova posição detida.

4 — Derrogações a critérios valorimétricos:

Não há derrogações aos critérios valorimétricos definidos no plano de contas.

5 — Valias não escrituradas:

Não há valias não escrituradas.

6 — Participações financeiras directas superiores ou iguais a 20% dos capitais próprios:

As participações financeiras superiores ou iguais a 20% dos respectivos capitais próprios, detidas pela empresa à data de 31 de Dezembro de 1999, eram as seguintes:

(Em milhares de escudos)

	Participação			Capitais próprios (incluindo) resultados transitados)	Valor proporcional nos capitais próprios	Diferença
	Quantidade	Valor de balanço	Percentagem			
SPR — Soc. Portuguesa de Capital de Risco, S. A.	4 506 235	4 169 357	100,00	4 710 223	4 710 223	(540 866)
Banco Mello de Investimento, S. A.	18 000 000	17 852 192	100,00	17 852 192	17 852 192	–

7 — Vencimento de obrigações e outros títulos de rendimento fixo emitidos por terceiros:

Não aplicável.

8 — Créditos sobre empresas participadas:

Não existem créditos sobre empresas participadas.

9 — Créditos sobre empresas coligadas:

Não existem créditos sobre empresas coligadas.

10 — Inventário da carteira de títulos:

Inventário de títulos e de participações financeiras em 31 de Dezembro de 2000:

(Em escudos)

Natureza e espécie dos títulos	Quantidade	Valor nominal	Valor médio de aquisição	Valor de cotação	Valor de balanço
Título de investimento:					
Unidades de participação:					
Fundo Gestão Imobiliária	100	1 000	1 237	1 237	123 747
Imobilizações financeiras:					
Participações:					
Em instituições de crédito no estrangeiro:					
Banco Sabadell, S. A.	2 477 176	601	30 859	–	76 442 698 385
Partes de capital em empresas coligadas:					
Em instituições de crédito no País:					
SPR — Soc. Portuguesa Cap. Risco, S. A.	4 506 235	1 000	925	–	4 169 356 438
Banco Mello de Investimentos, S. A.	18 000 000	1 000	992	–	17 852 192 109

11 — Movimentos e saldos do activo imobilizado:

Os movimentos e saldos das rubricas de imobilizações durante o ano de 2000 são analisados como segue:

(Em milhares de escudos)

	Saldo em 31 de Dezembro de 1999	Aquisições	Abates	Transf.	Saldo em 31 de Dezembro de 2000
Imobiliz. incorp.:					
Custos plurianuais	–	40 046	–	–	40 046
Amortiz. acumul.:					
Custos plurianuais	–	8 978	–	–	8 978

12 — Activos subordinados:

Não existem activos classificados como subordinados.

13 — Activos cedidos com acordo de recompra firme:

Não existem activos cedidos com acordo de recompra.

14 — Desdobramento dos créditos em função da duração residual:

Não existem créditos sobre clientes.

15 — Imobilizações corpóreas e imobilizações financeiras:

Durante o exercício de 2000 não foram efectuadas reavaliações do activo corpóreo nem das imobilizações financeiras, não tendo havido quaisquer movimentos nas respectivas rubricas de reservas de reavaliação.

O valor contabilístico das reservas de reavaliação é o seguinte:

(Em milhares de escudos)

Rubrica	Saldo no ano anterior	Variação		Saldo em 31 de Dezembro de 2000
		Constituição	Conv. capital ou transfer.	
De imobiliz. financ.	10 684	–	–	10 684

O valor contabilístico das imobilizações financeiras é o seguinte:

Rubricas	Custo histórico	Reaval. efectuadas		Saldo em 31 de Dezembro de 2000
		Exercícios anteriores	Em 2000	
Imob. financ.	98 474 931	10 684	–	98 464 247

16 — Trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento:

São nulos os saldos a 31 de Dezembro de 2000 das contas de trespasses, despesas de estabelecimento e de investigação e desenvolvimento.

17 — Correcções de valor introduzidos no activo não imobilizado:

Não há correcções de valor excepcional introduzidos no activo não imobilizado motivadas por medidas de carácter fiscal.

18 — Desdobramento dos débitos em função do prazo residual (milhares de escudos):

1.*b*) Débitos para com instituições de crédito:

De três meses a um ano — 19 000 000.

19 — Vencimento de obrigações emitidas pela sociedade:

Não há obrigações em circulação emitidas pela sociedade.

20 — Débitos perante empresas participadas:

Não há débitos perante empresas participadas.

21 — Débitos perante empresas coligadas:

Não há débitos perante empresas coligadas.

22 — Passivos subordinados:

Não existem passivos subordinados.

23 — Compromissos comerciais:

A sociedade não assumiu quaisquer compromissos.

24 — Pensões de reforma e sobrevivência:

A SPASA não tem compromissos assumidos em matéria de pensões de reforma e de sobrevivência.

25 — Provisões:

Não existem quaisquer provisões constituídas.

26 — Critérios de distinção entre títulos de negociação e de investimento:

O critério seguido para distinguir os títulos de negociação daqueles que constituem investimentos e imobilizações financeiras assentou fundamentalmente na intenção de aquisição.

Assim, em relação aos títulos adquiridos durante o exercício, se a finalidade era a revenda a curto prazo foram registados, como títulos--negociação; se a intenção era a alienação para além dos seis meses, assumindo portanto a detenção carácter duradouro, os títulos foram registados em títulos-investimento. As participações em empresas coligadas e com carácter de imobilizado foram contabilizadas em imobilizações financeiras.

27 — Acréscimos e diferimentos de proveitos e custos:

As contas de regularização do activo e do passivo, são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	2000	1999
Activo:		
Despesas com custo diferido	–	–
Proveitos a receber	–	–
Passivo:		
Receitas com proveito diferido	–	–
Custos a pagar	222 678	1 510 775

28 — Escalonamento dos rendimentos de títulos. Avaliação dos títulos de investimento e negociação:

A sociedade tem em carteira 100 títulos de investimento com valor de balanço de 123 747 escudos e igual valor de mercado.

Não há rendimentos de títulos de investimento nem de negociação

29 — Fundos próprios:

No exercício de 2000 o capital social foi aumentado pela emissão de 20 048 200 acções com o valor nominal de 1000 escudos cada.

30 — Partes de capital beneficiárias, de obrigações convertíveis e de títulos ou direitos similares

Não há partes de capital da sociedade beneficiárias, nem obrigações convertíveis, nem títulos ou direitos similares.

31 — Desenvolvimento das rubricas de outros activos e outros passivos:

As rubricas de outros activos e outros passivos, são analisadas como segue:

(Em milhares de escudos)

	2000	1999
Outros activos:		
IRC a recuperar	118 057	117 971
Outros passivos:		
Fornecedores	–	–
Credores diversos	7 937 249	13 675 471
Outras exigibilidades	–	–

32 — Fundos administrados por conta de outrem:

Não existem fundos administrados por conta de outrem.

33 — Operações a prazo:

Não existem operações a prazo não vencidas a 31 de Dezembro de 2000.

34 — Efectivos de trabalhadores:

Não há trabalhadores efectivos.

35 — Remunerações dos órgãos sociais:

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram no montante de 2 625 000$, respeitando ao órgão de fiscalização.

36 — Serviços de gestão e de representação prestados a terceiros:

Não houve contabilização de proveitos relativos à prestação de serviços de gestão e de representação a terceiros.

37 — Totais do activo e do passivo em moeda estrangeira:

Em 31 de Dezembro de 2000 não se registam activos ou passivos em moeda estrangeira.

38 — Ventilação dos proveitos por mercados geográficos:

A actividade da sociedade é desenvolvida no território nacional.

39 — Custos e proveitos residuais e extraordinários:

As rubricas de custos e proveitos, residuais e extraordinários, são analisadas como segue:

	2000	1999
Custos:		
Outros custos de exploração	–	–
Perdas extraordinárias:		
Menos-valias na realização de valores imobiliários	–	6
Multas e outras penalidades legais	–	–
Perdas relativas a exercícios anteriores	65	846
Outras perdas extraordinárias	–	–
Proveitos:		
Outros proveitos de exploração	–	–
Ganhos extraordinários:		
Mais-valias na realização de valores imobiliários	26 036	–
Ganhos relativos a exercícios anteriores	609	168
Outros ganhos extraordinários	–	–

40 — Encargos com passivos subordinados:

Não aplicável.

41 — Carga fiscal:

A diferença entre a carga fiscal imputada e a carga fiscal paga é analisada como segue:

Exercício	Carga fiscal imputada	Carga fiscal paga (*a*)	Diferença
Ano de 1997	–	809	(809)
Ano de 1998	–	528	(528)
Ano de 1999	–	314	(314)

(*a*) Inclui o pagamento por conta, a retenção na fonte e a entrega adicional.

42 — Incidência do imposto sobre o rendimento:

Não aplicável.

43 — Inclusão das contas da sociedade noutra instituição:

As contas da SPASA — Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A., são consolidadas pelo método integral nas contas do Banco Comercial Português, S. A., com sede na Rua Júlio Dinis, 705, Porto.

44 — Empresas filiais noutros estados membros da EU:

A SPASA — Sociedade de Participações Atlântico, SGPS, S. A., não tem empresas filiais instaladas noutros Estados membros da União Europeia.

45 — Operações de locação financeira:

A data de 31 de Dezembro de 2000 não há em curso nenhum contrato de *leasing*.

46 — Compensações entre saldos devedores e credores:

Não aplicável.

47 — Transacções realizadas com entidades em relação de domínio:

Não aplicável.

48 — Responsabilidades contingentes:

Nada a referir.

O Conselho de Administração: *(Assinaturas ilegíveis.)* — O Técnico Oficial de Contas, *(Assinatura ilegível.)* 3000221170

II SÉRIE

DIÁRIO DA REPÚBLICA

Depósito legal n.º 8815/85 ISSN 0870-9963

Diário da República Electrónico:

Endereço Internet: http://dre.pt

Contactos:

Correio electrónico: dre@incm.pt
Linha azul: 808 200 110
Fax: 21 394 5750